

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Doutorado em Educação

ANDREA BIER SERAFIM

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O NEOLIBERALISMO: A
GOVERNAMENTALIDADE NA RESOLUÇÃO E NOS DISCURSOS DE
DOCENTES**

Itatiba

2023

ANDREA BIER SERAFIM – RA: 002202002292

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O NEOLIBERALISMO: A
GOVERNAMENTALIDADE NA RESOLUÇÃO E NOS DISCURSOS DE
DOCENTES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

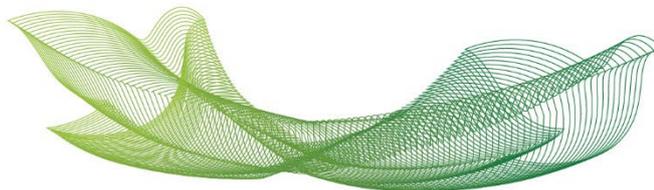
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Aparecida Amador Mascia.

**Itatiba
2023**

378.5 Serafim, Andrea Bier
S487c A curricularização da extensão e o neoliberalismo :
a governamentalidade na resolução e nos discursos de
docentes / Andrea Bier Serafim. – Itatiba, 2023. 109 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Márcia Aparecida Amador Mascia.

1. Extensão universitária. 2. Currículos. 3. Professores –
Formação. 4. Neoliberalismo. 5. Sociologia educacional.
I. Mascia, Márcia Aparecida Amador. II. Título.



ANDREA BIER SERAFIM

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O NEOLIBERALISMO: A
GOVERNAMENTALIDADE NA RESOLUÇÃO E NOS DISCURSOS DE
DOCENTES**

Exame de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco (USF), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

Data da apresentação: 24/04/2023

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia
Universidade São Francisco

Profa. Dra. Luzia Bueno
Universidade São Francisco

Profa. Dra. Luciana Aparecida Silva Azeredo
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Profa. Dr. Marcelo Vicentin
Universidade Federal da Fronteira do Sul

Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Souza
Universidade São Francisco

SERAFIM, Andrea Bier. **A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O NEOLIBERALISMO: A GOVERNAMENTALIDADE NA RESOLUÇÃO E NOS DISCURSOS DE DOCENTES.** Tese (Doutorado em Educação). 2023. 109 p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO

A extensão universitária tem suas raízes em universidades europeias, principalmente no movimento de Córdoba, no qual os universitários assumem o papel de protagonistas de sua educação. No Brasil foram muitos movimentos extensionistas ao longo dos anos; cursos, movimentos populares, integração com a sociedade, assistencialismo em alguns momentos. O entendimento de extensão nessa tese é de processo educacional que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, viabilizando de forma mútua a transformação entre universidade e sociedade. Em 18 de dezembro de 2018, entra em vigor a Resolução CNE/CES n.º 7, que apresenta as Diretrizes para a Extensão Universitária Brasileira, determinando que as atividades de extensão devem compor 10% (dez por cento) do total da carga horária da matriz curricular estudantil. A presente tese tem no pensamento foucaultiano a base para o seu desenvolvimento, entrelaçando governamentalidade, biopoder, discurso, além de neoliberalismo. Assim, esta tese tem o seguinte questionamento geral: quais os sentidos que atravessam a curricularização da extensão? E como questionamentos secundários: Quais aspectos da história e das políticas públicas subjazem à legislação referente à extensão? Quais relações de poder-saber transitam no discurso da curricularização da extensão enquanto nova forma de governamentalidade? Como as condutas emergem da/na fala dos docentes extensionistas entrevistados? Como objetivo geral da pesquisa temos: Compreender os sentidos que atravessam o discurso da curricularização da extensão. E os objetivos específicos são: 1) discutir as relações de poder-saber e as formas de governamentalidade existentes nas políticas públicas do Ensino Superior no Brasil referente à extensão; 2) investigar os sentidos que atravessam o processo de curricularização da extensão no Brasil; 3) problematizar as condutas que emergem nas falas dos docentes extensionistas entrevistados. Os autores que deram suporte ao desenvolvimento desta tese são: Michel Foucault (1995; 1997; 2000; 2008; 2014; 2021a; 2021b); Alfredo Veiga-Neto (2009; 2011); Pierre Dardot e Christian Laval (2016), Christian Laval (2019; 2020) e outros estudiosos da perspectiva pós-crítica. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética sob o número 4.400.345 em 12/11/2020. A coleta de dados foi realizada com 3 (três) sujeitos participantes em um centro universitário, docentes dos cursos de licenciatura ou bacharelado por meio de entrevistas semiestruturadas. O Centro Universitário onde foram coletados os dados tem sede na região sul do Brasil. O *corpus* de análise foi a resolução n.º 7 e as entrevistas. Diante das constatações, pode-se entender que o neoliberalismo, como forma de governamentalidade, materializa-se nos documentos relacionados à extensão, em especial na Resolução CNE/CES n.º 7 de 2018 e nas falas dos entrevistados. As atividades extensionistas, decorrentes das mudanças na legislação, produzirão um novo sujeito, construído a partir de novos saberes. Os docentes atravessados pela governamentalidade reproduzirão conhecimentos necessários para a sociedade que temos agora, a qual tem o neoliberalismo como basilar. Novos tempos, novos conhecimentos. Em suma, a curricularização da extensão é um novo dispositivo de governamentalidade neoliberal que, gera saberes que produzem poderes; gera sistemas interdependentes e seu foco é a construção de indivíduos preparados para o mercado de trabalho, além de atender demandas governamentais.

Palavras-chave: Governamentalidade. Neoliberalismo. Curricularização. Extensão.

SERAFIM, Andrea Bier. **A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O NEOLIBERALISMO: a Governamentalidade na resolução e nos discursos de docentes.** Tese (Doutorado em Educação). 2023. 109 p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

ABSTRACT

University extension has its roots in European universities, mainly in the Cordoba movement, in which students take on the role of protagonists in their education. In Brazil, there have been many extension movements over the years, including courses, popular movements, integration with society, and occasional welfare initiatives. The understanding of extension in this thesis is an educational process that inseparably combines Teaching and Research, mutually enabling the transformation between the university and society. On December 18, 2018, Resolution CNE/CES No. 7 came into effect, presenting the Guidelines for Brazilian University Extension, determining that extension activities should constitute 10% (ten percent) of the total workload of the student curriculum. The present thesis is based on Foucault's thinking, intertwining governmentality, biopower, discourse, as well as neoliberalism. Thus, this thesis has the following general question: what are the meanings that traverse the curricularization of extension? And as secondary questions: What aspects of history and public policies underlie the legislation regarding extension? What power-knowledge relations circulate in the discourse of the curricularization of extension as a new form of governmentality? How do behaviors emerge from/in the speech of the interviewed extension teachers? The overall objective of the research is to understand the meanings that traverse the discourse of the curricularization of extension. And the specific objectives are: 1) to discuss power-knowledge relations and forms of governmentality existing in public policies of higher education in Brazil regarding extension; 2) to investigate the meanings that traverse the process of curricularization of extension in Brazil; 3) to problematize the behaviors that emerge in the speech of the interviewed extension teachers. The authors who supported the development of this thesis are: Michel Foucault (1995, 1997, 2000, 2008, 2014, 2021a, 2021b); Alfredo Veiga-Neto (2009, 2011); Pierre Dardot and Christian Laval (2016), Christian Laval (2019, 2020), and other scholars from the post-critical perspective. The research was authorized by the Ethics Committee under number 4,400,345 on 11/12/2020. Data collection was carried out with 3 (three) participant subjects at a university center, lecturers in undergraduate or bachelor's degree programs, through semi-structured interviews. The University Center where the data was collected is based in the southern region of Brazil. The corpus of analysis was Resolution No. 7 and the interviews. Based on the findings, it can be understood that neoliberalism, as a form of governmentality, materializes in documents related to extension, especially in Resolution CNE/CES No. 7 of 2018 and in the interviewees' statements. Extension activities resulting from changes in legislation will produce a new subject, constructed from new knowledge. The teachers influenced by governmentality will reproduce knowledge necessary for the society we have now, which has neoliberalism as its foundation. New times, new knowledge. In short, the curricularization of extension is a new device of neoliberal governmentality that generates knowledge that produces powers, generates interdependent systems, and focuses on the construction of individuals prepared for the job market, in addition to meeting governmental demands.

Keywords: Governmentality. Neoliberalism. Curricularization. Extension.

À minha família, que sempre me motivou na superação de mais esse desafio em minha vida acadêmica!!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é preciso!!! Ninguém é uma ilha; precisamos de familiares, amigos, vizinhos, colegas, para que nossa vida seja completa. Então aqui agradecerei em especial a cada um.

Ao meu marido Adilson, companheiro de jornada, que precisou dar suporte nas atividades do dia a dia para que eu pudesse me dedicar ao doutorado.

Ao meu filho Bruno, que muitas vezes não teve a atenção que gostaria e por terem faltados os bolos de cenoura.

À minha mãe Elita, mulher batalhadora, presente em todos os momentos, sempre me auxiliando em tudo que eu precisava, fazendo até um pãozinho para me motivar.

Ao meu pai Acioli, pela ausência em diversos momentos.

Às minhas irmãs Aline, Anelise, pela torcida de sempre. Às minhas sobrinhas Stella (que diz que vai me chamar de doutoradinha) e Valentina, pelo tempo que eu não tinha para brincar.

Ao Ollie, meu cãopanheiro de escrita diária, que esteve sempre ao meu lado.

Agradecimento especial a minha orientadora Marcia Aparecida Amador Mascia, por toda dedicação, carinho e atenção, sempre paciente e com uma palavra de motivação; sem ela eu não teria vencido mais essa etapa de minha vida.

Aos amigos que deixei de dar atenção no tempo de doutoramento, em especial às amigas Alessandra, pelas conversas e pelos emojis motivacionais, e Rosemarypela força de sempre mesmo que distante.

Aos meus afilhados, pela falta de presença nos nascimentos de seus filhos, nas festas, nos aniversários, no Natal..... Teremos tempo para compartilhar.

Aos colegas do grupo de pesquisa que me acolheram e me ajudaram nas leituras e apresentações de trabalhos. Em especial à amiga Maria Amélia, talvez amigas de outras vidas.

Agradeço aos meus colegas e amigos Everton Drhomeretski, Elcio Douglas Joaquim, pelo incentivo, à Flavia Leticia Souza e Silva, pelo companheirismo na hora dos trabalhos até nos domingos à noite, Nelcy Flinck, Edna Cicmanec, Juliana Bolfe, Maristela Ferreira de Andrade Gomes da Silva por terem sempre uma palavra de acolhimento.

À FAE, pelo suporte e confiança no desenvolvimento da minha tese.

Aos professores que participaram das minhas bancas, pelo valioso direcionamento na elaboração da tese.

A todos aqueles que não nomeiei, mas que de alguma forma estiveram presentes nessa jornada.

A Deus, por não me abandonar nunca e quando eu mais precisava me carregar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses Digitais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CES	Câmara da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUTAC	Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FOREXT	Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Comunitárias
FORPROEX	Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais Anísio Teixeira
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento Cultural Popular
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Plano de Político Institucional
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i> (Biblioteca Científica <i>on-line</i>)
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNE	União Nacional de Estudantes
USF	Universidade São Francisco
USP	Universidade de São Paulo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa conceitual do PNE e Resolução n.º 7	p. 38
Figura 2	Panóptico de Bentham	p. 49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo dos trabalhos pesquisados	p. 19
Quadro 2	Dissertações e teses	p. 22
Quadro 3	Periodização da Interlocução com o Estado	p. 32
Quadro 4	Marcos históricos e extensão no Brasil	p. 34
Quadro 5	Normas para transcrição	p. 59
Quadro 6	Resumo PDI	p. 62
Quadro 7	Resumo do desenvolvimento da Resolução nº. 7 a partir do Parecer nº. 608	p. 67

SUMÁRIO

A VIDA COMO ELA É	12
1 INTRODUÇÃO – POR ONDE ANDAREI.....	17
2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E O (NEO)-LIBERALISMO – do início aos nossos dias.....	28
2.1 Raízes históricas	28
2.2 O nascimento da curricularização.....	33
2.3 (Neo)-liberalismo.....	40
3 CAMINHOS PERCORRIDOS POR FOUCAULT	46
3.1 Os 3 caminhos foucaultianos	47
3.2 Relações de poder-saber e regimes de verdade	50
3.3 Biopoder, biopolítica e governamentalidade	53
3.4 Discurso e sujeito.....	55
4 NAS TRAMAS DA PESQUISA.....	58
4.1 <i>Corpus</i> de análise.....	58
4.2 Entrevistas.....	58
4.3 Transcrição.....	59
4.4 A instituição pesquisada	61
4.5 Os pesquisados.....	64
5 NAS MALHAS DA CURRICULARIZAÇÃO.....	66
5.1 O Parecer nº 608: buscando as raízes	66
5.2 A Resolução: excertos e perspectivas dos docentes	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS ou Caminhos a trilhar	100
REFERÊNCIAS	104

A VIDA COMO ELA É

Pela primeira vez, escrevo sobre mim; nunca fiz nada parecido, não é fácil...Nasci no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, onde o tradicionalismo é muito cultivado; morávamos com meus avós paternos, com os quais tinha muita afinidade. Muitos foram os passeios com meus avós, viajar, soltar pipa, fazer caridade. Com meus pais Elita e Acioli, tenho lembranças de acampar, o que era muito divertido e saudável. Sempre fui estudiosa, não me lembro de apresentar dificuldades na escola; claro que ninguém é perfeito, aprontar faz parte. Ainda em Passo Fundo nasceu minha irmã Aline.

Depois dos meus seis anos, mudamo-nos muitas vezes para cidades diferentes, o que me fez ser forte para superar os desafios do dia a dia escolar. Cidades como Ibirubá, Camaquã, Palmeiras das Missões, cada uma delas tem uma recordação diferente. Palmeira das Missões me fez forte: eu ia para a escola com algumas vizinhas e, na volta, meu pai me buscava; uma vez fiquei na escola, esquecera-me.... mas aprendemos com essas dificuldades. Moramos pouco tempo nessa cidade. Ibirubá era e ainda é uma cidade bem pequena e rural, com 20.474 habitantes. Tenho lembranças de uma casa em que morávamos e que dava para um pasto enorme, além de ao longe eu ver muitas árvores. Outra recordação eram os vizinhos que tinham criação de porcos; eles eram enormes, e o cheiro? Com o tempo, não sentimos mais....Camaquã já era uma cidade maior e próxima à capital do estado. Nesta cidade, nasceu minha irmã mais jovem, Anelise, nome que eu escolhi. Lembro-me de ir para a escola caminhando, acho que não era longe, mas demorava, e nesse caminho havia uma praça com água no meio; uma vez até caí na água: são essas experiências que nos fazem ver a beleza nas coisas simples.

Quando eu tinha 9 anos, sofri uma grande perda, a partida de meu avô paterno. Três anos depois, viemos morar em Curitiba, onde minha avó materna já morava. Meu avô materno havia morrido no ano de 1978, e dele não tenho muitas lembranças, pois morávamos longe. A expectativa era que nossa vida melhorasse, pois a cidade era grande e com muitos recursos, diferentemente das outras onde moramos. Realmente, as oportunidades foram muitas em relação a trabalho, escolas e universidades.

Em Curitiba, estudei em escolas públicas. Pela quantidade de vezes que mudei de instituição, apresentava lacunas na minha aprendizagem: no Rio Grande do Sul, a língua inglesa só era ensinada no sétimo e no oitavo anos, diversamente do Paraná, em que era ensinada desde a quinta série. Resumo: minha mãe me ensinou com um livro super antigo que havia na casa da

minha avó, acho que nem era colorido. A situação: minha mãe não sabia quase nada de inglês, mas foi assim que eu consegui ser aprovada.

Meu pai não completou um curso superior, sempre trabalhou na área de vendas; minha mãe fez o “segundo grau” pelo Telecurso¹. Nessa época, eu cuidava de minhas irmãs, o que muitas vezes acabava em confusão, pois eu tinha 13 anos, minha irmã do meio, 7, e a menor, 5, mas todas sobreviveram... Tivemos uma infância feliz. Minha mãe se formou em Estudos Sociais e depois em Geografia e, hoje, leciona em uma escola para Jovens e Adultos do Estado do Paraná. Tenho uma irmã professora de Educação Física, uma Engenheira, e duas sobrinhas.

No ano de 1985 iniciei minha caminhada como professora, fazendo o curso de Magistério, com estágios em várias escolas. Naquela época, o curso de Magistério habilitava para lecionar até o quarto ano do Ensino Fundamental. Realmente, as normalistas tinham muitas atividades além do ensino da sala de aula, como encapar os cadernos, recortar figurinhas, fazer decoração e lembrancinhas. As escolas nas quais fazíamos estágios eram do município ou do Estado, as crianças tinham poucos recursos para complementar o seu estudo em casa; isso fazia com que precisássemos dar o nosso melhor para que elas permanecessem em sala. Lembro com muito carinho dessa época, ainda guardo presentes e fotos que ganhei.

Ingressei no Curso de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1988 e no mesmo ano fui aprovada como professora da rede municipal, de onde me exonerei seis anos depois. Sempre gostei de fazer atividades diferenciadas com meus alunos, algo que trouxesse a prática para dentro da sala de aula, que fosse informativo, mas diferente, leve, para que todos gostassem de estudar. Nesse ínterim, decepcionei-me muito com as escolas públicas, pois, embora houvesse materiais para trabalhar, muitas vezes o trabalho não funcionava da melhor forma. Assim, decidi mudar de direção: tranquei o curso de Letras e passei para o curso de Administração, no qual me formei e comecei a trabalhar com consultoria..., mas a sala de aula me fascinava. Assim, voltei a lecionar em escolas estaduais paranaenses.

Cito Perissé (2004, p. 21):

O professor que lembra com facilidade aquilo que sabe, o professor que interpreta com paixão aquilo que aprendeu, poderá despertar nos alunos uma imensa vontade de amar, e de, aí sim, estudar com gosto e saber de cor e salteado aquilo que precisam estudar.

¹ Telecurso é um sistema educacional de educação a distância brasileiro mantido pela Fundação Roberto Marinho e pelo sistema FIESP (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO). Idealizado e criado pelo jornalista Francisco Calazans Fernandes, o programa consiste em tele aulas que podem ser assistidas em casa ou em telessalas. Fonte: Matéria prima disponível em <https://materiaprima.pro.br/2017/03/20/telecurso-2000/>

Casei-me em 1992 com o Adilson. Temos mais de 30 anos de casados, é tempo!!! Em 1997, nasceu nosso único filho, Bruno. Depois disso trabalhei em uma pré-escola na qual eu podia levá-lo junto; porém, em 2000, surgiu uma oportunidade, por meio de uma amiga, e comecei a trabalhar em uma faculdade particular, no curso de Administração. Como eu já fizera especialização em Recursos Humanos, passei da pré-escola para a universidade. Nas disciplinas que lecionava, sempre gostei de fazer atividades que envolvessem a comunidade, fosse por projetos ou por visitas técnicas. Acredito que a extensão sempre esteve em todas as minhas atividades, visto que, até mesmo quando lecionava para os pequenos, a interação com a comunidade era parte integrante do ensino.

Trago Paulo Freire (1983, p.11) com sua análise associativa sobre o termo extensão como forma de crítica, não é essa a minha ideia de extensão, como não era a dele:

Extensão Transmissão
 Extensão Sujeito ativo (o que estende)
 Extensão Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
 Extensão Recipiente (do conteúdo)
 Extensão Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extramuros)
 Extensão Messianismo (por parte de quem estende)
 Extensão Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
 Extensão Inferioridade (dos que recebem)
 Extensão Mecanicismo (na ação de quem estende).

Entendo que a extensão sempre fez parte do meu trabalho e retorna agora nesse momento do doutorado com lugar de destaque. São tantos aspectos que podem ser encontrados, como diz Paulo Freire, que muito trabalho virá pela frente. Todo o aprofundamento sobre o tema, estudos de casos de outras instituições, as leituras mais diversas, só reforça a importância do tema na minha trajetória profissional e acadêmica. Tenho certeza de que a “dodiscência²” de Paulo Freire está presente em todas as minhas atividades.

Entrei no mestrado em Administração na UFPR, no ano de 2001, já que, para continuar trabalhando no ensino superior, esse era o requisito. Meu objeto de estudo foram as avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) dos cursos de Mestrado e Doutorado na área de Administração. Posso dizer que esse trabalho me aproximou ainda mais de todas as atividades desenvolvidas na universidade, embora o trabalho tenha sido quase totalmente quantitativo, e a pesquisa tenha sido extensa. Nesse período, tive contato com

² Termo cunhado por Paulo Freire que relaciona docente com discente; o educador que está sempre disposto a aprender.

a obra de Michel Foucault, em especial ‘Vigiar e Punir’, em uma disciplina da área Gestão de pessoas, e não imaginaria que mais tarde viria a desenvolver uma pesquisa com esse autor tão instigante e atual.

Apresento o poema de Cora Coralina³, ‘Aninha e suas pedras’, pois acredito que ele muito me representa:

Não te deixes destruir...
 Ajuntando novas pedras
 e construindo novos poemas.
 Recria tua vida, sempre, sempre.
 Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.
 Faz de tua vida mesquinha
 um poema.
 E viverás no coração dos jovens
 e na memória das gerações que hão de vir.
 Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
 Toma a tua parte.
 Vem a estas páginas
 e não entres seu uso
 aos que têm sede.

Vida que segue.... Trabalhei em muitas Instituições de Ensino Superior diferentes, públicas e privadas e, em 2003 ingressei no centro universitário no qual estou até hoje. Em 2010, comecei a trabalhar na extensão universitária e lá se foram cinco anos, quando então assumi a coordenação do curso de Administração. Além das atividades decorrentes da coordenação, sempre continuei na sala de aula. Ser coordenadora não é fácil, as pessoas pensam no *glamour*, e acreditam que preferimos ser coordenadores, não é bem assim... nada como a sala de aula.

Passados mais cinco anos volto à extensão como coordenadora e continuo dando aulas na graduação. Sempre fiz trabalho voluntário com um grupo integrado por alunos, docentes, colaboradores e comunidade, pois acredito que todos devemos dar nossa contribuição para um mundo melhor. Agora na coordenação de extensão, tenho desenvolvido projetos em parceria com coordenadores de áreas de ensino, desde bacharelado, licenciatura e engenharias. Com a pandemia do Covid-19, as atividades tiveram de ser adaptadas e algumas não conseguiram ser realizadas em função da falta de presencialidade; em contrapartida, a adesão nas atividades on-line foi alta em função de as pessoas estarem em casa num primeiro momento. Em relação ao processo de curricularização da extensão, muitas mudanças ainda estão por vir, dado que alguns cursos já têm em sua matriz curricular a extensão; os demais estão em processo de reforma

³ CORALINA, C. Aninha e suas Pedras. In: **Recanto do poeta**. Disponível em <https://recantodopoeta.com/aninha-e-suas-pedras/> acesso em 03/09/2022.

curricular, sendo que estou participando desse processo dentro das disciplinas desde que retornei para a extensão em 2020. É uma longa caminhada.

Nas palavras de Alves (1990, p.13), o verdadeiro educador é comprometido com seu aluno uma vez que

[...] os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma fase, um nome, uma “estória” a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma “entidade” sui generis, portador de um nome, também de uma estória”, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo para acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal.

Em relação à pesquisa, sempre gostei de escrever artigos científicos, participar de congressos, buscando maior aprendizagem dos temas envolvidos com a minha área, que na época era apenas Administração. Em função disso, meus textos sempre foram mais técnicos e menos pessoais. Normalmente, oriento vários trabalhos de conclusão de curso e alguns de iniciação científica todos os anos. Com a possibilidade de incentivo do centro universitário onde trabalho, comecei a vislumbrar uma nova área de estudo, a Educação, na Universidade de São Francisco (USF), onde cheguei a cursar uma disciplina do doutorado em 2015 como aluna especial, mas somente retornei em 2020 para cursar regularmente o Doutorado em Educação. Agradeço a Deus pela orientação da Prof.^a Márcia, que está sempre disponível para ajudar e dividir seu conhecimento com os orientandos e alunos.

Atualmente, continuo trabalhando como professora. Minha área de formação inicial é Recursos Humanos, embora eu esteja trabalhando com *Marketing Digital*: precisamos sempre nos renovar. Coordeno um núcleo de extensão, continuo estudando e vivo com minha família. Meu marido e meu filho são engenheiros, e temos convicção de que o estudo faz a diferença na vida das pessoas. Não é uma caminhada fácil, mas com bastante trabalho e dedicação é possível ter êxito.

Para concluir esse breve memorial, não posso deixar de citar Foucault (2014, p 35), [...] “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”.

1 INTRODUÇÃO – POR ONDE ANDAREI

Após ter apresentado, no memorial, meu interesse e minha experiência em atividades extensionistas, justifico a escolha do tema, a curricularização da extensão, tendo como objeto geral de investigação as Políticas Públicas do Ensino Superior. Em todos os locais onde trabalhei, sempre me preocupei em desenvolver atividades que unissem a teoria e a prática, pois acredito que essa relação garante um maior aprendizado e engajamento, além das atividades com a sociedade. Apresento como ponto de partida uma breve contextualização da extensão universitária, que será aprofundada no segundo capítulo.

A extensão universitária tem suas raízes na América Latina, no Manifesto de Córdoba, em 1918, na Argentina. Desde então, assumiu um papel político e ético baseado nos princípios de democratização da cultura, ensino e a mobilidade social entre os setores (MENENDEZ, 2019). No Brasil, o Decreto nº 19.851, de 1931, deixou claro o caráter utilitário a ser assumido pela universidade, por meio da extensão. Conforme descrito, ressalta-se a ideia de assistencialismo legitimando a função social, mas é somente a partir da década de 60 que a extensão se consolida com seu caráter assistencialista, e é com o Projeto Rondon que as universidades começam a atuar na sociedade exercendo seu papel de “repasso” de informações ou fazendo as funções assistencialistas, o que não é papel da universidade.

Outro ponto relevante em relação à extensão é o fato de ter sido apresentado o caráter indissociável entre pesquisa, ensino e extensão na Constituição Federal de 1988. A partir de sua promulgação, começa um debate maior sobre o papel da extensão, tanto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) como nos Planos Nacionais de Educação (PNE); no início, de forma tímida, e depois ressaltando a inclusão das atividades de extensão na matriz curricular.

Em 2018, foi publicada a Resolução CNE/CES n.º 7, que apresenta como deve ser a implantação da extensão nos currículos até 2021 (com a pandemia, esse prazo passou para 2023), sendo a referida Resolução o objeto desta pesquisa que será analisado pela lente foucaultiana da governamentalidade, tendo, também, como *corpus* a própria Resolução e o discurso de docentes de um centro universitário localizado na região sul do Brasil.

Consideramos o tema proposto de grande relevância, tanto acadêmica quanto pessoal, uma vez que problematiza o papel do professor e o entendimento sobre a extensão no desenvolvimento de atividades, em especial frente à mudança na legislação.

Outro fator a ser considerado é a falta de trabalhos que apresentem a questão da curricularização sob o olhar foucaultiano, fato observado no levantamento das obras publicadas, conforme será apresentado.

As bases de dados pesquisadas para o desenvolvimento deste trabalho foram a Scielo – *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica on-line), o Portal de Periódicos da Capes, o Google Acadêmico, além das bases da Biblioteca Digital de Teses Digitais (BDTD). As palavras-chave utilizadas, em várias combinações, foram: ‘curricularização da extensão’, ‘governamentalidade’, ‘regimes de verdade’, ‘Foucault’, ‘objetivação’, ‘subjetivação’, ‘poder-saber’, ‘análise do discurso’ e ‘biopoder’. O período pesquisado foi de 2015 a 2021, e a pesquisa foi realizada no mês de julho de 2021. Em novembro de 2022 foi realizada nova pesquisa com o intuito de buscar trabalhos atualizados que mais se aproximam do tema central desta pesquisa.

No Google Acadêmico, com os termos ‘governamentalidade’ e ‘extensão universitária’ apareceram 2.130 artigos relacionados. Na sequência, serão apresentados aqueles que mais se aproximam do tema pesquisado, visto que, na busca com os dois termos apresentados de modo simultâneo, não aparecem trabalhos específicos. Porém, quando se leem os resumos, alguns se aproximam do tema. No segundo período de pesquisa foram encontrados 2.970 trabalhos.

Com os termos ‘Foucault’ e ‘extensão universitária’ apareceram citações em 15.500 trabalhos, com muitos artigos que se repetiam nesta nova busca; na pesquisa com os termos ‘biopoder’ e ‘extensão universitária’ foram encontrados 4.740 trabalhos; com os termos ‘subjetivação’ e ‘extensão universitária’ foram encontrados 7.040 trabalhos; na segunda pesquisa, 8.970 apareceram na pesquisa. Nas pesquisas com os termos ‘poder-saber’ e ‘extensão universitária’ foram obtidos 5.820 trabalhos; contudo, a maioria não trouxe aspectos foucaultianos. ‘Regimes de verdade’ e ‘extensão universitária’ foram encontrados em 16.600 artigos; ‘subjetivação’ e ‘objetivação’, 5.920; e, por fim, ‘análise do discurso’ e ‘curricularização’, em 472 trabalhos. Quando o tema foi ‘curricularização’ e ‘extensão universitária’ a base se restringiu e foram encontrados somente 817 trabalhos, já que se trata de um tema novo; no segundo levantamento, esse número aumentou para 1.450 trabalhos.

As pesquisas exclusivamente na base *Scielo*, considerando o mesmo período e os mesmos termos, foram bastante reduzidas e, na sua maioria, com os mesmos trabalhos já apresentados.

Na sequência, o Quadro 1 apresenta um resumo com os artigos que mais se aproximam da pesquisa desta tese. Somente o artigo publicado pela prof^a Márcia Mascia e por mim atendem especificamente ao tema.

QUADRO 1 - Resumo dos trabalhos pesquisados

Ano	Modalidade	Autores	Título	Breve resumo
2019	Artigo	Conrado ⁴ N. Sathler, Marcia A. A. Mascia	Lugar Docente de Psicopatologia em Cursos de Psicologia: biopolítica, governamentalidade e subjetividade	Objetivou perceber as condições nas quais esses sujeitos emergem e como dispositivos biopolíticos os alcançam a serviço do govern(ament)no no controle das populações. O tema se refere ao currículo do ensino superior e engloba ensino, pesquisa e extensão.
2017	Artigo	⁵ Kraemer, C. J. Campregher	Regimes de saber/poder no discurso sobre avaliação da extensão	Discute os regimes de saber/ poder atuantes nos discursos de avaliação da Extensão Universitária. A base metodológica é a arqueologia e a genealogia de Foucault. A análise partiu de projetos de extensão.
2019	Artigo	Valdemar Sguissardi ⁶	As missões da Universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização	Discute o conceito de terceira missão da universidade a partir do conceito de extensão universitária em tempos de mercantilização do sistema educacional. Questiona e/ou define o “novo papel” da universidade, que se propõe denominar como “Terceira Missão”. Visa-se problematizar a relação entre o fenômeno bastante recente da mercadização/mercantilização e a extensão universitária.

⁴ CONRADO, N., MASCIA A. A. M. Lugar docente de psicopatologia em cursos de psicologia: biopolítica, governamentalidade e subjetividade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 1339-1357, set./dez. 2019.

⁵ KRAEMER, C.; CAMPREGHER, J. Regimes de saber/poder no discurso sobre avaliação da extensão. **Reflexão e Ação**, v. 25, n. 1, p. 99-117, 2 jan. 2017.

⁶ SGUISSARDI, V. As missões da Universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/51381/751375149059> Acesso em 26/11/2022

2017	Artigo	Marcello Ferreira ⁷ , Rochele de Quadros Loguercio	Enunciados em propostas de ensino-pesquisa-extensão em cursos de física a distância: para além dos conteúdos, os discursos	Objetiva analisar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão em projetos pedagógicos de cursos de licenciatura em Física Ead. São apropriados quatro aportes teóricos do referencial discursivo de Michel Foucault: a delimitação da formação discursiva; a descrição dos enunciados; as práticas discursivas e as não discursivas: relações de saber/poder; e a cena enunciativa e a prática social.
2020	Artigo	Muriel de Oliveira Gavira ⁸ Ana Maria Nunes Gimenez Maria Beatriz Machado Bonacelli	Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras	O Plano Nacional de Educação brasileiro - PNE (Lei nº 13.005/2014) determinou que as atividades de extensão universitária devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação e são escassos os estudos sobre indicadores e sistemas de avaliação da curricularização no Brasil.
2022	Artigo	Andrea B. Serafim ⁹ Marcia A. A. Mascia	Uma análise discursiva da avaliação da extensão na resolução CNE/CES n.º 7: O Big Brother	O objetivo deste artigo é analisar os discursos da resolução CNE/CES n.º 7 tendo como fio condutor a noção de governamentalidade. A metodologia utilizada foi

⁷ FERREIRA, M.; QUADROS, L. R.. Enunciados em propostas de ensino-pesquisa-extensão em cursos de Física a distância: para além dos conteúdos, os discursos. **Ensaio pesquisa em educação em Ciências**, Belo Horizonte v.19, 2017, e2253.

⁸ GAVIRA, M. de O.; GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M.. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/4026>. Acesso em: 5 jan. 2022

⁹ SERAFIM, A B. M A. A ., Uma análise discursiva da avaliação da extensão na resolução CNE/CES N.º 7: O Big Brother. **Linha Mestra**, N.46, P.619-631, [HTTPS://DOI.ORG/10.34112/1980-9026A2022N46P619-631](https://doi.org/10.34112/1980-9026A2022N46P619-631), JAN.ABR..2022. Acesso em 26/11/2022

				a da análise do discurso e os resultados de análise demonstram que há uma forte mudança na racionalidade quanto a questão da vigilância do professor.
2022	Artigo	Wociechisk ¹⁰ , D. P.; Catani, A. M..	Resolução CNE n. 7/2018 e a burocratização da educação superior: apontamentos sobre a diretriz relativa apenas à extensão universitária.	Neste artigo, apresenta-se estudo acerca da burocratização da educação superior, no que tange a extensão universitária, pela análise da resolução CNE n. 7/2018 e de outros materiais relacionados à mesma. A resolução CNE n. 7/2018 foi elaborada por docentes ligados à causa extensionista, mas sem uma participação perceptível de representantes estudantis e da sociedade em geral. O conteúdo da resolução está fundamentado numa concepção crítica de extensão, mas existe uma limitação e um caráter burocrático inerentes à mesma: foi regulada a extensão de forma apartada de outros pontos do PNE 2014-2024, como a controlada expansão do acesso aos cursos superiores pela meta 12.

FONTE: quadro elaborado pela autora, 2022.

No levantamento realizado, no mesmo período, na plataforma de teses e dissertações da Capes, com os termos “curricularização da extensão” apareceram 12 trabalhos. Após a leitura dos resumos, verificou que, embora todos abordem a questão da extensão, somente cinco tratam especificamente de políticas de extensão e, dessa forma, mais se aproximam do tema

¹⁰ WOCIECHISK, D. P.; CATANI, A. M. **Resolução CNE N. 7/2018 e a burocratização da educação superior: apontamentos sobre a diretriz relativa apenas à extensão universitária.** Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/71374> acesso 26/11/2022.

pesquisado. Não aparecem trabalhos com os termos ‘curricularização da extensão’, ‘governamentalidade’, ‘regimes de verdade’, ‘Foucault’, ‘objetivação’, ‘subjetivação’, ‘poder-saber’, ‘análise do discurso’ e ‘biopoder’ conjuntamente.

No Quadro 2 são apresentados ano, modalidade, autor e um breve resumo de algumas teses e dissertações encontradas com os termos selecionados, mas nenhuma delas atende à temática específica desta tese. Os maiores números de trabalhos encontrados datam a partir de 2018, pois a Resolução que normatiza a obrigatoriedade da curricularização da extensão é de dezembro daquele ano, embora o tema já esteja em debate há bastante tempo.

QUADRO 2 - Dissertações e teses

Ano	Modalidade	Autores	Título	Breve resumo
2020	Dissertação	Tomé de Pádua Frutuoso ¹¹	O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina — IFSC	A dissertação analisa a legislação específica da curricularização apresentando como se dá o processo no Instituto Federal de Santa Catarina, pois, ainda não há modelos prontos.
2020	Dissertação	¹² Fernanda Emanuela Ferreira	A curricularização da extensão universitária frente aos marcos legais no contexto de um Instituto Federal de Educação	Este estudo propõe a análise do cenário da curricularização da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, considerando os marcos legais vigentes que orientam a gestão da extensão universitária.
2020	Tese	Fernanda Mesquita Serva ¹³	Educação Superior no Brasil: um estudo sobre a política de curricularização da	Objetiva investigar como a política de curricularização da extensão universitária pode influenciar no aprimoramento da aprendizagem e do

¹¹ FRUTUOSO, T. P. **O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC**. 2020, 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Florianópolis, 2020

¹² FERREIRA, F. E. **A curricularização da extensão universitária frente aos marcos legais no contexto de um instituto federal de educação** 131f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Unisul- Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

¹³ SERVA, F. M. **Educação Superior no Brasil: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária** <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41144> acesso em 26/11/2022

			extensão universitária	currículo nas universidades.
2021	Tese	Marina Piason Breglio Pontes ¹⁴	Avaliação da Extensão Universitária	Estudo sobre a avaliação da Extensão Universitária no Brasil, no contexto da política avaliativa oficial vigente no país (SINAES), ferramenta de controle e regulação, com vistas a garantir a qualidade dos serviços oferecidos por instituições públicas e privadas.
2022	Tese	Denise Puglia Zanon ¹⁵	O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciados na UEPG	Estudo sobre o processo de curricularização da extensão nos cursos de licenciatura da Universidade de Estadual de Ponta Grossa. O objetivo geral é verificar como a curricularização da extensão vem sendo desenvolvida na universidade a partir da concepção de extensão vigente.

FONTE: quadro elaborado pela autora, 2022.

Após a realização de vasta pesquisa sobre o tema da curricularização da extensão dentre os múltiplos trabalhos de várias plataformas de busca, não foi encontrado nenhum trabalho que contemplasse o tema central desta tese, tampouco os temas foucaultianos envolvidos: governamentalidade, regime de verdade, objetivação, subjetivação, poder-saber e análise do discurso, justificando o ineditismo desta tese, ou seja, de um olhar foucaultiano para a curricularização da extensão.

Entender o contexto no qual acontecem as mudanças na legislação, bem como o que subjetiva professores, faz com que problematizemos o papel do professor. Sendo assim, os questionamentos e o problema de pesquisa desta tese se encontram na sequência.

¹⁴ PONTES, M. P. B. **Avaliação da extensão universitária**. Disponível em <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15277?show=full> acesso em 27/11/2022

¹⁵ ZANON, D. P. **O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciados na UEPG**. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41144> acesso em 26/11/2022

O questionamento geral que instigou a pesquisa é: Quais os sentidos que atravessam a curricularização da extensão? E os secundários: Quais aspectos da história e das políticas públicas subjazem à legislação referente à extensão? Quais relações de poder-saber transitam no discurso da curricularização da extensão enquanto nova forma de governamentalidade? Como as condutas emergem da fala dos docentes extensionistas entrevistados?

Partindo-se do pressuposto de que a curricularização da extensão obrigará e regulamentará as faculdades e universidades a ofertarem a extensão dentro do currículo, de modo a intervir socialmente, toma-se como hipótese que os sentidos que sustentam a curricularização da extensão são legitimados pelo dispositivo neoliberal pelo qual o Estado incentiva a participação da sociedade, desobrigando-se de suas funções. Há uma mudança de racionalidade, em que cada cidadão deve cumprir o seu papel na sociedade, evitando, assim, intervenção governamental, embora possamos dizer que o governo está em todo lugar.

Após apresentado o problema e as hipóteses, apresenta-se o objetivo geral da pesquisa: Compreender os sentidos que atravessam o discurso da curricularização da extensão.

E os objetivos específicos: 1) discutir as relações de poder-saber e as formas de governamentalidade existentes nas políticas públicas do Ensino Superior no Brasil referentes à extensão; 2) investigar os sentidos que atravessam o processo de curricularização da extensão no Brasil; 3) problematizar as condutas que emergem nas/das falas dos docentes extensionistas entrevistados.

Os autores que deram suporte ao desenvolvimento desta tese são: Michel Foucault (1995; 1997; 2000; 2008; 2014; 2021a; 2021b); Alfredo Veiga-Neto (2009; 2011); Pierre Dardot e Christian Laval (2016), Christian Laval (2019; 2020) e outros estudiosos da perspectiva pós-crítica.

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética da Universidade São Francisco sob o Parecer nº 4.400.345, em 12/11/2020. O Centro Universitário onde foram coletados os dados tem sua sede na região Sul do Brasil e conta atualmente com 23 cursos de graduação, alguns com a extensão em sua matriz curricular e uma vasta cartela de cursos de especialização.

A coleta de dados foi realizada com docentes extensionistas dos cursos de licenciatura ou bacharelado. As entrevistas semiestruturadas apresentam perguntas abertas, em consonância com a perspectiva discursiva. Os sujeitos-participantes estão identificados com nomes relacionados, de alguma forma, à Educação, como será apresentado na sequência. Para a análise, foram consideradas as entrevistas com os docentes do centro universitário em estudo, que são extensionistas, além da resolução em questão. A obrigatoriedade de 10% de atividades

de extensão na matriz curricular traz à tona a discussão de quais atividades realmente serão consideradas como extensão e todo o controle e registro dessas atividades. Cada universidade desenvolverá sua proposta de curricularização que atenda a Resolução; todavia, há algumas dúvidas sobre o que realmente é considerado extensão e como serão feitas as atividades.

A partir da Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão passa a ter *status* diferenciado no contexto universitário, pois, levando em conta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, normalmente a extensão era desconsiderada em relação às demais. A curricularização da extensão apresenta a questão de que os trabalhos a serem feitos com a sociedade estejam submetidos às regras da universidade, pois se trata de atividades que precisam ser “balizadas”, “supervisionadas” e, finalmente, “avaliadas” pelos docentes e, para os discentes, serão objeto de nota, necessária para a obtenção de grau.

Tendo apresentado o tema, as perguntas de pesquisa, os objetivos, o estado da arte, apresentaremos, brevemente, a perspectiva teórica.

Foucault, em ‘A Ordem do Discurso’, destaca que

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

O sujeito é constituído pelo discurso e, como ressalta Foucault (2014), esse é controlado por procedimentos que têm como função construir saberes de acordo com a sua época. O sujeito é produto das relações sociais e do poder. Os sujeitos pesquisados são sujeitos constituídos pelo discurso, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro (FERNANDES, 2012).

A obra de Foucault tem o poder como tema de grande destaque; porém, o que lhe interessa muito é a articulação entre poder e saber, pois, para ele, não existem sociedades livres das relações de poder. Machado (2021, p.12) ressalta que “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, e como tal, constituído historicamente” As relações de poder são constituídas a partir do saber e, dessa forma, mantêm-se os regimes de verdade em cada sociedade. O poder é constituído a partir dos saberes; como exemplo, podemos pensar na curricularização da extensão que, tão logo esteja implementada em todas as universidades, promoverá novas relações de poder-saber.

Para Foucault (1997), a governamentalidade tem como fio condutor a noção de governo:

1- Metáfora do pastor que cuida de suas ovelhas, que tem que cuidar de sua subsistência: as ovelhas precisam ser cuidadas uma a uma. Esse poder foi institucionalizado pelo pastorado eclesiástico, o governo das almas. Nos séculos XV e XVI, com a crise do pastorado, buscaram-se outras relações entre pastor e rebanho.

2- Formação da governamentalidade. A mudança na arte de governar está ligada à razão do Estado. Deixa-se de governar a partir de virtudes tradicionais e se passa a governar por meio de princípios e da própria razão do Estado; “[...] é do enriquecimento pelo comércio que se espera a possibilidade de aumentar a população, a mão-de-obra, a produção e a exportação, e de dotar de armas fortes e numerosas.” (FOUCAULT, 1997, p. 84)

3- A economia política desenvolve-se a partir da gestão de recursos *versus* população. Nesse sentido há de se ver a população como sujeitos que vivem em um território e tem filhos, pagam impostos, ficam doentes, entre outros aspectos. A polícia surge como uma tecnologia. No terceiro capítulo o tema da governamentalidade será retomado.

A governamentalidade é um conceito apresentado por Foucault para explicar como foram surgindo as práticas governamentais ao longo do tempo; no caso desta tese, é a curricularização da extensão a nova forma de governar; governa-se não mais almas, mas pessoas, visto que docentes e discentes ficarão submetidos à Resolução n.º7 e, a partir de sua implementação, serão conduzidos a desempenhar determinados papéis na sociedade diferentes dos realizados anteriormente. Essa mudança na legislação tem como sustentação o neoliberalismo como prática intervencionista na vida das pessoas.

Na sequência serão apresentados os capítulos desenvolvidos. O segundo capítulo apresenta o processo histórico da extensão universitária, iniciando brevemente pelo mundo e tendo seu caminho percorrido no Brasil até a sua curricularização com maior destaque. O desenvolvimento da extensão não é um processo linear, traz na sua essência muitos percursos diferentes. O neoliberalismo vem completar o capítulo, pois ele é o ‘pano de fundo’ do processo de curricularização da extensão. O liberalismo tem seu desenvolvimento quando se refere à economia, e o (neo) liberalismo vem apresentado por meio de vigilância constante, como dito por Foucault. Dardot e Laval (2016) apresentam a influência do neoliberalismo nas escolas e universidades, locais onde são construídos discursos.

O terceiro capítulo apresenta os caminhos percorridos por Foucault, com maior enfoque na perspectiva arqueogenológica, apesar de apresentar um breve resumo da vida e dos domínios foucaultianos. Os regimes de verdade e as relações de poder-saber são discutidos antes do biopoder, da biopolítica e da governamentalidade.

No capítulo quatro os procedimentos de pesquisa são apresentados: *corpus* de análise, entrevistas, normas para a transcrição, os pesquisados e as informações a respeito da instituição pesquisada. O documento-base foi o PDI, não se tratando este de um documento público, sendo apresentadas somente informações do centro universitário, sem nenhuma análise. Trata-se de um compilado das informações mais importantes para o desenvolvimento dessa tese

No capítulo cinco, de análise, é apresentada a discussão do Parecer CNE/CES n° 608 com todos os participantes do desenvolvimento do documento, bem como o desenrolar da publicação da Resolução e um resumo do teor da Resolução em questão. O foco do capítulo encontra-se na problematização da Resolução, juntamente com os excertos das entrevistas realizadas, garantindo, assim, uma análise discursiva.

As considerações finais não apresentam uma verdade definitiva, mas sim caminhos percorridos e que estarão em constante mudança.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E O (NEO)- LIBERALISMO – do início aos nossos dias

Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. (FREIRE,1983, p.21)

O capítulo tem como foco apresentar brevemente o desenvolvimento da extensão no mundo e seu início em terras brasileiras até os dias atuais, pois muitos são os dados históricos, bem como inúmeras leis, para se chegar à curricularização da extensão como considerada hoje. O destaque é o papel social, muitas vezes somente assistencialista, da extensão e a presença do neoliberalismo na construção da curricularização.

2.1 Raízes históricas

De acordo com Serva (2020) e Sousa (2010), a extensão tem suas raízes em modelos europeus. Sousa (2010) reforça que a Universidade Francesa, na qual a pesquisa se desenvolvia fora dos muros da universidade e cuja principal preocupação era o ensino especializado para cada profissão, foi uma inspiração para a universidade brasileira. Para Rocha (1984), as universidades populares da Europa nasceram no século XIX e tinham grande importância na disseminação de conhecimentos técnicos, em especial na Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica e Itália. Ainda no século XIX, a concepção da educação começa a mudar, e as universidades se preocupam com a prestação de serviço para a comunidade, sendo nesse contexto que surge a extensão como atividade da universidade. Nesse mesmo período, a universidade inglesa começa a atender as demandas sociais criando cursos de educação continuada. Nos Estados Unidos, a partir da década de 1860 havia propostas diferentes de extensão: uma cooperativa ou rural e uma extensão universitária ou geral, cuja ideia era de prestação de serviços.

Para Mirra (2009), a universidade deveria ir àqueles que não podiam ir até ela. Assim, em 1871 a Universidade de Cambridge desenvolve programas formais de “cursos de extensão” que eram levados a diversas regiões por seus professores. Oxford também desenvolveu

atividades para atender pessoas menos favorecidas. Essas ações se expandiram para concentrações de operários de minas que começaram a contratar vários cursos. Após a extensão ter se tornado uma prática juntamente com o ensino e a pesquisa, a disseminação foi rápida: Bélgica em 1892, Leipzig, Berlim, Hamburgo, Munique em 1898 e depois toda Europa.

O grande sucesso da extensão viria mais ou menos na mesma época nos Estados Unidos pela *American Society for the Extension of University Teaching*, devido à grande valorização da extensão. A Universidade de Winconsin reforçou a extensão com a utilização de seus professores como *technical experts* do governo do Estado. Surgiu a *Cooperative Extension Service*, e as ações desencadeadas a partir dessa cooperação foram importantes para a modernização agrícola americana. Essas ações extramuros foram fundamentais para a concretização da extensão dentro do ambiente universitário (MIRRA, 2009).

Conforme Freitas Neto (2011), o Manifesto de Córdoba, na Argentina em 1918, foi um movimento estudantil contra o modelo vigente de universidade, de muita interferência do clero, do desprezo às línguas, à matemática, à física, entre outros, que não atendia às expectativas latino-americanas, sendo a inspiração para as primeiras ações extensionistas no Brasil. O teor do manifesto gira em torno dos seguintes temas: coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; participação livre nas aulas; periodicidade definida e livre da cátedra ao professorado; caráter público das sessões e instâncias administrativas; extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; assistência social aos estudantes; autonomia universitária; universidade aberta ao povo. O destaque para esse projeto é a extensão da universidade para fora dos muros. “Esse Manifesto torna-se um marco porque será a partir dele que a Universidade Latino-americana vai buscar (porque é cobrada) maior compromisso social” (SOUSA, 2010, p. 15).

Tanto Rocha (1995) como Cunha (2007) apontam a Universidade Popular Livre de São Paulo como o primeiro registro de extensão realizado no Brasil, entre dezembro de 1914 e junho de 1917, por meio de cursos de pequena duração direcionados às camadas populares. Em 1921, as Escolas de Agronomia de Lavras e Viçosa iniciaram programações direcionadas aos produtores rurais.

No Brasil, a extensão universitária também tem sua história muito relacionada ao movimento estudantil, pois, na década de 30, o movimento dos estudantes desenvolveu atividades práticas e específicas para a integração com a sociedade, atuantes no cenário político e social (SOUSA, 2010). Pelo Decreto nº 19851, de 1931, conhecido como o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, “A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos

philosophicos, artísticos, litterarios e scientificos, em benefício do aperfeiçoamento individual e *collectivo*” (BRASIL, 2021, grafia original).

Ressalta-se, ainda, que a “extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extrauniversitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas” (BRASIL, 2021, p. 03). Rocha (1995, p. 61-62) também exemplifica essa afirmação destacando “Dentre as experiências deste período, é ressaltada a dos cursos noturnos para trabalhadores, realizados por iniciativa de Anísio Teixeira, na Universidade do Distrito Federal”. Serrano *et al.* (2019, p.198) asseveram que

[...] a prática extensionista institucionalizada nasceu no Brasil sob uma perspectiva domesticadora, de controle de forma de abrandamento às necessidades sociais, culturais e educacionais da população que começa a pressionar pelo acesso à escola, à educação superior.

De 1931 até 1963, muitas ações foram realizadas pelos estudantes; entretanto, o movimento estudantil foi, várias vezes, usado como massa de manobra para atender aos desejos do Estado (SOUSA, 2010). Rocha (1995) ressalta que a criação da União Nacional de Estudantes (UNE), em 1938, dá maior força ao extensionismo. Nas décadas de 1940 a 1950, a Universidade de São Paulo (USP) teve como proposta de extensão a popularização das ciências, das artes e das letras, realizada por meio de cursos, palestras, radiodifusão e de filmes científicos dirigidos aos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 2023).

Na década de 60 aconteceram três grandes eventos do movimento estudantil: o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, em 1961, o II Seminário Nacional da Reforma Universitária, em 1962, e o III Seminário Nacional da Reforma Universitária, em 1963. De todos os seminários, muitas contribuições foram direcionadas tanto para a politização estudantil como para a organização de movimentos populares; algumas dessas ações podem ser caracterizadas como extensão universitária, em especial: o Serviço de Extensão Cultural (SEC), em que o movimento estudantil comprometia-se junto com professores e técnicos. A principal experiência foi a alfabetização de adultos, utilizando-se o Método Paulo Freire (ROCHA, 1995). O Movimento Cultural Popular (MCP) contra o analfabetismo e pela elevação cultural do povo destacava o produto nacional em relação aos valores importados, sem xenofobia. O Centro Popular de Cultura (CPC) tinha como objetivo valorizar a cultura nacional e desenvolvimento de formação ideológica. A forma principal do centro era a produção teatral; algumas peças foram ‘A mais valia vai acabar’, ‘seu Edgar’ e ‘O alto dos 99%’ (SOUSA, 2010).

E, finalmente, a Une-Volante, que tem como propósito levar o debate político aos estudantes de todo o território nacional, com o intuito de maior mobilização.

Sousa (2010) ressalta que, após o golpe de 64 no Brasil, as instituições de ensino passaram a ter um papel secundário, apenas engajadas com os propósitos da política militar. A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, promoveu a Reforma Universitária, garantindo a extensão como obrigatória nas instituições de terceiro grau; contudo, o caráter assistencialista ainda permaneceu, e o movimento estudantil perdeu sua força. A autora ressalta que não houve nenhum avanço quanto à concepção da extensão, que continuou com a prestação de serviços a comunidades menos favorecidas; “trata-se da Universidade cumprindo uma missão social, a serviço do Estado” (SOUSA, 2010, p. 65). A extensão é institucionalizada e possibilita “oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento” (MELLO, JOSE NETO, PETRILLO, 2020, p. 3).

Nesse período, surgem os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) inspirados em universidades norte-americanas, com prestação de serviços a comunidades rurais, por meio de estudantes (SOUSA, 2010). De acordo com Bemvenuti (2006), trata-se de um projeto criado para proporcionar ao estudante universitário uma atuação nas comunidades; sua real função política era ajustar a ação governamental às necessidades da população.

O Projeto Rondon teve sua CRUTAC na primeira operação em 1967, constituindo o maior movimento de mobilização estudantil na América Latina (ROCHA, 1995). Este tem sua integração com as universidades por meio dos *Campi* Avançados, que eram tentativas de levar as universidades para o interior. “A universidade, ao se integrar ao Projeto Rondon, deixava-se servir de instrumento ideológico para repassar a ordem política proposta e as atividades de extensão eram meros instrumentos para reforçar os Planos Governamentais” (SOUSA, 2010, p. 93).

Os CRUTACs, os *Campi* avançados e o Projeto Rondon cumpriam um papel assistencialista, atendendo às comunidades menos favorecidas, além de atender aos propósitos governamentais de integração e desenvolvimento nacional. Não fica claro o papel da universidade enquanto aprendizagem nessas atividades, pois trata-se de atividade de assistencialismo apenas (SOUSA, 2010).

Para Sousa (2010), até 1980 há um período de grande atuação da extensão com o Estado, e depois, há uma mudança de forma, pela qual haverá diálogo entre as duas instituições, quais sejam, o Estado e as Universidades. O quadro 3 representa essa situação:

QUADRO 3 - Periodização da Interlocação com o Estado

I Período: da Colônia até o Golpe Militar	II Período: do Golpe de 1964 até a abertura política	III Período: da abertura política até os nossos dias
*Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras (1931)	Projeto Rondon <i>Campi Avançados</i>	Integração com as IES

FONTE: Sousa (2010, p.56)

O projeto Rondon foi extinto em 1989, mas, em 2015, a Portaria Normativa nº 2617/MD aprovou a concepção política do Projeto Rondon para que atendesse as regiões com baixo Índice de desenvolvimento Humano (IDH) nas suas atividades, atividades essas que possam auxiliar a comunidade na melhoria da saúde, educação e trabalho (MELLO, JOSE NETO, PETRILLO, 2020).

“A década de 80 foi marcada pelo ressurgimento de movimentos sociais, com aspirações que foram expressas no texto constitucional de 1988 (BRASIL, 2023)”, que culminam no destaque da extensão universitária no art. 207 da Constituição Federal Brasileira:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2020).

Embora a extensão tenha sido ressaltada na Constituição Federal de 1988, ainda faltava um espaço de debate maior sobre o papel efetivo da extensão; então, começam a se reunir os pró-reitores das universidades públicas e surge o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) no ano de 1987, que terá grande importância na consolidação da extensão dentro do tripé do Ensino Superior: ensino, pesquisa e extensão. Foram criados mais dois fóruns dedicados à extensão universitária, um deles resultado da união das entidades comunitárias, Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias (FOREXT) com início em 1998 e outro criado para a reunião

das instituições privadas (FOREXP) instituído em 2002. Esses fóruns continuam atuando no debate sobre a extensão.

Na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB), a extensão aparece como atividade da universidade, no artigo 43, para: “VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição” (BRASIL, 2020b).

Na LDB, são apresentados conceito e forma da extensão, referindo-se à oferta da extensão e possibilidade de recebimento de verba para as atividades. Não há mudança que possa ser destacada no que se refere ao conceito de extensão universitária, nem as suas atividades.

O Forproex, em 1999, elabora o Plano Nacional de Extensão Universitária, documento que ressignifica a extensão do ponto de vista da cidadania, da perspectiva do aluno, qualificando professores, atendendo às necessidades da sociedade, abordando temas das universidades e também de políticas públicas (SERRANO *et al.*, 2019). Em 2012 é publicada a Política Nacional de Extensão, que ainda norteia o trabalho extensionista, como pode ser visto em alguns aspectos a seguir.

2.2 O nascimento da curricularização

Rays (2003) destaca que a extensão universitária é o processo que estende o que é aprendido na universidade para a sociedade, garantindo, assim, que haja uma interação das atividades universitárias e com os conhecimentos e problemas que são gerados em todos os âmbitos fora dos muros universitários. Extensão universitária, desde então, é definida como:

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração, das práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, maio/2012, p. 08).

Por sua vez, na Resolução CNE/CES n.º 7, o conceito de curricularização da extensão é apresentado no artigo 3º, com o destaque na questão da integração da matriz curricular, conforme citado na sequência:

Art. 3º - A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 01).

No Plano Nacional de Educação de 2001-2010 começa a ser debatida a curricularização da extensão de forma bastante tímida (Lei nº 10.172). No Plano seguinte, de 2014-2024 (o plano demorou 4 anos para ser aprovado, por isso o prazo ficou com 4 anos a mais), ela ganha espaço para que realmente seja efetivada dentro da matriz curricular, conforme texto destacado na meta 12.7, que apresenta: “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014, p.11).

A Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, define os fundamentos e os procedimentos para a realização da extensão universitária, destacando a inserção de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.

Como forma de facilitar a visualização dos marcos da extensão e seus objetivos dentro do contexto brasileiro, o Quadro 4 apresenta um resumo da trajetória da extensão universitária.

QUADRO 4 - Marcos históricos e extensão no Brasil

Ano	Marco	Aspecto relacionado à extensão
1914-1917	Universidade Livre de São Paulo	Oferecimento de cursos.
1921	Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa	Prestação de serviços para a comunidade rural.
1931	Estatuto das Universidades Brasileiras	Oferecimento de cursos e conferências de caráter educacional e utilitário. Difusão de conhecimentos para a sociedade.
1938	União Nacional dos Estudantes (UNE)	Movimentos culturais e políticos vinculados ao compromisso social.

1961	Serviço de Extensão Cultural	Alfabetização de adultos com o método de Paulo Freire.
1961	Movimento Cultura Popular	Necessidade de manter a cultura popular.
1961	Centro Popular de Cultura	Valorização da cultura e formação ideológica.
1962	Une -Volante	Discussão da mobilização e expansão política.
1966-1968	Crutac	Prestação de serviços às comunidades.
1966	Projeto Rondon	Papel assistencialista às comunidades com baixo IDH.
1968	Reforma universitária	Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Permanência do caráter assistencialista e perda da força do movimento estudantil.
1696	Campus Avançados	Interiorização das universidades.
1987	Criação Forproex	Definição de políticas acadêmicas de extensão com o comprometimento da transformação da sociedade, promovendo o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.
1988	Constituição Federal de 1988	Importância da universidade na produção e disseminação de saberes em consonância com a sociedade.
1996	LDB	Não apresenta nenhuma mudança quanto à extensão.
1998	Criação do Forext	Maior discussão com as IES comunitárias em torno da extensão.
1999	Forproex Plano Nacional de Extensão Universitária	Contribuição para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País.
2001-2010	Plano Nacional de Educação	Proposição de que 10% do total de créditos exigidos serão para ações extensionistas.
2002	Criação Forexp	Debate da extensão por gestores das instituições particulares.
2012	Política Nacional de extensão	Materialização das discussões do Forproex.

2014 a 2024	Plano Nacional de Educação	A extensão ganha obrigatoriedade de inserção na meta 12.7.
2018	Resolução CNE/CES n.º 7	Destaque para a inserção de, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação. Dialogicidade com a comunidade, atendimento às necessidades das comunidades externas.

FONTE: elaborado pela autora, 2021

Para Rios e Caputo (2019), no ano do centenário do Movimento de Córdoba, a universidade deixa de ser apenas uma produtora de conhecimento e passa a formar sujeitos críticos, questionadores do mundo e que podem transformá-lo. Essa referência dos autores destaca o intuito do Movimento de Córdoba que era a maior inserção do estudante na sua educação, atuação da universidade para além dos muros, porém será mesmo que a mudança na legislação conseguirá atingir tal objetivo? A Resolução CNE/CES n.º 7 apresenta a extensão como lugar de destaque em seu artigo 2º, e, na prática, os discentes terão realmente um papel diferente após terem desenvolvido atividades extensionistas nesse novo modelo? Não se tem nenhuma indicação de como isso acontecerá na prática.

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios (BRASIL, 2018, p.01).

Wociechoski e Catani (2022) apresentam que a burocratização de todo processo de curricularização da extensão passa pelos documentos institucionais. O processo de curricularização inseriu uma gama de evidências que precisam ser guardadas, como o registro na documentação do aluno, além de ter sido desenvolvido de forma separada dos demais documentos que regem a educação brasileira, conforme afirmam os autores. Toda essa forma de trabalho conduzirá a conduta dos discentes e docentes na forma especificada pelas instituições onde eles estudam ou trabalham.

A Resolução apresenta a concepção e a prática das diretrizes da extensão, destacando a interação dialógica com a sociedade por meio de trocas de conhecimento; a formação cidadã dos estudantes, considerando os conhecimentos interprofissionais e interdisciplinares; a

produção de mudanças na própria instituição de ensino; a articulação entre o ensino/extensão/pesquisa em um processo pedagógico único (BRASIL, 2018).

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, inserem-se nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

As áreas temáticas da extensão já haviam sido definidas em 2012, de acordo com a Política Nacional da Extensão, e continuam atuais nessa perspectiva de curricularização. São elas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. As atividades extensionistas devem atender às comunidades interna e externa das Instituições de Ensino Superior, garantindo que todos sejam beneficiados.

Para Paula (2013, p. 20),

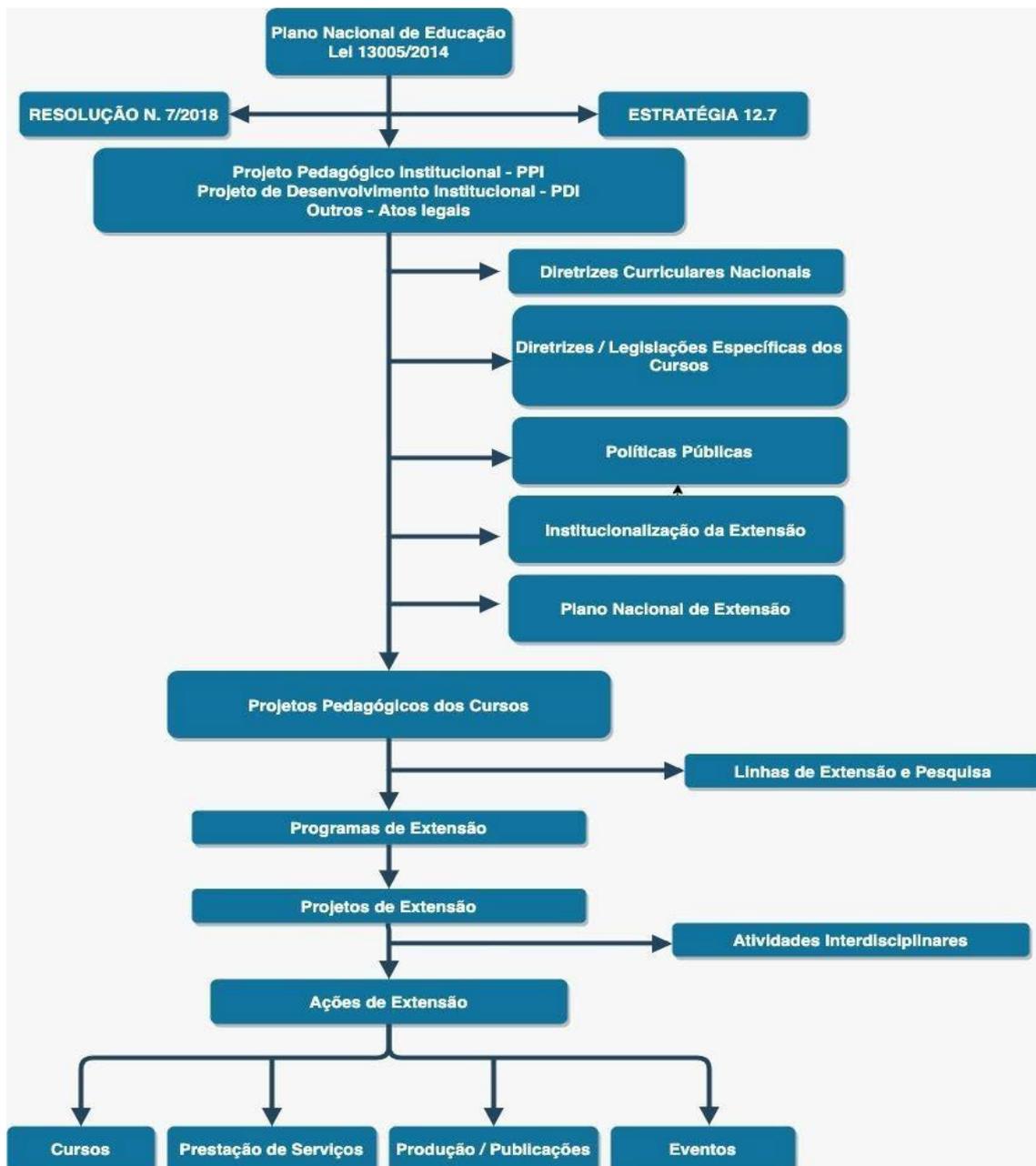
É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação.

Cabe a cada projeto pedagógico de curso definir quais linhas de trabalho serão seguidas, para que, assim, possam ser desenvolvidas atividades interdisciplinares e até intercurso, e estas devem ser creditadas de forma a atender o pressuposto da Resolução. Imperatore, Pedde e Imperatore (2015, p. 12) destacam:

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos são delimitadas as linhas de extensão e pesquisa que orientarão o escopo de programas de extensão, aos quais estarão vinculados projetos (conjunto de ações estruturadas, com periodicidade e objetivos definidos) cujas ações serão efetivadas através de atividades interdisciplinares (diagnósticos/avaliações/levantamentos, atividades culturais e esportivas, prestação de serviços/assessoria/consultoria, extensão tecnológica, cursos, eventos, produção/publicações/produtos, outros). Tais atividades poderão estar vinculadas a disciplinas específicas dos cursos que contemplem atividades comunitárias em seus planos de ensino e processos avaliativos e ou poderão ser desenvolvidas em programas/projetos transversais com creditação curricular regulamentada.

A Figura 1 apresenta o mapa conceitual desenvolvido por Imperatore, Pedde e Imperatore (2015), de como se encontra a extensão dentro de todo o processo de legislação, garantido pelas políticas de educação. A imagem foi adaptada em função da Resolução de 2018.

FIGURA 1 – Mapa conceitual do PNE e Resolução n.º 7



FONTE: adaptado de Imperatore, Pedde e Imperatore (2015)

A legislação extensionista tem como intuito conduzir todo trabalho dos docentes e discentes de forma a atender a comunidade por meio de cursos, prestação de serviços,

publicações ou eventos. É bom mencionar que a lógica neoliberal está por trás de todo o desenvolvimento da legislação, como será evidenciado mais adiante, para garantir que os universitários desenvolvam atividades que até então eram feitas pelo Estado e que entendam que esse é seu papel. Ademais, busca-se o desenvolvimento de competências para o mercado¹⁶ de trabalho.

Deus (2020, p.23) destaca:

A Extensão é o lugar da ‘alteridade’ por excelência — é onde a universidade realiza o reconhecimento da diversidade tanto sociocultural quanto étnico-racial e permite não apenas a construção, como também o estabelecimento dos compromissos necessários à leitura do mundo. Ao atuar nas dimensões estéticas e culturais, a Extensão Universitária tenciona o Ensino e atualiza a Pesquisa. Este movimento nos convoca não só a pensar o lugar da Extensão na formação cidadã dos envolvidos, como também a reconhecer o seu papel real e objetivo na estrutura da universidade, no cumprimento daquela que pode ser uma de suas tarefas mais generosas e instigantes: a de ser o local de formação, contribuição e promoção de propostas para melhoria da vida.

A partir da citação de Deus, podemos pensar que esse lugar de alteridade precisa ser o foco do trabalho extensionista, a mudança precisa ocorrer de forma que a universidade interaja com a comunidade na construção das propostas de melhoria de vida, não é a universidade trazer propostas prontas e sim debater com a comunidade na busca de soluções que desenvolvam os alunos e ao mesmo tempo promovam a melhoria da comunidade.

De acordo com Costa e Silva (2019), algumas universidades federais se estruturaram de forma a desenvolver o empreendedorismo, não somente nas salas de aula, mas criaram empresas júnior, incubadoras e parques tecnológicos para preparar egressos para o mercado de trabalho, dado que não há garantias de empregos para todos, de acordo com a lógica do neoliberalismo, embora esse não seja o foco da educação federal.

Em relação à avaliação das atividades de extensão, a Resolução é bastante taxativa de em quais documentos devem ser feitos os registros, porém não apresenta como fazê-la.

Art. 14 - Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação (BRASIL, 2018, p. 03).

¹⁶ No desenvolvimento dessa tese o mercado de trabalho é entendido como espaço entre aquele que detém o capital e aquele que dele depende, dessa forma ditando as regras das necessidades para dele participar.

A legislação deixa claro que a extensão passa a ter seu *status* diferenciado pela obrigatoriedade de inserção em todos os currículos. Porém, essa alteração encontra-se em consonância com o momento contemporâneo no qual impera o Neoliberalismo, como veremos a seguir.

2.3 (Neo)-liberalismo

O conceito do neoliberalismo é muito polêmico. Muitos são os pensadores que tratam do tema; todavia, não se sabe ao certo quando passou a ser usado como o conhecemos hoje. Nesta seção, vale mencionar, não se pretende esgotar o tema por abranger uma ampla variedade de fenômenos, como reformas de política econômica, modelos de desenvolvimento, ideologias e paradigmas acadêmicos (ANDRADE, 2022).

O Liberalismo Clássico é basilar para o desenvolvimento das ideias neoliberais que se intensificam a partir da década de 70. Adam Smith (1723 – 1790), considerado fundador das ciências econômicas, tem sua teoria baseada no estímulo ao livre comércio e o não intervencionismo estatal. Preocupa-se também com a questão da utilização do conhecimento para a vida, em especial para as famílias menos abastadas; não acreditava que a escola deveria ser gratuita para as famílias que pudessem pagar; entendia que as escolas deveriam buscar fontes de recursos, atraindo doadores ou alunos pagantes (CERQUEIRA, 2005).

Alguns autores são fundamentais para a compreensão do liberalismo. Hayek (1899-1992), ganhador do prêmio Nobel 1974, em seu livro “O caminho da servidão”, ressalta que o controle do Estado conduz à perda de liberdade, apresenta o cenário pós-guerra e nas suas argumentações não destaca somente o pensamento econômico, mas também político-ideológico (HAYEK, 2010).

Milton Friedman (1912 - 2006) tem seu nome ligado à Escola de Chicago, a qual defendia ideias econômicas ligadas ao liberalismo e rejeitava o modelo econômico Keynesiano, que defendia o intervencionismo do Estado. Ressalta também que o neoliberalismo americano busca entender a racionalidade do mercado e que alguns critérios apresentados não se referem somente aos econômicos; podem ser relacionados à família, natalidade, delinquência e mesmo política penal (ABREU, 2020).

Para Foucault (1997), o liberalismo deve ser analisado como racionalidade, como forma de governar, de conduzir, pois rompe com a “razão do estado”. Para Dardot e Laval, (2016, p. 17):

O termo *racionalidade* não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra ‘capitalismo’. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida.

Foucault assevera (2021b, p 175-176), por sua vez, que “o neoliberalismo, portanto, não se vai colocar sob o signo do *laissez-faire*,¹⁷ mas, pelo contrário, sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente”.

Laval (2020) entende que o esgotamento das formas de governar biopoliticamente e a crise das instituições disciplinares trazem o neoliberalismo como uma solução possível, colocando o mercado em destaque. O neoliberalismo renova a visão do liberalismo do séc. XVIII; a economia não é mais o mercado como base de troca e sim a concorrência entre os homens, e esta não funciona naturalmente. É preciso ação governamental para que seja feita da melhor forma possível. Para Abreu (2020, p. 49):

[...] o termo neoliberalismo passou então a ser usado para designar um novo conjunto de políticas econômicas que propunha implantar amplas reformas no funcionamento dos mercados e dos Estados, nas relações trabalhistas e sindicais, que se caracterizou por flexibilizações ainda mais radicais com relação ao comércio internacional e a minimização da ação estatal nos campos econômico e social, principalmente no setor produtivo, no intuito de propiciar um ambiente mais dinâmico ao fluxo de capitais.

Todas essas mudanças nas relações com a sociedade, segundo afirma Laval (2020), assemelham-se a uma governamentalidade ativa, na qual se governa para o mercado. Outro aspecto a destacar é a intervenção governamental que não é menos atuante, menos frequente, e que não intervém no mercado, mas na própria sociedade. Segundo Foucault (2021b, p. 191) “A sociedade regulada pelo mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias, antes os mecanismos de concorrência.” Trata-se de uma sociedade em que os indivíduos são vistos como empresas, devendo ser produtivos e estando sujeitos à concorrência. “O *homo aeconomicus* que se

¹⁷ Expressão em francês que significa “deixar fazer”, normalmente utilizada para identificar a não intervenção estatal.

pretende reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor; é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2021b, p. 191).

As relações entre Estado e mercado são interdependentes; o bom funcionamento econômico da sociedade faz com que a lógica de mercado seja ativada para a sociedade de modo geral, instaurando a concorrência em todos os seus aspectos.

O neoliberalismo se apresentava, assim, como uma nova espécie de liberalismo, uma sorte “intervencionista liberal”, segundo a fórmula de Foucault. Só poderia ser compreendido mediante novas maneiras, características do período contemporâneo, de “conduzir a conduta” dos homens (LAVAL, 2020, p. 42).

Outra questão a ser destacada do neoliberalismo é que o “O estado social e as políticas de renda são concebidos como obstáculos ao crescimento e não mais como elementos centrais do compromisso social.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 241). Dessa forma, os sujeitos devem ser responsáveis pela sua educação, sua saúde, participação política, integração social. Não se trata mais do “*welfarismo*”¹⁸, são eles que precisam arcar com a sua doença, sua falta de estudo, sua precariedade de trabalho. São as várias formas de privatização das condutas que levam o trabalhador, o aluno, a ser responsável por sua sorte ou azar em relação a toda a construção de sua vida.

Os anos 1980 foram marcados, no Ocidente, pelo triunfo de uma política qualificada, ao mesmo tempo, de ‘conservadora’ e ‘neoliberal’. Os nomes de Ronald Reagan e Margaret Thatcher simbolizam esse rompimento com o ‘*welfarismo*’ da social-democracia e a implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189).

Alguns países, como Estados Unidos, Grã-Bretanha e até o Brasil, na década de 90, apresentaram de forma contundente mudanças nas políticas justificando-as como forma de redução de gastos; na prática, contudo, entende-se que é uma mudança na racionalidade. A base da economia passa a ser a concorrência.

O princípio de inteligibilidade do neoliberalismo passa a ser competição: a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso

¹⁸ *Welfarismo* -Modelo de estado assistencialista e intervencionista, o governo é responsável pelas garantias básicas do cidadão: saúde, educação.

equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um objeto de consumo (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2009, p. 189).

Para Dardot e Laval (2016, p. 17), "O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência".

A competição se instala entre as pessoas devido às diferenças em relação aos benefícios aos quais cada uma está exposta; sendo assim, sempre haverá diferenças entre elas guiadas pelas práticas do bem-estar social. Em nível mundial, a difusão da norma neoliberal encontra um veículo privilegiado na liberalização financeira e na globalização da tecnologia. A globalização começou a ser estimulada pelas finanças. Os autores asseveram que devemos distinguir três aspectos das disciplinas neoliberais: a **liberdade dos sujeitos econômicos**, considerando a **segurança dos contratos**; e o estabelecimento de um **quadro estável** (DARDOT; LAVAL, 2016, grifos nossos).

A estratégia neoliberal consiste em criar o maior número possível de situações de mercado, a 'mercadorização' de escola e hospital, a 'obrigação de escolher' para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como 'realidade'. A autogestão aparece de forma indelével; não há um controle externo, são os próprios profissionais que sabem da necessidade do cumprimento de suas atividades e, principalmente, da questão da empregabilidade. É o próprio trabalhador quem define suas metas, ele se torna 'instrumento de si' (DARDOT; LAVAL, 2016).

O sujeito busca sua empregabilidade sem que haja necessidade que outros a façam buscar; ele é o empreendedor de si mesmo, em todos os seus aspectos. "Em outras palavras, a estratégia neoliberal consistia e ainda consiste em orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda a parte comprometidos com relações de transação e concorrência no mercado" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 243). Laval (2019) alerta para a crescente pressão pela introdução de mecanismos de mercado, sempre em busca da eficiência. A instituição escolar precisa produzir ofertas que visem às demandas dos consumidores. Ressalta a questão de que cada vez mais as competências necessárias para o mercado devem ser desenvolvidas na escola. "A principal *competência*, a metacompetência, consistiria em "aprender a aprender" para enfrentar a incerteza alcançada pela exigência permanente da existência humana e da vida profissional" (LAVAL, 2019, p. 41).

O neoliberalismo influencia, de modo direto, as escolas e as universidades. Laval (2019, p. 48) destaca que "o sentido da escola muda: ela é não mais um lugar de assimilação e convívio

com grandes narrativas onde se moldam caracteres estáveis para situações sociais bem definidas, mas um local de formação de caracteres adaptáveis às variações existenciais e profissionais em incessante movimento.” Os discursos dos quais a pedagogia se apropriou como ‘gestão’ ou ‘gestão mental’ colocam a escola ou a universidade na esfera de uma lógica gerencial, potencializando a lógica das pressões sociais e culturais. Outro aspecto a considerar é a questão das ‘consultas’ a empresas para a definição dos conteúdos a serem trabalhados para o preparo dos alunos para esse mercado. “O papel do professor não é mais transmitir conhecimento, mas motivar, orientar e avaliar. Ele se tornou um ‘coach’ e ‘pesquisador’ (LAVAL, 2019, p. 144, grifos do autor).

Na escola neoliberal a razão a ser seguida é a econômica, a força de trabalho precisa ser melhorada, a escola precisa ser gerida como uma empresa para aumentar a produtividade, devem ser desenvolvidas competências para o trabalho. Os professores são submetidos à lógica de mercado e a uma disciplina crescente, com intensificação de trabalho, restrições e, muitas vezes, controles de sua produção por meio da direção ou reitorias. Outra questão é a manutenção das escolas de forma mais “eficiente”, sem aumentar impostos, melhorando a qualidade e ainda diminuindo gastos públicos, no caso das escolas públicas (LAVAL, 2019).

A escola deixa de ser um local de cultura e educação para se tornar um espaço de preparação para o mercado de trabalho, e o aluno e o professor são vistos como mais uma engrenagem no mercado. Na citação a seguir, Laval (2019, p. 254) afirma tal situação.

O objetivo político é, na verdade, transformar a escola numa máquina eficiente a serviço da competitividade econômica. Não importa mais, primordialmente, a vigilância moral e política dos professores. Se a vigilância sobre as minúcias aumentou, se foi criado um poder mais próximo, foi com o intuito de melhorar o desempenho dos professores e fazê-los servir aos novos objetivos econômicos e sociais da escola.

Como as escolas e as universidades estão direcionadas para a razão econômica, atividades *on-line* vêm aumentar a demanda de trabalho dos professores. Outra questão é a avaliação dos professores que é realizada de acordo com o desempenho em atividades, com a capacidade para realizar determinadas atividades em um projeto de acordo com a lógica de produção, a qual rege as atividades e os conteúdos trabalhados em sala. O papel do professor muda; agora ele se transforma em mentor, guia ou alguma outra determinação como essas (LAVAL, 2019). Além de toda a transformação pedagógica da escola em função do neoliberalismo, o “negócio” escola/universidade passou a ser muito competitivo e concorrido no mercado.

Bianchetti e Sguissardi (2017) apresentam o conceito *commodity*, que se refere à educação superior transformada em mercadoria, com ações na bolsa de valores. Ressaltam o aspecto de mercado em estado bruto, como soja, trigo etc., produtos com características homogêneas e cujos preços se submetem ao mercado, tratando a educação como *commodity*¹⁹ mesmo.

Para finalizar, Laval (2020, p. 73) cita que

Foucault, não vê as técnicas do poder neoliberal como exceção. Pelo contrário, existe uma modificação no tipo de subjetivação reivindicada pelo jogo da concorrência. A insistência sobre o capital humano e a figura do ‘empreendedor de si’ decorre desse esforço para desobstruir essa originalidade e a coerência do neoliberalismo.

Com tantas mudanças, o universitário passa a se identificar como empresa, pois tudo gira em torno do capital, sendo necessário cada vez otimizar mais os recursos, ter maior produtividade e ganhar mais. A família também passa por essa mudança; melhores escolas para os filhos, muitos cursos, preocupação constante com a concorrência de outras pessoas.

O neoliberalismo está presente na curricularização da extensão de forma que haja uma padronização das universidades, desenvolvendo atividades para a comunidade externa, atividades essas não somente assistencialistas, mas que capacitem para o trabalho. A legislação insere a curricularização em universidades públicas e particulares, e essas atividades serão balizadas e desenvolvidas em todos os cursos de modo a se tornarem algo normalizado dentro das universidades. Todas as atividades extensionistas precisam ser descritas e avaliadas, e o professor passa a ser um mentor das atividades. Em relação à avaliação, ela é a medida de desempenho tanto para os alunos como para as universidades que têm *ranking* em relação a sua classificação.

Na sequência serão apresentados os temas relacionados ao pensamento de Foucault, por meio de seus comentadores e de suas próprias obras.

¹⁹ Commodity - Mercadoria

3 CAMINHOS PERCORRIDOS POR FOUCAULT

Neste capítulo apresentaremos as ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de uma pesquisa a partir de Foucault, na qual terá destaque a arqueogenealogia.

Eribon (1990) nos apresenta a biografia de alguém que viveu intensamente, Foucault, nascido em 15 de outubro de 1926 em Poitiers, na França. Em relação aos estudos, suas preferências eram por história e línguas de modo geral, e ele era bastante introspectivo. Sempre foi muito dedicado aos estudos, aprendeu alemão para ler Heidegger e passava horas nas bibliotecas.

Licenciado em Filosofia pela Sorbonne, resolveu licenciar-se também em Psicologia. Antes de iniciar como professor no *College de France*, esteve ligado a muitas outras universidades como docente e envolvido em muitas atividades extracurriculares. Algumas dessas ações foram sugerir que a *Maison de France*, em Uppsala, deveria atingir um público que não se limitasse àquele Instituto de Línguas Românicas da universidade, assim propondo cursos elementares de francês para jovens pesquisadores, além de propor sessões recreativas (projeções de filmes, audições de discos entre outros), e sempre esteve, também, ligado às artes.

Foucault também milita em várias ocasiões, ajudando amigos e é até preso, vivendo momentos intensos em sua vida. Esteve no Brasil, nos Estados Unidos, mais especificamente na Califórnia.

Encontrava-se entre os grandes pensadores da época, como Jean Hyppolite, Louis Althusser e Merleau-Ponty. Foucault morreu precocemente, aos 57 anos. Seus pensamentos se encontram em muitos livros e sua crítica é a crítica da crítica, que está perguntando mais e explicando menos. Era considerado por muitos como estruturalista, o que ele sempre disse não ser. O que se pode dizer é que viveu da mesma forma que produziu...intensamente.

As obras de Foucault podem ser divididas, de forma pedagógica; no caso desta tese utilizaremos a mesma nomenclatura proposta por Veiga-Neto (2009) e, de agora em diante, trataremos de domínios foucaultianos: os domínios do ser-saber, do ser-poder e do ser-consigo, em especial os domínios do ser-saber e ser-poder serão basilares para o desenvolvimento desta tese.

3.1 Os 3 caminhos foucaultianos

Para Veiga-Neto (2011), bem como para a maior parte dos especialistas, as obras de Foucault são divididas em três etapas: arqueologia, genealogia e ética, enquanto outros utilizam o critério cronológico, dividindo em fases I, II e III. Pelo critério metodológico, os livros que compõem a etapa Arqueológica são: *História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As palavras e as Coisas* e *Arqueologia do Saber*. Já na fase Genealógica, temos *Ordem do Discurso*, *Vigiar e Punir*, *Vontade de saber* e, na fase Ética, *O uso dos Prazeres* e *O cuidado de si*. Quando se trata de utilizar o critério Cronológico, esse se inicia em 1954 com a *História da Loucura*, depois as *Palavras e as Coisas*, *Arqueologia do Saber* e a *Ordem do Discurso*, em 1975-1976, *Vigiar e punir*, *Vontade de saber* e, em 1984, *O uso dos prazeres* e o *Cuidado de si*.

Os três Foucault, segundo os critérios ontológicos de Morey (MOREY, 1991, *apud* VEIGA-NETO, 2011), são: Ser-saber, com as obras *História da Loucura*, *Nascimento da Clínica*, *As palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*; Ser-poder, *História da Loucura*, *Vigiar e Punir*, *Ordem do discurso*; e ser-consigo, contando com *História da Loucura*, *Vontade de saber* (VEIGA-NETO, 2011).

O primeiro domínio, denominado de ser-saber, tem como obras básicas *As palavras e as Coisas* e *A arqueologia do poder*, porém, é na *História da Loucura* que a arqueologia aparece pela primeira vez.

O uso da palavra arqueologia indica que se trata de um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do passado, a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos (VEIGA-NETO, 2011, p. 41).

Trata-se da história vista de baixo, já que parte da análise de pequenos grupos, minorias e não dos grandes grupos dominantes. Busca as articulações entre as práticas discursivas. A leitura arqueológica não entra no objeto, ela observa o que sustenta o objeto, procura determinar as regras de formação (VEIGA-NETO, 2011).

Assim, para Foucault, o sujeito moderno não está na origem dos saberes; ele não é o produtor de saberes mas, ao contrário, ele é um produto dos saberes. Ou, talvez melhor, o sujeito não é um produtor, mas é produzido no interior de saberes (VEIGA-NETO, 2011, p. 40).

Busca entender sobre os processos pelos quais os indivíduos passam e que os transformam em sujeitos como resultado da objetivação. Não interessa a Foucault construir uma

teoria do poder, trata-se de traçar uma genealogia das relações de poder e saber. Não se trata de um estudo criminalista, legal, pedagógico ou qualquer outro tipo de estudo.

O segundo domínio, o genealógico, não se propõe a fazer interpretação, mas a descrever a história das interpretações que nos são contadas ou impostas. O poder não é o foco do estudo, o poder explica como nos subjetivamos. Entende-se “a genealogia como um conjunto de procedimentos úteis não só para conhecer o passado, como também, e muitas vezes principalmente, para nos rebelarmos contra o presente” (VEIGA-NETO, 2011, p. 53). A genealogia não é uma interpretação dos fatos, mas uma descrição da história.

Cabe destacar a diferença entre arqueologia e genealogia: enquanto a primeira trata de um procedimento descritivo, a segunda recorre às relações de poder de forma mais explicativa. A análise arqueológica é uma descrição de discursos, que busca a articulação entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas, como as condições econômicas, sociais, políticas e culturais (VEIGA-NETO, 2011). “A história arqueológica não se opõe propriamente à epistemologia; de certa forma, aceita-a naquilo que essa é e só pode ser: uma reflexão elaborada por dentro do conhecimento científico” (VEIGA-NETO, 2011, p. 44). Em relação à amplitude e abrangência, a arqueologia analisa as discursividades enquanto a genealogia se preocupa como as discursividades estão atuando na relação dos saberes e as sujeições. Quanto à ênfase, pode-se dizer que a arqueologia está preocupada com o momento e a genealogia, com o processo (VEIGA-NETO, 2011).

A partir de *Vigiar e Punir*, Foucault apresenta as práticas disciplinares e de vigilância, destacando o panoptismo. Essa técnica, além de simples, é econômica, pois precisa de poucos para fiscalizar. O dispositivo panóptico se baseia em três elementos arquitetônicos: espaço fechado, dividido em celas e com uma torre central (VEIGA-NETO, 2011). A vigilância em si não interessa, o que interessa é que o vigiado pense permanentemente que está sendo vigiado. Além da invisibilidade e da posição central, ninguém escapa da vigilância, todos os detalhes são notados, não há descanso, sendo individualizada, pois segmenta; são poucos que vigiam muitos. A figura a seguir auxilia a visualização.

Figura 2 - Panóptico de Bentham



Fonte: Foucault (2000, s/n)

Outro aspecto a considerar é a questão da docilização dos corpos.

Falar em corpos dóceis é falar em corpos maleáveis e moldáveis; mas não se trata, aí, de uma modelagem imposta, feita à força. Ao contrário, o que é notável no poder disciplinar é que ele “atua” ao nível do corpo e dos saberes, do que resultam formas particulares tanto de estar no mundo – no eixo corporal –, quanto de cada um conhecer o mundo e nele se situar – no eixo dos saberes (VEIGA-NETO, 2011, p. 64).

A população é o “novo corpo” e que precisa ser quantificado, entender toda a sua “vida”, prevendo o futuro a partir do passado. Nesse contexto são muitos os saberes que começam a ser necessários: estatística, demografia e medicina sanitária, esse tema foi debatido no livro *Segurança, território e população*. Esse tema será desenvolvido em outra seção.

O terceiro domínio, *ser-consigo*, culmina com a publicação do segundo e terceiro volumes da *História da Sexualidade*. O quarto volume ficou inacabado.²⁰ Sua intenção era entender a sexualidade na conjunção entre os saberes médicos, judiciais, sociológicos, biológicos entre outros. Não é a sexualidade em si que interessa, mas as subjetivações, quais

²⁰ ‘As confissões da carne’, quarto volume, foi publicado recentemente.

regimes de verdade fazem com que o sujeito seja um produto ao mesmo tempo dos saberes, poderes e da ética (VEIGA-NETO, 2011).

De acordo com Castro (2016), Foucault delimita a ética de maneira bastante precisa em seus volumes da História da Sexualidade. Para começarmos, é preciso diferenciar o que se entende por “moral”, conjunto de valores e regras que são propostos aos indivíduos e aos grupos por diferentes aparatos prescritivos (a família, as instituições educativas, igreja etc.). Por outro lado, pode-se entender como os comportamentos morais dos indivíduos à medida que se adaptam ou não às regras que lhe são impostas. Faz-se necessário quatro distinções: substância ética; os modos de sujeição; as formas de elaboração do trabalho ético; e a teleologia do sujeito moral. A ética – a saber, essa relação de si para consigo mesmo, ou seja, como cada um vê a si mesmo – só pode ser colocada em movimento como um dos “elementos” de uma ontologia que, por sua vez, já pressupõe os outros dois eixos – do “ser-saber” e o do “ser-poder” – operando simultaneamente (VEIGA-NETO, 2011). No entendimento de Castro (2016, p. 156), Foucault apresenta “ética é a relação consigo mesmo. É uma prática, um *ethos*, um modo de ser”.

No terceiro domínio, de acordo com Veiga -Neto (2011), Foucault apresenta o processo pelo qual nos transformamos em sujeitos modernos subjetivados, sujeitos esses que por meio das tecnologias são transformados. A seguir, são apresentados os quatro tipos de tecnologias²¹. O primeiro se refere às tecnologias de produção, que permitem transformar as coisas; o segundo é a tecnologia dos sistemas de signos, que permite utilizar signos ou significados; o terceiro são as tecnologias de poder, que dominam e objetivam o sujeito, e a tecnologia do eu, que permite que os indivíduos operem sobre seu corpo e sua alma se transformando em seres melhores. As tecnologias do eu são o vasto campo de trabalho utilizado por Foucault nesse terceiro domínio.

A curricularização da extensão apresenta em seu bojo uma mudança nas relações de poder e saber, fazendo emergir novos regimes de verdade; trata-se de uma construção que está sendo desenvolvida pelas novas relações de poder e saber sendo assim, são necessários conceitos para subsidiar essa tese, como será visto a seguir.

3.2 Relações de poder-saber e regimes de verdade

²¹ De acordo com Castro (2016) tecnologia inclui os conceitos de estratégia e tática.

Para iniciarmos falando do poder, a primeira questão é que, para Foucault, não existe uma teoria do poder. Para ele, “O poder não é um objeto natural, uma coisa, é uma prática social, e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2021, p. 12). O poder não é exercido somente pelo Estado; ele está em todas as relações sociais. Cabe ressaltar que toda a análise feita por Foucault sobre o poder produziu uma importante mudança em relação às ciências políticas e em relação ao Estado. “Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado, distinção que não foi muito relevante e decisiva para as suas análises” (MACHADO, 2021, p. 15).

Do ponto de vista metodológico, Foucault (2021a) não se interessa pelo poder central, ele se interessa pelo poder micro. “Tipo de análise que ele próprio chamou de descendente, no sentido em que deduziria o poder partindo do Estado e procurando ver até onde ele se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados” (MACHADO, 2021, p. 16).

Quando falamos de poder disciplinar, existem algumas características a serem ressaltadas como a distribuição dos indivíduos dentro de um espaço que pode ser individualizador, classificatório ou combinatório, mas não necessariamente precisa ser um espaço fechado. O tempo também é uma característica disciplinar que faz a sujeição do corpo ao controle do tempo para que a produção seja maximizada com eficácia. E a vigilância como um dos principais instrumentos de controle, vigilância essa contínua, permanente, que tudo vê sem ser visto, como no panóptico de Bentham. “[...] à disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber” (MACHADO, 2021, p. 23).

O poder não é negativo, mas produtivo. Despido de qualquer juízo de valor, “o indivíduo é uma produção do poder e do saber” (MACHADO, 2021, p. 24), é produzido pelo poder; ele é um dos efeitos do poder, e devemos lembrar que esse poder é característico de cada época e, portanto, em cada período da história o poder aparece de uma forma.

O adestramento do corpo, a aprendizagem do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada - o homem - como produto do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem (MACHADO, 2021, p. 26).

O saber é o responsável pela transformação do sujeito em cada período, pois é por meio do saber que o conhecimento se torna objeto central na sociedade. “[...] todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber” (MACHADO, 2021, p. 27-28).

Não há relação de poder sem constituição de um campo de poder; todo saber assegura o exercício de poder. Revel (2005) destaca que a verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem, sendo transmitida pelos aparelhos políticos e econômicos, além de ser o local de enfrentamento.

O importante, creio, é que não existe fora do poder ou sem poder (não é-não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções- a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2021a, p. 51-52).

De acordo com Foucault (2021a), a verdade tem cinco características: ela é centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; é submetida a constante incitação econômica e política; circula nos aparelhos de educação; é produzida e transmitida e é objeto de lutas ideológicas.

Por ‘verdade’, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem ‘Regime de verdade’ (FOUCAULT, 2021a, p. 54, grifos do autor).

O que entendemos como verdade nos constitui como sujeito e, dessa forma, somos objetos do biopoder, da biopolítica e da governamentalidade, como adiante se verá.

3.3 Biopoder, biopolítica e governamentalidade

Foucault, em seu livro ‘Segurança, Território e População’, que se refere às aulas no *Collège de France* em 1978, apresenta a questão da governamentalidade com foco no tema seguinte, o biopoder.

Para tratar da governamentalidade, Foucault faz um grande estudo sobre o surgimento do governo ao longo da história. Destaca que não se governam territórios e sim pessoas que vivem em comunidades e precisam do trabalho para a sua sobrevivência. Até os séculos XIV e XV, o poder pastoral era responsável pelo governo das almas; nos séculos XVI e XVII, o Estado regula a população, e a partir do século XVIII começa-se a discutir a formação dos dispositivos de segurança, estatísticas sobre doenças, nascimentos, mortes para conduzir as condutas.

O termo ‘conduta’, apesar de sua natureza equívoca, é talvez um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades (FOUCAULT, 1995, p. 243-244).

Foucault apresenta, segundo François La Mothe Le Vayer (1653), três tipos de governo e que pertencem, cada um, a uma forma de ciência ou reflexão particular: o governo de si mesmo, que pertence à moral; a arte de governar uma família como convém, que pertence à economia, e, enfim, a "ciência de bem governar" o Estado, que pertence à política. Em relação à moral e à economia, é evidente que a política tem sua singularidade e indica que ela não é exatamente a economia, nem totalmente a moral. Castro (2016) destaca dois eixos: governo como relação entre os sujeitos e o governo como relação consigo mesmo. O primeiro atua sobre ações possíveis incitando, induzindo, facilitando ou dificultando ou impedindo o comportamento dos sujeitos; o segundo é da ordem do governo, a relação do domínio dos prazeres e desejos.

Não se trata de governar territórios, pois o território “é uma noção geográfica, mas, antes de tudo, uma noção jurídico-política (designa o que é controlado por determinado tipo de poder)” (CASTRO, 2016, p. 414), de governar a população. Dessa forma, há necessidade de preocupação com a saúde, com o bem-estar, com as taxas de natalidade, entre outros aspectos da vida em sociedade (CASTRO, 2016).

Para Foucault (2008, p. 143- 144), a governamentalidade é o:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros-soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’ creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’.

A governamentalidade está relacionada à condução dos cidadãos. No caso da curricularização da extensão, está afeita à condução dos acadêmicos em atividades que envolvem a sociedade e que se tornarão normalizadas como o passar do tempo, fazendo com que esse seja o modelo vigente e a verdade produzida nesse momento da história do ensino superior brasileiro.

Foucault nos apresenta outra ferramenta que é o biopoder. Podemos dizer que seu objeto é o corpo vivo, considerando todos os aspectos biológicos relacionados, como saúde, doença, natalidade e mortalidade. O capitalismo em muito se utiliza desse dispositivo para o seu desenvolvimento, pois o corpo vivo e saudável está à disposição para o trabalho e, podemos também dizer, para o estudo, por que não?

Para Foucault (2008, p. 03), biopoder é:

O conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana.

Tendo como cenário o liberalismo, a biopolítica é uma entidade biológica que deve ser levada em consideração quando se fala em utilizar a população como máquina para produzir riquezas e bens e para produzir outros indivíduos (CASTRO, 2016).

A curricularização pode ser analisada por meio da ferramenta da governamentalidade. A publicação de uma resolução pelo governo federal atinge todas as universidades e, tão logo todos os universitários estejam desenvolvendo as atividades de forma a atender a resolução, sua

conduta terá sido modificada, sendo assim, normalizada. Discurso e sujeito estão imbricados nesse processo, são eles que garantem que a legislação seja posta em prática e serão apresentados na sequência.

3.4 Discurso e sujeito

No ano de 2020, completou 50 anos a publicação de “A ordem do discurso”, obra que é a primeira aula de Foucault no *Collège de France*, em 1970. Nesse texto, ele faz sua estreia como professor do referido colégio e ressalta que sua fala naquele momento nada mais seria do que a fala de muitos que o precederam, ou seja, sempre temos a fala de outros na nossa própria fala, isto é, somos constituídos por outras falas. Ele se utiliza da situação em questão para teorizar sobre o discurso e os perigos que decorrem quando entramos nessa ordem do discurso.

O discurso se refere a

um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas (REVEL, 2005, p.37).

O discurso é um jogo estratégico, no qual sempre há intenções, tem sua ordem e tem materialidade, e essa nos permite perceber esse poder. Ele faz parte da comunicação e pode ser foto, vídeo, textos, palestras, a palavra proferida. Foucault (2014, p. 08) ressalta que

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Na sequência, é importante destacar os procedimentos externos do discurso, segundo Foucault (2014): a interdição, a separação e a vontade de verdade. Os procedimentos de exclusão são interdição: aqueles temas que não podem ser falados; a separação, que é feita por agentes externos e separa, por exemplo, o que é considerado normal e o que não, os que podem ou não falar, e a vontade de verdade, que considera a verdade de acordo com a época, que tem relação com os saberes da época. Quanto aos procedimentos internos, estes são a rarefação dos discursos: o comentário, o autor e as disciplinas. O comentário pode ser textos ou imagens em que são retomados por diversas vezes, tornando-se cânones. A função de autor assume a

responsabilidade do que é escrito. A disciplina controla os autores de cada disciplina e está ligada aos saberes, visto que existem disciplinas que são chaves para cada área. O saber está sempre relacionado ao poder. E a rarefação dos sujeitos controla os sujeitos e o ritual da palavra, sempre existe um ritual em cada situação, quem pode falar, a linguagem. Já a sociedade do discurso refere-se às pessoas que têm o mesmo interesse e se reúnem sobre o mesmo tema. A doutrina é uma bolha que pode ser controlada pela fé, e as apropriações sociais dos discursos são, por exemplo, a escola que tem um discurso próprio, classificatório e separacionista.

Foucault (1995) destaca que seu estudo não teve como foco o poder, mas o sujeito e como este é constituído historicamente. O sujeito é produto da história e, sendo assim, a subjetivação corresponde a práticas da constituição do sujeito. O processo de subjetivação-objetivação²² é atravessado por relações de poder, o sujeito é produto das relações sociais e de poder. Nesse sentido, os modos de subjetivação-objetivação são mútuos, não são independentes, sendo que

O termo 'subjetivação' designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os 'modos de subjetivação' ou "processos de subjetivação" do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência (REVEL, 2005, p. 82).

Para Ferreira (2005), o sujeito do discurso não é totalmente livre, ele se constitui a partir da relação com os demais e, ao mesmo tempo, é constituído. Ademais, o sujeito é fruto do discurso.

De acordo com Veiga-Neto (2011), Foucault destaca que o sujeito é produzido no interior dos saberes, ou seja, ele não está na origem dos saberes, ele é produto dos saberes. As fábricas, os hospitais e as escolas produzem subjetividades por meio dos discursos. O sujeito é uma construção, podendo ser construído pelo saber, pelo poder ou pelas técnicas de si.

Nesse capítulo apresentamos os 3 domínios foucaultianos, quais sejam, o primeiro domínio, ser-saber, o segundo domínio, ser-poder, e o terceiro, ser-consigo. A tese tem como base o que podemos chamar de um estudo arqueogenalógico, em que se articulam práticas

²² O hífen nas palavras objetivação-subjetivação se refere à constituição do sujeito que, ao mesmo tempo, é subjetivado e se torna objetivo do conhecimento.

discursivas e não discursivas. Como o objeto de pesquisa é a curricularização da extensão, serão analisadas a própria Resolução, de forma a entender como foi a sua construção, e as falas dos discentes extensionistas entrevistados. Dessa forma, discurso e sujeito são elementos primordiais no desenvolvimento dessa tese, que busca entender os sentidos que atravessam curricularização da extensão. A governamentalidade está presente na condução de docentes e discentes das universidades públicas e privadas que terão a sua conduta alterada em função dessa mudança proposta pela Resolução.

O próximo capítulo tratará dos procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta tese.

4 NAS TRAMAS DA PESQUISA

Neste capítulo serão descritos os procedimentos de pesquisa utilizados na coleta e na transcrição das entrevistas e os sujeitos pesquisados. A Resolução CNE/CES n.º 7 e o perfil da instituição pesquisada também compõem este capítulo.

4.1 Corpus de análise

O *corpus* de análise é composto pela Resolução CNE/CES n.º 7 de 2018 e as entrevistas com docentes extensionistas. É importante ressaltar que a extensão, a partir dessa Resolução, tem seu *status* alterado e suas atividades passam a ser alvo de maior supervisão, pois agora precisam também ser registrada na documentação do aluno.

Para análise da Resolução foram trabalhados excertos do texto, de forma a entender o dispositivo da governamentalidade.

4.2 Entrevistas

De acordo com Manzani (1991), nas entrevistas semiestruturadas as respostas não estão acordadas dentro de um rol de respostas do entrevistador; trata-se de um roteiro que pode ser alterado na medida em que se encaminha a entrevista. Além disso, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, devido à consonância com a perspectiva discursiva. “É mais adequada quando desejamos que as informações coletadas sejam fruto de associações que o entrevistado faz emergindo, assim, de forma mais livre (MANZANI, 1991, p. 154)”. Os participantes foram identificados como Fred, Montessoria e Jaqueline, por terem sido inspirados em figuras ligadas de alguma forma à educação e serão apresentados na sequência. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma *Google*, especificamente o *Meet*, com docentes do centro universitário que será descrito adiante. O primeiro entrevistado já realiza atividades de extensão dentro da matriz curricular e os outros dois somente

desenvolvem a extensão de maneira voluntária. As 3 (três) entrevistas foram realizadas de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022, gravadas e transcritas, garantindo a sua fidedignidade.

Foi solicitada uma Carta de Autorização para coleta de dados ao Pró-Reitor do centro universitário onde os participantes lecionam. Foi também solicitado que os respondentes, antes de serem entrevistados, que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi amplamente explicado. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade São Francisco, sob o número do Parecer 4.400.345, em 12/11/2020, e segue os preceitos estabelecidos, diretrizes e normas por envolver seres humanos em pesquisas, de acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional da Saúde, que atualiza as Resoluções 196/96, 303/2000 e 404/2008, cujo número do Parecer é 3.263.343.

4.3 Transcrição

Para Marcuschi (2010), transcrever uma entrevista é passar a fala para a escrita com base em procedimentos convencionalizados, operação que não deve ter interferência no discurso do ponto de vista da linguagem e do conteúdo.

Trata-se de uma atividade que atinge de modo bastante acentuado a fala original e pode ir de um patamar elementar até uma interferência muito grande. Não existe fórmula ideal para a transcrição ‘neutra’ ou pura, pois toda a transcrição já é uma primeira interpretação na perspectiva da escrita (MARCUSCHI, 2010, p. 53).

Para a transcrição, foram utilizadas as normas desenvolvidas por Pretti (2005), apresentadas no Quadro 5.

QUADRO 5 - Normas para transcrição

Ocorrências	Sinais	Exemplificação
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda () nível de renda nominal

Hipótese do que se ouvir	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	Maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoantes)como s,r)	::podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestaremos... éh:::...dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco...Central...certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos...ou três razões...que fazem com que se retenha moeda...existe uma...retenção
Comentários descritivos transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição, desvio temático	----	...a demanda de moeda-- vamos dar essa notação-- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	ligando as linhas	A. Na [casa de sua irmã B. sexta-feira? C. fazem [Lá... D. cozinham lá
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em	(...)	(...) nós vimos que existem...

determinado ponto. Não no seu início, por exemplo		
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“”	Pedro Lima...ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRreira entre nós”

FONTE: Pretti, 2005, p. 19-20

Inicialmente, a ideia era usar um *software* (Captionsaver²³) para a transcrição, mas a máquina perde muitas das nuances da língua; então a transcrição foi feita de modo manual, utilizando as normas de Pretti (2005) para facilitar o entendimento.

4.4 A instituição pesquisada

O Centro Universitário, localizado na região sul do Brasil, iniciou suas atividades de educação superior em maio de 1957. Inicialmente, a instituição possuía apenas 3 (três) cursos, Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Atualmente, conta com 23 (vinte e três) cursos regulares e 4 programas de cursos integrais e são mais de 40 (quarenta) cursos de pós-graduação *lato sensu*, inclusive programas de MBA²⁴, com programas de dupla diplomação com instituições estrangeiras, além de programas *in Company*²⁵. Destes cursos de graduação, quatro já estão com a extensão curricularizada; os demais ainda estão sendo adaptados para que, em 2023, todos estejam de acordo com a CNE/CES n.º 7.

As informações aqui apresentadas fazem parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)²⁶ de 2018-2022, sendo que a instituição está fazendo atualização para o próximo quadriênio. A seguir será apresentado quadro resumo das informações mais importantes do PDI em relação ao objeto de estudo.

²³ Extensão do google *chrome* que pode ser usada para a transcrição automática quando se utilizada o google *meet* para realizar as entrevistas.

²⁴ *Master in business Administration*.

²⁵ Programas realizados diretamente na empresa sob demanda.

²⁶ Este documento não é público, mas foi disponibilizado para a pesquisa.

Quadro 6 – Resumo PDI

Missão e Visão	A missão da instituição está voltada para a formação de jovens de forma ética, sem esquecer-se da sustentabilidade e do empreendedorismo
Objetivos	Formar profissionais competentes de diversas áreas do conhecimento, comprometidos com o empreendedorismo inovador e sustentável. Desenvolvimento de habilidade e competências para o trabalho
Discentes	Têm flexibilidade de escolha
Docentes e Discentes	Formação ético, política e científico-técnica
Interação	Com vários cursos e outras instituições
Responsabilidade Social	Formação ético-política e científico-técnica de docentes e discentes, intrínseca ao projeto educacional. Docentes, discentes e colaboradores são mobilizados para atividades de responsabilidade social.
Compromissos	Qualidade acadêmica, parcerias
Indicadores	Existem indicadores a serem cumpridos em todas as áreas da instituição, inclusive em relação as práticas extensionistas.
Modelo de PDI	Baseado no Balance Scorecard (BSC) ²⁷ para a definição dos mapas estratégicos da instituição
Saberes	Articular o saber existente na sociedade com o saber sistematizado na academia.
Avaliação	O valor das provas é de 70% da nota bimestral e 30% se referem a outras atividades que o professor queira fazer

Fonte: desenvolvido pela autora, 2023.

Algumas evidências como o empreendedorismo presente na missão da instituição, formar profissionais competentes, desenvolvimento de habilidade e competências para o trabalho, indicadores a serem cumpridos, como o *balance scorecard*, que é uma ferramenta

²⁷ BSC – Metodologia utilizada para a gestão estratégica em empresas, criado na década de 1990 pelos professores Robert Kaplan e David Norton.

estratégica usada nas grandes empresas, faz com que conclua-se que a instituição está alinhada com o pensamento neoliberal, seja em relação ao desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mercado de trabalho, seja em relação a ter indicadores a serem atingidos em todos os seus diversos setores.

A política da extensão fundamenta-se no compromisso com a produção do saber socialmente construído, tendo o intuito de atender a sociedade, sempre valorizando o interesse da comunidade acadêmica e da sociedade de maneira geral, procurando construir a cidadania e o desenvolvimento de melhores condições de vida.

Para a extensão, seus objetivos são: fortalecer a aprendizagem com base em experiências e solução de problemas; oferecer soluções de alto valor à sociedade; servir à comunidade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; potencializar a formação pela transmissão de valores éticos e desenvolver a capacidade empreendedora. Especificamente nos objetivos da extensão aparecem novamente competências tradicionalmente fomentadas pelo neoliberalismo, sejam no aumento da produtividade ou mesmo na construção desse sujeito de mercado, se assim podemos chamar.

De acordo com o PDI da instituição, grandes projetos extensionistas são quantificados anualmente, tendo sua abrangência aumentada gradualmente. Esses indicadores estão relacionados à Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Em relação às alterações das matrizes curriculares da instituição, os projetos de cursos foram revistos em parceria com a Pró-Reitoria de ensino, pesquisa e extensão, setor de legislação e normas, diretores, coordenadores e coordenador de extensão para que pudessem atender a Resolução CNE n.º 7 a partir de 2023. A elaboração dos projetos de curso teve a participação do corpo docente, de modo especial do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Curso, e tendo sido aprovado pelo Conselho.

Muitos cursos possuem matrizes A e B²⁸, o que garante a otimização dos cursos. Essa é a garantia de entrada constante de alunos, pois, mesmo se houver poucos ingressantes, eles já entram em uma turma constituída, otimizando a quantidade de professores necessários e reduzindo os custos operacionais; é a lógica neoliberal exemplificada nesse procedimento de “otimização”. A otimização em questão trata-se de redução do número de professores necessários e também de salas que deixam de ser usadas com poucos alunos e podem ser usadas para outras atividades. A questão da aprendizagem não está relacionada nesse processo, a

²⁸ O discente pode ingressar no vestibular de inverno junto com os calouros de verão, pois ele está na versão B da matriz curricular. No próximo semestre fará as atividades decorrentes do primeiro semestre.

instituição pressupõe que não há problemas na inversão da ordem de conteúdos apresentados aos alunos.

Quanto à extensão universitária curricularizada, somente os cursos de negócios digitais, direito, comunicação digital, ciência de dados estão com a extensão totalmente curricularizada, já especificada na matriz curricular; nos demais cursos estão sendo construídas disciplinas pontuais para a implantação gradativa da curricularização, tendo sido iniciada em 2023 a nova matriz.

A verificação da aprendizagem baseia-se na relação professor-aluno e deve se pautar em continuidade, objetividade, qualidade da aprendizagem, verificação de habilidades e competências. Cada professor deve apresentar seu plano de ensino e sua proposta de avaliação e exercícios de aprendizagem, trabalhos de pesquisa, instrumentos de avaliação (provas), atividades que verificarão o domínio das habilidades e competências. Com as disciplinas de extensão, esse modelo de avaliação precisará passar por alterações para atender a proposta da Resolução.

4.5 Os professores extensionistas

Os professores extensionistas foram nomeados com nomes fictícios, escolhidos pela pesquisadora por se referirem a pessoas que de alguma forma têm relação com a educação; todavia, mesmo no texto será mantida grafia diversa para não relacionar a fala com a referida pessoa, evitando assim qualquer problema. Os critérios para inclusão e exclusão dos sujeitos participantes levaram em consideração o fato de já terem desenvolvido atividades extensionistas, curricularizadas ou não, não tem relação nenhuma a formação dos entrevistados.

Fred²⁹ - sexo masculino, formado em Administração, Logística Empresarial com Mestrado e Doutorado em Produção, com 19 anos de experiência no Ensino Superior, trabalhou por anos na indústria. Atualmente, leciona na graduação e pós-graduação em cursos da área de *Business* e tem cargo administrativo na instituição.

²⁹ Fred é o inspirado em Milton Friedman, economista, estatístico e escritor norte-americano, professor da Universidade de Chicago.

Montessoria³⁰ - do sexo feminino, formada em Letras, possui Mestrado em Educação, é doutoranda em Comunicação e Linguagem, e tem 25 anos de experiência no Ensino Superior. Sempre trabalhou com educação e tem 47 anos. Atualmente, ministra aulas na graduação dos cursos de bacharelado e licenciaturas na instituição e em outra também.

Jaqueline³¹ - sexo feminino, graduação, Mestrado e Doutorado em Administração, possui 15 anos de experiência no Ensino Superior e trabalhou no comércio desde os 14 anos, tendo hoje 45 anos. Todas as disciplinas ministradas são da área de *Business*.

O capítulo em questão trouxe a metodologia para o desenvolvimento dessa tese, bem como o material do PDI da instituição para auxiliar no desenvolvimento da análise das entrevistas e do documento CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. No próximo capítulo, será desenvolvida a análise do documento CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, a partir de seus excertos e das falas dos docentes entrevistados.

³⁰ Maria Tecla Artemisia Montessori foi uma educadora, médica e pedagoga italiana. Destacou a importância da liberdade, da atividade e do estímulo para o desenvolvimento físico e mental das crianças.

³¹ Jaqueline Moll é uma professora universitária brasileira e uma das principais referências sobre a Educação integral, cujo campo de trabalho e pesquisa educacional tem ênfase na área de políticas públicas e práticas pedagógicas.

5 NAS MALHAS DA CURRICULARIZAÇÃO

O Parecer nº 608, homologado pela Portaria n.º 1.350, que apresenta os participantes, bem como as etapas que antecederam a aprovação da Resolução, será a introdução desse capítulo. Trata-se da base para aprovação da Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação de onde serão retirados excertos para a análise, juntamente com os excertos das entrevistas dos docentes, sempre tendo como fio condutor o pensamento foucaultiano.

5.1 O Parecer nº 608: buscando as raízes

Em 16 de fevereiro de 2017, iniciou-se o debate para estabelecer as diretrizes e normas para as atividades de extensão. A comissão da Câmara da Educação Superior (CES,) formada para compilar e consolidar as normas vigentes sobre a extensão, foi composta pelos Conselheiros Arthur Roquete de Macedo (Presidente, Gilberto Gonçalves Garcia (Relator), Luiz Roberto Liza Curi, , e Paulo Monteiro Vieira Braga Barone, , (Membros) (BRASIL, 2019).

A comissão da CES possui membros de universidades públicas federais, estaduais, confessionais, membros de conselhos relacionados à educação superior que têm como formação Sociologia, Filosofia, Física, Economia; nenhum possui a área a Educação como formação. Como forma de auxiliar na elaboração da Resolução, decidiu-se criar subcomissões de apoio aos trabalhos da comissão. Optou-se por manter os nomes dos representantes para que o leitor consiga vislumbrar quem são os profissionais que estiveram por trás do desenvolvimento da Resolução e principalmente para a análise possa-se ter clareza de quem são as pessoas que desenvolveram a legislação. Os presidentes dos fóruns nacionais de extensão são dos segmentos público, comunitário e particular, representados na subcomissão por Daniel Pansarelli, presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), Wilson de Andrade Matos, Pró-Reitor de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT), que congrega os Institutos Federais de Educação (Ifes), os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Pró-Reitores

das Ifes, Sônia Regina Mendes dos Santos, presidente do Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares (Forexp) e Josué Adam Lazier, presidente do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária (ForExt). Também se juntaram à equipe, Malvina Tania Tuttman, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e a Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora Maria Mello de Malta. Não aparece nas discussões a figura do discente. (BRASIL, 2019) A seguir será apresentado quadro-resumo do processo de desenvolvimento da Resolução n.º 7.

Quadro 7 – Resumo do desenvolvimento da Resolução n.º 7 a partir do parecer n. 608

16 de fevereiro de 2017	Início do debate para estabelecimento das diretrizes da extensão.
6 de abril de 2017	Reunião das comissões com a presença dos membros do CNE e dos representantes dos fóruns para a definição do cronograma para as ações seguintes.
2 de junho de 2017	Realização da segunda reunião ampliada da comissão, na qual o professor Gilberto Gonçalves Garcia, destacou as prioridades e a necessidade imediata de um marco regulatório para a extensão, em especial a interação com as dimensões avaliativas e regulatórias, além de padrões e critérios para o fomento da extensão.
28 de setembro de 2017	A comissão concluiu a proposta do parecer e da resolução, os conceitos-chave da extensão foram definidos e se transformaram na construção da primeira minuta a ser debatida.
28 de setembro de 2017	Reuniões dos fóruns em encontros nacionais para discutir a minuta e a extensa discussão favoreceu o detalhamento das atividades de extensão, bem como políticas institucionais.
4 de junho de 2018	Finalização do texto para audiência pública.

21 de setembro de 2018	Últimos ajustes e entrega a proposta à comissão do CNE.
03 de outubro de 2018	Reunião da comissão da Câmara para os últimos acertos e esse texto foi entregue ao colegiado da comissão da Câmara para as considerações e deliberação.
7 de dezembro de 2018	Publicação da Resolução n.º 7

Fonte: desenvolvido pela autora, 2023.

O marco regulatório atende o ensino a distância e as diretrizes para pós-graduação *lato e stricto sensu*. Ainda neste Parecer, é apresentada a história da extensão e os fundamentos teóricos do marco regulatório legal nacional da extensão. Tem-se como destaque a questão da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, ressaltando a extensão como um processo acadêmico. Suas atividades ganham maior efetividade nesse processo, embora esse pilar tenha sido alvo de críticas.

O destaque do aluno como protagonista deve ser estendido por todos os envolvidos, sejam eles das universidades (alunos, professores e técnicos administrativos) ou comunidade de modo geral. É ressaltado o novo conceito de “sala de aula”, pois todos os espaços, dentro e fora da instituição de ensino, podem ser palco da construção histórico-social, em que pese o texto ter sido desenvolvido sem a participação de nenhum aluno.

Houve alteração no eixo pedagógico com a introdução da tríade: “estudante/professor/comunidade”. Novos papéis emergem dessa relação. Novas possibilidades de pesquisa a partir das atividades relacionadas com a comunidade, tratando também de programas de mestrado, doutorado ou especialização. A extensão transforma-se em capítulos de livros, artigos, periódicos, cartilhas ou outros formatos artísticos e culturais. Outro aspecto é a questão da efetividade da transformação social atuando na diversidade da realidade social.

Na sequência, um breve resumo da Resolução CNE/CES n.º 7, que visa à regulamentação da extensão universitária, seus componentes, vinculação em todos os documentos institucionais, a forma de avaliação e, principalmente, a quantidade de horas destinadas à extensão. O documento prescreve que 10% de todas as atividades da matriz curricular dos cursos deverão ser voltadas para a extensão, sendo esse componente específico

dentro das matrizes. As diretrizes da extensão também podem ser voltadas para a pós-graduação.

A concepção de extensão presente na resolução destaca a dialogicidade da academia com a sociedade, a formação cidadã dos alunos, a produção de mudanças dentro da própria instituição e a articulação ensino, pesquisa e extensão. As áreas ressaltadas são as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena, além das atividades sociais de modo geral.

As atividades de extensão são aquelas que envolvem diretamente a comunidade externa à instituição. São atividades extensionistas: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. Podem ser programas institucionais, de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional. Mesmo nos cursos de modalidade a distância, as atividades extensionistas deverão ser presenciais, nas proximidades dos polos. As atividades estão sujeitas à autoavaliação crítica constante, articulação com o ensino, a pesquisa, à formação do estudante, à qualificação do docente, à relação com a sociedade, à participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

A autoavaliação deve ressaltar a pertinência da atividade em relação à matriz curricular, à contribuição para o cumprimento do PPC e à demonstração dos resultados para a comunidade sendo que as instituições devem explicitar os instrumentos e indicadores de avaliação. As atividades extensionistas desenvolvidas estão sob o julgo do neoliberalismo uma vez que os instrumentos e indicadores servem para classificar a universidade perante as consideradas melhores, em função de seus números obtidos; assim, há necessidade de um aprimoramento constante; alunos e professores precisam sempre estar preocupados com a competitividade para estudar ou trabalhar nas melhores universidades.

A avaliação externa *in loco* institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), tem o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES) como base para a avaliação. A articulação com o ensino e os professores responsáveis também é foco dessa avaliação. Já ao aluno é permitido participar de qualquer atividade realizada por instituições de ensino, desde que respeitados os pré-requisitos.

Em relação ao registro, deve-se incluir no PDI a concepção de extensão, o planejamento das atividades, a forma de registro, descrevendo a modalidade, a creditação, a política de implantação do processo avaliativo, previsão e estratégias de financiamento. Todas as

propostas, metodologia e instrumentos, além do conhecimento gerado, devem ser registrados, e essas atividades devem ser avaliadas por instâncias administrativas. As atividades de extensão devem ser registradas na documentação do aluno. Todos os registros são formas de vigilância do que está sendo feito nas universidades, inclusive em quais as ações os alunos estão envolvidos, visto que essas ficarão registradas na documentação do aluno. Podemos até pensar que há possibilidade de o formando ser diferenciado no mercado pelas ações que escolher fazer na universidade, não sabemos se isso será bom ou ruim.

A mobilidade interinstitucional é permitida para alunos e professores. Cabe também registrar a participação do corpo administrativo nas atividades de extensão.

Na sequência será problematizada a Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, tendo o pensamento foucaultiano com eixo norteador.

5.2 A Resolução: excertos e perspectivas dos docentes

A Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014³², que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Trata-se de um marco para a extensão, pois há muito tempo se discutia sobre o tema, embora não houvesse um documento que a regulamentasse.

A perspectiva discursiva servirá de metodologia para entender as bases do documento em questão, qual o seu papel no tecido social, considerando universidades, professores, alunos, comunidade e, em especial, o governo. A Resolução produzirá efeitos de verdade dentro das universidades e fora também e em cada artigo muitos aspectos podem ser ressaltados.

A Resolução apresenta as diretrizes a serem seguidas pelas universidades, destacando no tripé universitário o ensino, a pesquisa e agora a extensão com sua carga de atividades definida. Cabe ressaltar que as políticas públicas são uma forma de controle sobre a população, no caso, universidades, docentes e discentes e até os técnicos administrativos são ressaltados na Resolução.

³² BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 27 ago. 2022.

Os excertos das entrevistas serão apresentados no decorrer do texto, com grifos nossos, como forma de problematizar o processo de curricularização da extensão a partir da fala dos entrevistados, juntamente com os excertos da Resolução.

E1 ³³- Art. 3º.

A **Extensão** na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em **processo interdisciplinar**, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a **interação transformadora** entre as instituições de ensino superior e os **outros setores da sociedade**, por meio da produção e da **aplicação do conhecimento**, em articulação permanente com o **ensino e a pesquisa**.

Por meio deste artigo, a extensão deverá passar a contribuir de forma efetiva para o processo interdisciplinar; porém, não deixa claro como deve ser tal processo. Os professores ficarão responsáveis por garantir essa interação entre as disciplinas, ao que podemos concluir. Ele ressalta a questão do alinhamento dos aspectos políticos, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos, sendo o principal a interação da universidade com os outros setores da sociedade, considerada como efetivamente participante do processo de aprendizagem juntamente com o ensino e a pesquisa. Então, cabe à universidade buscar todo esse alinhamento sem que haja nenhum indício de como deve ser colocado em prática. Ainda, percebe-se que a intenção é que a universidade esteja disponível para a prestação de serviços, atendendo à lógica de mercado. Na legislação não há nenhum impedimento que a instituição cobre pelo serviço prestado, até porque muitas são as universidades que vendem seus cursos para empresas e alunos de outras instituições, essa situação gera renda para a universidade. Laval (2019, p. 29) destaca a seguinte situação: “O novo modelo escolar educacional que tende a se impor se baseia, em primeiro lugar, em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica.” Trata-se da construção de um aluno com condições de atender ao mercado de trabalho de forma efetiva.

Na entrevista com Fred, ele destacou que já fazia extensão há 19 anos, por meio de projetos aplicados e outras atividades tradicionais, como esportes e cultura. O destaque da sua fala foi:

E2 (Fred)

[...] a gente já fazia várias atividades culturais e esportivas, **o meu forte no extensionismo, sempre foi a conexão com o mercado.**

³³ Usaremos E para os excertos tirados da Resolução com a indicação do seu artigo, e para as entrevistas usaremos a indicação do sujeito respondente

Quando Fred fala do esporte e da cultura, mas apresenta a forte conexão com o “mercado”, está presente a racionalidade neoliberal nas atividades de extensão que deveriam atender à comunidade de modo geral e, nesse caso, aparece de forma bem concreta o mercado, esse como perspectiva de lucro, de atendimento às necessidades pessoais e não como troca de informações, crescimento e melhoria na vida da sociedade, em uma perspectiva social.

Quando perguntado sobre a sua motivação para o trabalho extensionista, a resposta mais uma vez destaca o mercado.

E3 (Fred)

A motivação... a motivação inicial foi de eu viver o **mercado de trabalho** e entender que é o que se ensina em sala de aula, não é suficiente você entender, então veio disso por eu **ser do mercado** e eu tenho até dificuldade para contratar funcionários, eu tinha dificuldade aqui na **contratação de funcionários** por falta de algumas **competências**.

Nesse excerto, o destaque é para as “competências”, essas específicas para o mercado e que o ensino por si só não desenvolve, mas, por meio de extensão, Fred entende ser possível desenvolver essas competências, pois elas são práticas. O entrevistado entende que a universidade é responsável por preparar funcionários para serem contratados pelas empresas, na medida em que atua como fornecedora de mão de obra qualificada. Pode-se dizer que na sua fala aparece o quanto ele é subjetivado pela governamentalidade neoliberal. Dito de outro modo: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

A entrevistada Montessoria tem um perfil diferente de Fred, ela é da área de Educação. Quando perguntada acerca de como realiza a extensão, responde de forma distinta, como pode ser visto no excerto a seguir:

E4 (Montessoria)

A motivação principal é pela questão do **próprio aluno**, do **rendimento** do aluno e da **formação** dele.

A aprendizagem do aluno é a sua maior preocupação, não se preocupando com competências que atendam ao neoliberalismo, interessando-se com o que essa aprendizagem pode significar para o aluno na sua vida. O termo “formação” reforça essa afirmação. Outro enunciado que chama a atenção é “rendimento”, pois trata-se um vocábulo usando em especial

na área financeira e que se refere ao retorno obtido com determinado investimento. Respaldamo-nos em Ernest-Pereira (2009, p. 5) para analisar tal excerto.

Aqui se dá o efeito de pré-construído através do qual “um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente”, rompendo (ou não) a estrutura linear do enunciado. Possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado.

Entende-se que esse enunciado irrompe a partir da expectativa da instituição, frente ao professor e seus alunos, que precisam atingir determinados indicadores, que estão destacados no PDI da instituição ou mesmo obter um lugar de destaque no Enade³⁴. O enunciado rendimento destoa dos termos normalmente utilizados pela professora, que é da área de Letras, para designar a avaliação do aluno. A educação já está atravessada por termos da área empresarial, e, na instituição pesquisada, isso se evidencia, entre outros, pelo uso do BSC para desenvolvimento dos indicadores da instituição pesquisada, e as subjetivações dos docentes aparecem na fala da professora.

No trecho a seguir, ela reforça seu entendimento quanto à importância da extensão no contexto da aprendizagem do aluno:

E5 (Montessoria)

Então assim, toda vez que eu penso numa extensão, principalmente para aprimorar, para desenvolver **leitura e escrita** é justamente pensando nessas pessoas que não tiveram lá uma **formação**, em virtude da própria época em que viveu, mas que quis voltar e se sentiu meio acuado ali.

A entrevistada preocupa-se com a execução das atividades, destacando a sua formação na área de Letras e apresentando a questão daqueles que não tiveram essa oportunidade de estudo. Esse discurso não passa pela questão de produtividade do aluno, mas pela questão de ele ter uma “leitura e escrita” adequadas que podem ser desenvolvidas por meio de atividades extensionistas. É um discurso mais acadêmico, ou melhor de nivelamento dos discentes, se faz necessário que universitários escrevam seguindo a norma culta.

Nossa terceira entrevistada foi Jaqueline, que tem uma preocupação na aplicação dos conceitos estudados em sala, o que pode ser decorrência do fato de que ela trabalha desde os 14 anos de idade. Em sua fala ressalta a prática:

³⁴ Enade- Exame Nacional de Desempenho dos estudantes de ensino superior. Trata-se de uma prova escrita, usada para servir como mais um indicador de avaliação das instituições de ensino.

E6 (Jaqueline)

[...] e que boa parte do que eu aprendi, eu entendia que eu já **praticava**, então quando eu tive aula de *marketing* eu falei ah, mas eu já **faço** isso só não sabia que seria o nome ou que era assim que fazia o que esse cara que inventou.

A entrevistada demonstra em seu discurso que já costumava fazer em seu dia a dia as atividades de *marketing* que estava aprendendo na faculdade, que se tratava de algo já internalizado, apesar de ela não saber o nome. Isso constituiu a sua formação e reforçou algo que já era, digamos, “normal” para ela. Na fala de Jaqueline temos a questão das atividades de *marketing*, que, no caso da graduação, referem-se a componentes curriculares que abordem conteúdos específicos de *marketing*: quando ela usa o termo “praticava” remete à questão da prática de extensão e atividades que coloquem o aluno frente a problemas reais, que é o caso da extensão curricularizada.

Quando perguntada sobre as atividades que faz em sala de aula, ela destaca os seguintes aspectos:

E7 (Jaqueline)

[...] quando eu tô lá na **sala de aula**, eu acho que isso **me completa** muito e principalmente a parte de **relacionamento com alunos** é o que me faz ficar.

O que emerge de sua fala é a importância do relacionamento com os alunos, além da importância que dá à prática para a aprendizagem deles. Assim, a extensão aparece como reforço positivo para a aprendizagem. No fragmento a seguir fica clara tal constatação.

E8 (Jaqueline)

[...] eu achava que o **aluno** não conseguia absorver tanto o **conteúdo** quanto quando eu inventava uma daquelas **invenções** que eu sempre faço. [...] Então, eu fui entendendo que essa **ferramenta** funciona e funciona muito bem e eu fui jogando isso para a questão da **extensão**.

Quando ela menciona “ferramenta”, está por trás desse enunciado a perspectiva neoliberal, a extensão como um meio de reforçar ao discente a necessidade de fazer atividades práticas. Outra questão são as competências necessárias à professora como a adaptação e flexibilidade. O mercado é o foco de toda a atividade desenvolvida por ela nas suas disciplinas. Podemos trazer Foucault (1995) quando aborda sobre como conduzir os outros. Na verdade, a entrevistada conduz seus alunos de forma a atenderem o mercado, em especial

quando destaca no excerto 8 que o aluno conseguia absorver mais em razão das atividades de extensão, pensando-as, nesse sentido, como atividades práticas. Dessa forma, podemos apontar aqui como a governamentalidade neoliberal vai sendo inserida de modo sutil nas atividades de extensão, adequando as atividades e subjetivando os alunos ao mercado. É o que nos fala Foucault (2008 p. 255): “[...] mas é também a maneira como uma pessoa se deixa conduzi, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução”.

O próximo excerto, da Resolução, regulamenta a quantidade de horas que deve compor a extensão na matriz curricular.

E9 Art. 4º.

As atividades de extensão devem compor, no **mínimo**, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da **matriz curricular** dos cursos (BRASIL, 2018, p. 02, grifos nossos).

Tendo como base esse artigo, verifica-se que docentes e discentes serão obrigados a desenvolver as atividades previstas na “matriz curricular”. Podemos destacar que a “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1997, p.119, grifo do autor). O fato é que esses docentes e discentes terão seus corpos dóceis e submissos ao trabalho de extensão a ser elaborado. Outra questão é que as atividades de extensão são voltadas para a comunidade, o social e o mercado e esses passam a ser “normalizados”, passando essas atividades a serem vistas como realmente uma verdade necessária sob a responsabilidade da universidade. As atividades extensionistas podem atender tanto a comunidades menos favorecidas economicamente como aos interesses da elite. As escolhas das atividades podem depender dos docentes e dos regulamentos da própria universidade, indicando quais ações serão consideradas extensionistas.

O excerto a seguir trata da formação integral do discente, e o destaque é para o social, sendo que esse termo aparece diversas vezes, como pode ser visto no texto:

E10- Art. 6º.

Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação **integral do estudante**, estimulando sua formação como **cidadão crítico e responsável**;

II - o estabelecimento de **diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional**, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a **promoção** de iniciativas que expressem o **compromisso social** das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, **as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho**, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à **dimensão social** do ensino e da pesquisa;

V - o **incentivo** à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento **econômico, social e cultural**;

VI - o **apoio** em princípios éticos que expressem o **compromisso social** de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o **desenvolvimento social**, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (BRASIL, 2018, grifos nossos).

A “formação integral” do estudante “crítico e responsável” aparece vinculada à dimensão social, econômica e cultura. Há destaque nos enunciados para “promoção”, “incentivo”, “apoio”, “desenvolvimento”, destacando o aspecto social. A universidade precisará atender o social cumprindo o que diz a Resolução. As áreas destacadas “comunicação”, “cultura”, “direitos humanos e justiça”, “educação”, “meio ambiente”, “saúde”, “tecnologia e produção,” e “trabalho” abrangem todos os segmentos que até então só eram atendidos por atividades voluntárias de docentes e discentes, não havendo obrigatoriedade de realização dessas atividades a não ser pela possibilidade de validação como atividades complementares.

A Resolução postula que as atividades extensionistas, no caso os 10% do total das horas de curso, devem ser direcionadas à formação do discente. Embora se saiba que a extensão é realizada por meio de programas, projetos, prestação de serviços e outras atividades, não fica claro como podem ser realizadas as atividades. É bom lembrar que os cursos em EAD e os cursos noturnos também precisam cumprir essa exigência. Não há uma problematização sobre essa situação. Ressaltamos que no centro universitário em estudo o protagonismo do aluno é apresentando para o desenvolvimento de projetos de impacto, conforme informado nos objetivos da extensão no PDI, embora da mesma forma que no desenvolvimento da resolução, nenhum aluno fez parte do desenvolvimento da proposta de curricularização da instituição. Impacto é o termo usado pela instituição para destacar as disciplinas extensionistas na apresentação da matriz curricular, o que vem ao encontro ao texto da resolução quando cita “desenvolvimento econômico, social e cultural”. Em outras universidades a curricularização pode ser feita de forma diferente.

Fred tem uma visão interessante da curricularização da extensão quando, em sua fala, apresenta a metáfora de um alicerce.

E11 (Fred)

[...] mesmo para a extensão de fato faça eh compõem realmente de um **alicerce** na formação da educação superior ela não seja uma coisa a parte que você.

Trata-se de tema fundamental para a educação superior, principalmente, a questão de não se tratar de algo separado do ensino e sim como parte integrante. Ela é vista pelo entrevistado como algo que realmente deve ser feito, algo de base que servirá no desenvolvimento das atividades. A utilização do enunciado “alicerce” nos remete ao fato de que não deve ser algo que se escolha, mas, sim, ser obrigatória, base da formação, assim como o alicerce é a base da casa. Fred continua utilizando mais metáforas para explicar o seu pensamento.

E12 (Fred)

São **colunas** para fazer a casinha da educação superior do aluno, entendeu? Então agora de fato, ela é uma **coluna**. Ela não é uma **edícula**.

Metáforas que podemos entender como uma forma de exemplificar, mas, ao mesmo tempo, manter uma certa distância do que está sendo dito. Não é Fred quem fala e sim uma afirmação metafórica sobre o entendimento da extensão. Ele ressalta a importância da extensão por meio das metáforas. A “coluna” dentro da estrutura da casa é fundamental, não existe casa sem estrutura. A “edícula” como algo como da casa, não essencial; em uma casa pode não existir edícula, mas a coluna está presente. Podemos recorrer a Foucault (2021a, p. 51) para ilustrar a fala de Fred:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros, as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Nessa citação de Foucault podemos associar a questão de Fred quando destaca a importância da casa. Ele problematiza a curricularização da extensão como sendo o regime de verdade que fará parte das atividades do ensino superior e faz toda uma fala sobre a extensão

que antes estava fora da casa, e agora é uma coluna, como o tripé do ensino, pesquisa e extensão. A curricularização já está posta e é um novo regime a ser seguido.

No excerto a seguir temos novamente a questão do mercado de trabalho, ressaltando os aspectos comportamentais, sociais e culturais.

E13 (Fred)

Além, claro, de capacitar e potencializar um profissional mais qualificado no **mercado de trabalho**, gerar questões comportamentais, sociais e culturais que realmente se tornam um profissional uma pessoa que a gente fala né de educação superior.

Embora ele tenha ressaltado os aspectos sociais e culturais, apresenta a necessidade de ter profissionais altamente qualificados para atender o “mercado”; é esse o entendimento do entrevistado em relação ao tipo de profissional que precisa ser “moldado” na universidade. Nesse caso, a universidade é aquela que desenvolve as competências necessárias para o trabalho. Em nenhum momento houve a fala do protagonismo do discente, embora o discurso do centro universitário seja de protagonismo do aluno.

Ele ainda ressalta de que forma a curricularização da extensão modifica o sistema de ensino e qual a sua importância, partindo do pressuposto da metáfora apresentada:

E14 (Fred)

(...) Sim, foi **benéfica**, ela é **desafiadora** porque **ela quebra todo o modelo que a gente tem de conteúdo e prova**. Olha só os trabalhos e que a extensão sempre foi aí como é que eu falei algo a parte né? Mas é....Mas.... agora o que que acontece ela traz ali pela **obrigatoriedade** a forma de a gente pensar a extensão como um pedaço da casa mesmo. Pera aí, então, eu tô trazendo a **edícula** para dentro da minha **cozinha**. Então, **eu quero fazer uma cozinha mais bonita, eu quero essa churrasqueira**.

O entrevistado inicia a sua resposta com os enunciados “benéfica”, “desafiadora” e “quebra de modelo”. Para ele, é uma ruptura, e a metáfora apresenta a integração da edícula com a cozinha como algo positivo, que será bom para os discentes. Podemos apresentar aqui a questão da subjetivação do nosso entrevistado quando menciona “fazer uma cozinha mais bonita”, pois agora está integrada na “casa” e não é mais uma “edícula”. Vislumbramos também seu processo de subjetivação quando ele apresenta que é possível pensar em projetos melhores, mais aplicados e que possa passar ao aluno um passo a passo das atividades, como se lê na passagem a seguir.

E15 (Fred)

Então, na verdade, a extensão fez eu pensar um pouco melhor esse projeto, organizar mais **projetos melhores**, então, assim eu já tinha essa característica mais aplicada, mas fez o **planejar melhor, por exemplo, né buscar literaturas** que me **dê passo a passo**.

Desse excerto pode-se trazer a contribuição de Laval (2020), na qual ele destaca que o Estado tem que encontrar o bom funcionamento econômico, e isso se dá de forma a garantir a máxima concorrência na sociedade. Por conseguinte, a imposição da curricularização da extensão faz com que cada vez mais os alunos precisem produzir mais, obrigados a cumprir a cumprir carga horária de extensão, estejam sempre buscando patamares maiores de excelência e os professores, por sua vez, precisem rever todas as suas “condutas” para atingir esse objetivo. Os professores ficam sem opção de poder escolher se querem ou não fazer extensão, no caso da instituição pesquisada, pois não são projetos que eles escolhem fazer, mas, disciplinas que compõem a carga horária dos professores.

Outra temática apresentada na Resolução diz respeito à avaliação crítica. No excerto a seguir, o destaque é para a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais

E16 - Art. 10.

Em cada instituição de ensino superior, a extensão deve estar sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volte para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, **a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais** (BRASIL, 2018, p. 03, grifos nossos).

A avaliação é um dos princípios basilares dentro do processo ensino aprendizagem, em especial tendo em vista a lógica neoliberal. No artigo 10 da Resolução alhures, a questão específica da “autoavaliação crítica” considera o ensino, a pesquisa, “a formação do estudante”, a “qualificação do docente” e a relação com outras dimensões institucionais. Entende-se que a autoavaliação faz parte de qualquer processo institucional, mas há uma grande insistência, em especial no tripé da universidade, sempre colocando o ensino, pesquisa e extensão. Outro aspecto ressaltado é a formação docente. Sabe-se que, perante o MEC, são consideradas melhores instituições, com melhores notas, aquelas que possuem em seu corpo docente mestres e doutores em maior quantidade, além da produtividade que esses docentes precisam ter, sendo a produtividade uma das características do neoliberalismo. Os professores já sabem que

precisam manter seus currículos *Lattes* atualizados, que produções científicas são a garantia da empregabilidade, o docente já tem isso internalizado e agora ele ainda precisa fazer atividades extensionistas para que sejam atingidos os 10% impostos pela Resolução ou para garantir seu emprego.

Para que se possa falar da avaliação que será realizada pelo professor, faz-se necessário falar da condução dos trabalhos extensionistas que, na fala de Fred, aparece fortemente.

E17 (Fred)

Então, realmente ele fez esse processo de extensão, ele fez a gente eh replanejar a aula e voltar a estudar, mas não estudar com o conteúdo e sim estudar **metodologia** daqueles projetos ele tira um pouco. Claro, a gente **continua isso**, conteúdo, nossa formação, mas ele... dedica mais tempo a estudar, ferramentas, metodologias, sistemas de planejamento para que o aluno entregue o projeto. A preocupação tá mais agora então no **projeto** do que no contexto do projeto.

Quando se refere a ele, quer dizer professor. Esse “ele” é uma forma de se distanciar dessa situação, mas ele está se referindo à curricularização da extensão como uma nova forma de ensino que deixa de ser conteudista para trabalhar por projeto e desenvolver novas competências. Nesse excerto parece que ele “condena” que os professores não se atualizavam e agora devem fazê-lo. Ainda em relação ao trabalho do professor, ele considera que não se deve estudar o conteúdo, mas sim a “metodologia” que será utilizada, pois agora o foco é o projeto, ou seja, a entrega que será feita à sociedade.

O texto da Resolução apresenta quais características devem ser trabalhadas nas atividades extensionistas, como mencionado pelo professor, que precisa estar alinhado a essa nova política de extensão universitária.

Montessoria, quando perguntada sobre a curricularização da extensão, demonstra preocupação em sua fala quanto ao conteúdo a ser veiculado, já que ela trabalha com linguagem.

E18 (Montessoria)

Eu acho um processo muito rico né. **Porém**, né, a gente precisa ter **bastante cuidado**. Porque, assim, né, a gente tem que pensar bem em que tipo de **atividade nós vamos veicular** né.

Neste excerto, temos presente a preocupação de Montessoria, visto que suas atividades com os discentes remetem a textos que são divulgados, muitas vezes, pelo Instagram³⁵ e que estão à disposição de quaisquer pessoas; por isso, ela coloca o “porém”, como forma de ressaltar a preocupação com o que é escrito pelos alunos. (As atividades dessa professora são leitura e escrita, e os textos são publicados pelos alunos na rede citada). Também pode ser notado o uso dos “né” como uma forma de pedido de concordância ao que ela está dizendo, como se estivesse se justificando. Nesse caso, vale retomar Foucault (2014) quando destaca qual o perigo de as pessoas falarem e as possíveis implicações disso.

A citação de Foucault permite que problematizemos o porquê de Montessoria estar preocupada com o que os alunos dela veiculam nas redes sociais; nem ela e nem os alunos são livres para escreverem qualquer coisa que pensam, pois existe um discurso que é aceito na academia, podendo destacar o discurso da instituição pesquisada e que precisa ser seguido. O discurso segue um regime de verdade e no caso é o desenvolvimento de atividades em conjunto com a sociedade e que haja benefícios para ambas as partes. Existe o perigo de os alunos escreverem matérias não aceitas pela academia ou com erros gramaticais.

Em relação à mudança da lógica nas atividades de extensão de forma curricularizada, Montessoria tem suas preocupações:

E19 (Montessoria)

Porque a curricularização né, a extensão nessa questão da curricularização, é algo que você vai tirar o **professor daquela zona de conforto**.

A curricularização da extensão muda a lógica de ela ser algo à parte e que o professor faz se quiser; trata-se de uma obrigatoriedade a ser realizada. A entrevistada preocupa-se que o “professor” terá de sair de sua “zona de conforto”, independentemente de sua vontade. É uma realidade posta, o professor terá que fazer as atividades conforme a Resolução indica. Eu, como pesquisadora, também atuava no modelo anterior, sem a curricularização da extensão, e esse movimento implica em esforço, sair da zona de conforto e, da mesma forma que os sujeitos pesquisados em alguns excertos apresentam, eu também tenho esse sentimento. Não se trata de ser melhor ou pior o modelo e sim de ser diferente. Ainda pode-se destacar que na fala da Montessoria parece que o professor é acomodado, ele como sendo aquele que sempre precisa ficar se reinventando.

³⁵ Instagram: rede social on-line

Montessoria ainda ressalta que na pandemia os professores tiveram que se adaptar; isso aparece em sua fala:

E20 (Montessoria)

Querendo ou não querendo, todo mundo teve de mudar um pouquinho. Essa questão da curricularização ela entrou, ela chega numa época em que tá todo mundo meio **aberto a mudanças** né, porém, como nós estamos falando, hoje nós temos **muitas informações, muitas**.

Como essa entrevista foi realizada no pós-pandemia, aparece a questão da mudança como algo muito presente no dia a dia, pois todos os professores tiveram de se adaptar para dar aulas *on-line*, ‘da noite para o dia’, tendo em vista que nesta instituição, assim que houve a suspensão das aulas presenciais, adotou-se o trabalho remoto mediante o uso de uma plataforma. O enunciado “querendo ou não querendo” parece suscitar algo como uma pequena reclamação, o que não é retomado na sequência. Podemos relacionar com o termo *contraconduta*, apresentado por Foucault (2008, p. 266)

Contraconduta no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros; o que faz que eu prefira essa palavra “inconduta”, que só se refere ao sentido passivo da palavra, do comportamento: não se conduzir como se deve. Além disso a palavra –“contraconduta” – talvez também permita evitar a substantificação que a palavra “dissidência” permite.

Nessa citação se sobressai o que diferencia a *contraconduta* de apenas uma divergência; na realidade aquele não se deixa conduzir. Nossa entrevistada, embora fale “querendo ou não”, já se encontra nesse regime da curricularização da extensão, no qual o professor e o aluno precisam mudar em relação aos trabalhos desenvolvidos anteriormente.

Fred, quando tem a oportunidade de falar algo relativo à curricularização, apresenta um comparativo entre o que aconteceu com a pandemia e acontecerá com a curricularização da extensão.

E21 (Fred)

Seja conveniente ou não com o que aconteceu com a pandemia... a transformação digital fez a mudança do **comportamento do trabalho** em todas as áreas e tal.

Fica claro em sua fala que o “comportamento” em relação ao “trabalho” no pós-pandemia ficou afetado, mas que está tudo certo, é aceito normalmente; toda transformação digital e a curricularização mudaram a forma de trabalho de docentes e discentes, mas se trata de algo que não pode ser mudado, de acordo com nosso entrevistado. Na fala de Foucault (2021b, p. 337, grifos do autor), temos o reforço dessa situação.

[...] o *homem oeconomicus*, ou seja aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, aparece justamente como aquele que é manipulável, aquele que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que se introduzem artificialmente no meio. O *homem oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homem oeconomicus* aparece como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio.

O nosso entrevistado Fred é um homem de mercado; em sua fala inicial ressalta que veio dessa área e, como tal, entende que esse *homem oeconomicus* precisa aceitar todas as mudanças como sendo necessárias para a garantia do modelo de ensino proposto pelo governo na Resolução n.º 7. Ele é um *homem oeconomicus*, é um homem governável, aceitou a curricularização da extensão como algo natural e que precisa ser feito, não apresenta nada que se possa tratar como contraconduta.

Jaqueline tem uma preocupação maior com os professores quando se trata da curricularização da extensão.

E22 (Jaqueline)

Eu acho ::: porém eu ainda acho **que tem um desafio** que é do professor ter, já era um desafio antes e até a gente já conversou várias vezes sobre isso que é **o intercâmbio entre disciplinas**, principalmente para nós que estamos dentro de uma instituição em que as matérias são distribuídas entre vários cursos, eu acho que tem uma facilidade, **mas a cultura de projetos extensionistas, ela ainda é muito::: particular ainda de muitos professores**, né? Você acha tem um rol de 50 professores. Quantos estão propondo projetos? :::**Poucos ainda né e interdisciplinares** ou como que eu vou dizer para você em parceria com o interdisciplinar né, em parceria com outros professores ainda são poucos, me **parece que às vezes o planejamento dessas atividades e colocar elas em prática, impõe** pro professor assim uma **exigência de uma dedicação** muito intensa assim e como quando você tem **muitas disciplinas** às vezes desenvolver um projeto acaba tomando uma **energia** assim que você vai precisar para outras disciplinas, né?

Jaqueline utiliza a expressão “ter um desafio”. Para ela é difícil ter professores que queiram desenvolver a extensão, destacando a interdisciplinaridade. Na resolução a

interdisciplinaridade aparece em dois momentos nos quais destaca as questões político educacional, cultural, científico e tecnológico. A professora Jaqueline se refere a trabalhos desenvolvidos em parceria com outros professores. Do ponto de vista pedagógico, permite ao aluno uma chance de aproveitar melhor os conteúdos trabalhados; em contrapartida, ela destaca o nível de exigência para com o professor que desenvolverá atividades extensionistas e reforça a questão “se você tem muitas disciplinas” que é o caso da maior parte dos professores, e apresenta que “impõe” ao professor uma dedicação bastante intensa. Como a instituição pesquisada está utilizando as disciplinas como forma de fazer a extensão, esse é um fator que se destaca. Montessoria tem um pensamento semelhante em relação aos professores que farão extensão.

E23 (Montessoria)

Mas eu acho que é preciso que o **coordenador** tenha isso muito claro né. E ele saiba conduzir esse processo né, pra que não fique somente um professor fazendo isso né. Porque eu acho que, “ah se um professor tá fazendo tá bom!”, acho que não é por aí. Acho que a ideia é que, por exemplo, **cada semestre né sejam propostas novas atividades de curricularização pra não também sobrecarregar um único professor**, né. É os outros acharem que é só aquele que vai ser o cabeça. Isso é uma coisa que é preciso né porque, como você comentou, é um processo que exige bastante **esforço e energia, energia!** Né e a troca é fundamental. Então eu poder contar com o meu **par** né é fundamental.

Neste excerto, aparece o “coordenador” como condutor do processo, como uma forma de validação das atividades extensionistas e traz também a o termo “par” para professores com quem ela possa compartilhar as atividades, parecendo querer uma validação de outros no processo de curricularização da extensão. No seu entendimento, fazer curricularização da extensão requer mais do que apenas fazer provas; isso aparece na sua fala com o enunciado “novas atividades de curricularização” e ainda ressalta “sobrecarregar” um só professor. Ainda, destaca a questão do “esforço e energia”, até repetindo o termo energia, pois se trata de tarefa que realmente requer planejamento e empenho maiores por parte do professor e, quiçá, dos alunos. Além dos “nés” querendo uma aprovação em tudo que dizia.

Na sua fala ainda aparece a questão da burocracia, como pode ser visto no seguinte excerto:

E24 (Montessoria)

Então então assim::: **não, vou dizer que burocraticamente, mas** talvez seja a palavra seja **burocracia para você conseguir cumprir** todos os percursos que você precisa, **os burocráticos** [..].”

Montessoria apresenta o enunciado “burocracia”³⁶, o que fica bem destacado na Resolução, em seu Capítulo III, quando estabelece o registro da extensão.

E25 Art. 15

As atividades de extensão devem ter sua **proposta, desenvolvimento e conclusão**, devidamente **registrados**, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os **conhecimentos gerados**.

O artigo 15 deixa claro que haverá um controle permanente de todas as atividades que podemos relacionar com a disciplina mencionada por Foucault (1995), quando sinaliza que há uma docilidade-utilidade. No caso, estamos postulando que é a Resolução e essa disciplina é uma nova forma de fazer extensão. Podemos concluir que o poder está produzindo um novo saber que acontece por meio da extensão; novas atividades serão realizadas, novas formas de condutas, tanto para docentes como para discentes, surgirão. Castro (2016) enfatiza que poder e saber são dois conceitos relacionados e que é preciso considerar o uso discursivo do conceito de disciplina.

É interessante pontuar que, para Foucault (2014, p 34), “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras.” No caso da Resolução número 7, o controle é muito forte nos procedimentos que devem ser executados, seja para instituição de ensino, para os professores e também para os alunos, pois se refere a uma disciplina a ser seguida.

O professor, além de notas, médias, planejamento, precisará ainda manter documentada a proposta, o desenvolvimento e a conclusão das atividades, lembrando-se do impacto na sociedade, visto que é esse o papel da extensão na instituição pesquisada. Os professores podem não querer fazer extensão e, caso seja imposto, talvez o trabalho não seja positivo. Muitos, possivelmente, farão extensão para continuar empregados. Ou porventura sejam subjetivados pela proposta do neoliberalismo, que faz com que acreditemos que a educação “deve” ser voltada para o mercado. Trata-se do seu maior objetivo, claro, sem desconsiderar a questão do

³⁶ Weber e outros autores que a analisam apresentam características comuns, como: hierarquia, autoridade baseada nas normas legais, divisão horizontal do trabalho (especialização), impessoalidade nas relações de trabalho, desumanização, rotinas e procedimentos, meritocracia e competência técnica. Dicionário de Política, 2020.

assistencialismo, garantindo que a própria sociedade, neste caso o ensino superior, faça atividades até então realizadas pelo governo de modo geral.

Jaqueline tem mais uma preocupação que remete à questão da remuneração do professor.

E 26 (Jaqueline)

[...] você precisa guardar aquele tempo ali de ficar de extensão ou qualquer coisa assim, então teria que se pensar **como é que seria né a contribuição de tempo e às vezes até de remuneração do professor que faz que realiza essas práticas, né?** Que elabora essas práticas é que corre atrás de empresas que têm as ideias para poder fazer isso funcionar. é fato que funciona.. funciona muito bem, mas hoje a gente tem muito mais uma coisa de:::Vamos dizer **assim a remuneração do professor está muito focada na quantidade de horas que ele tem.** Então como não tem necessariamente uma questão remunerativa para quem faz práticas de extensão, uma premiação, né para melhores práticas de extensão **hashtag fica a dica**, eu não acho que as minhas sejam as melhores então não se preocupe eu não tô não, tô querendo monetizar, mas foi um Insight como a gente não tem isso. Então acaba que de certa maneira é confortável, **você cumpre o teu protocolo lá que é fazer a tua ementa e a extensão pode ficar em segundo plano, né?**

Na fala de Jaqueline, aparece a seguinte afirmação quando falamos sobre a curricularização de modo: **“como é que seria né a contribuição de tempo e às vezes até de remuneração do professor que faz que realiza essas práticas, né?”** A remuneração para o professor horista continua a mesma, seja nas atividades extensionistas na matriz curricular ou não, na instituição pesquisada. Todo tempo de planejamento e registro de atividades extensionistas não tem nenhum tipo de remuneração diferenciada que tenha sido destacada na Resolução. Na instituição pesquisada não existe nenhum comentário acerca de qualquer forma diferenciada na remuneração dos docentes extensionistas. Destaque também para *hashtag*, fica a dica, como algo que está sendo sugerido para alguém que trabalha na instituição e a linguagem usada é de termos do mundo digital.

Em relação à avaliação, Jaqueline apresenta a questão do percurso do aluno, da nota e do produto final.

E27 (Jaqueline)

Tem que ser diferente, né? Porque aqui nós estamos falando de pontinho, né? a gente ta falando de aprendizagem né eu tô muito **mais focada no percurso**, claro que eu também foco no resultado, né não dá para você propor alguma

coisa para os alunos e dizer assim Ah tudo bem deu tudo errado, não né. Tem que ter um **produto final** então sempre eu digo para os alunos assim o seu produto final é x coisa né é isso aqui a gente tem que chegar nesse nesse topo aqui, né, **mas eu valorizo muito assim o processo de fazer isso eu percebo o esforço do aluno então sempre eu tô deixando algumas coisas como critérios de avaliação interação de equipe, capacidade de realização, interação de equipe, capacidade de realização a qualidade do produto final né?** Então eu vou colocando critérios que não estão só focados em uma:::como é que eu vou dizer assim uma **avaliação que seja muito cartesiano, né?** Porque não dá, não é esse o objetivo da extensão, né? **Se você tá falando de práticas, você tem que entender que são seres humanos, principalmente nas sociais aplicadas, né?** São seres humanos fazendo alguma coisa e o resultado não será igual para todos.

O processo avaliativo, para nossa entrevistada, muda o enfoque quando a prova é deixada de lado, e agora o que importa é o processo do desenvolvimento das atividades e o produto final. Menciona a questão de critérios de avaliação que precisam ser desenvolvidos e considera algumas competências, ressaltadas por ela, como interação da equipe, capacidade de realização e o produto final, como importantes. Competências essas que fazem parte do jogo do neoliberalismo e aparecem na conduta da professora. Destaca ainda a preocupação com o percurso, que é o fato da aprendizagem do aluno; diferentemente de se fazer prova, a avaliação precisa atender o processo de aprendizagem, dar condições para que o aluno aprenda “fazendo”, “interagindo”, desenvolvendo habilidades e competências no meio do percurso e que, ao fim, ainda atinja o objetivo maior para a comunidade, embora esta não apareça na materialidade linguística.

A avaliação descrita na Resolução não diz respeito a como o docente deve avaliar e sim como a instituição é avaliada no cumprimento da própria legislação. Salienta os aspectos do cumprimento da carga de 10% de extensão, a articulação com as atividades de ensino e pesquisa e os docentes que precisam ser responsáveis pela orientação das atividades extensionistas.

Fred ainda destaca a questão das provas:

E28 (Fred)

Então, isso tem uma prova balizando ali, você não tem uma prova. Você tem uma **entrega para a comunidade** te balizando, então é mais desafiador e o aluno tem percebido isso, ele tem **engajamento**, é difícil ele medir no primeiro momento quanto ele ganhou mais lá na frente dele.

No processo de avaliação deve haver uma ruptura quando se deixa de fazer provas e se trabalha por projetos; o professor terá de se adaptar, visto não serem as provas e sim a forma de

entrega do trabalho para a sociedade, lembrando que essa “entrega” também precisa ser validada e será avaliada pela instituição.

Montessoria preocupa-se com em como serão computadas as notas.

E29 (Montessoria)

A avaliação é uma **incógnita** né. (...) Porque assim, quando você propõe algo que você sai do conteúdo, que você deixa de ser conteudista, você tá indo pra uma atividade diferenciada de curricularização. O que que acontece, você também tem um movimento, um **deslocamento**, a forma de **aprender** do aluno também é diferente. Então, conseqüentemente, o processo de avaliação também precisa ser **revisto**. Então, assim, por exemplo, quando eu proponho esse tipo de atividade eu já deixo bem claro como que eu vou **computar a nota** né, como que ela será levada em consideração.

A mudança na avaliação impactará no procedimento utilizado pelo professor, pois não se trata mais de provas e sim de atividades que precisam de envolvimento, motivação e, em especial, uma nova forma de avaliar. Podemos destacar que a professora tem consciência da mudança no processo de aprendizagem do aluno quando usa o termo “incógnita”. Ainda do ponto de vista das avaliações, pode-se aprofundar a preocupação de Montessoria:

E30 (Montessoria)

Então, por exemplo, como a gente tem aí um **engessamento** na formação dos cem pontos e uma das notas eu preciso aplicar uma prova, o restante da nota eu vou **atribuindo** com certeza a esse processo aí das atividades que são desenvolvidas na curricularização. Então, é preciso **né** claro tem que ter uma **organização e um cronograma** e toda a atividade eu sempre deixo pro aluno ali:: oh:: essa atividade de hoje compõe tal nota, então os que não estão participando vão ficar sem essa nota. Então, mas é uma coisa assim de todas as aulas você vai relembrar, porque o **aluno** não tem essa visão **né** de que a **avaliação acontece toda aula**.

Um ponto a se pensar é a questão de que, atualmente, as notas na maior parte das universidades são de 0 a 100, o que acaba fazendo com que o professor precise “dar um número” para os alunos, enquanto se sabe que muito da aprendizagem não está em apenas uma nota. Mais do que dar uma nota, o professor precisa entender que o processo de avaliação é diferente e requer mais demanda nas atividades, lembrando que essas atividades não se dão apenas em sala de aula, visto que devem ser entregues à sociedade, como destaca o documento. Mais uma vez aparecem os “nés” como uma forma de solicitar uma concordância da entrevistadora. Montessoria sabe que a entrevistadora trabalha na instituição e, por meio dos nés, quer ter a aprovação ou ajuda na sua fala de alguém da instituição.

Um outro aspecto que emerge na fala de Montessoria é a questão das dificuldades do professor em sala de aula com os questionamos dos alunos, como pode ser visto a seguir:

E31 (Montessoria)

(...) **desgastante**, porque às vezes você se indispõe com alunos porque, o que acontece, **o tradicional é mais fácil**. O aluno tem o trabalho para entregar tal dia, pronto! Apresentar tal dia, **pronto!** E a prova final. **Ok! Na curricularização, na atividade de extensão é constante toda aula, todo momento tem construção. Né então o aluno que “ah eu prefiro não participar.”** Então, tem essas questões que também a gente precisa levar em consideração.

O termo “desgastante” remete à situação que o professor tem em relação ao novo modo de trabalho, com a extensão na matriz curricular. Ela ainda coloca que o tradicional é mais fácil; realmente, se o professor já trabalha não requer esforço. O professor não terá mais a prova para a avaliação, terá um rol de atividades e ainda há as questões da falta de entendimento do aluno que não quer fazer, prefere a prova, reclama. Pelo fato de ser uma “construção”, não é simplesmente a prova e sim todo um processo que o professor precisará estar preparado para fazer, e não há previsão de auxílio, maior carga horária, nada disso está previsto na Resolução.

Pode-se dizer que em relação à avaliação é necessária uma mudança, já que se muda a racionalidade em relação às atividades desenvolvidas, e essas deverão estar voltadas para a sociedade, não podendo ser feita por meio de provas. No enunciado da entrevistada aparece a “qualidade do produto final”. Essa qualidade dar-se-á em termos de ideias interessantes ou de resultado em relação à sociedade? A avaliação cartesiana não pode ser usada, de acordo com a nossa entrevistada. Outro aspecto em questão é a diferença entre os alunos: ainda que as atividades possam ser coletivas, não se pode afirmar que todos terão as mesmas notas, critérios, *performances*, competição; serão termos que aparecerão na sala de aula.

As instituições de ensino estão constantemente sujeitas ao processo de autoavaliação, como apresentado na Resolução, e a qualidade é objetivo fundante, embora muitas vezes se entenda qualidade como quantidade. No excerto a seguir a autoavaliação é apresentada com mais detalhes.

E32 – Art. 11.

A **autoavaliação da extensão**, prevista no artigo anterior, deve incluir:
I - a identificação da **pertinência** da utilização das atividades de extensão na **creditação** curricular;

II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do **Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;**

III - a demonstração dos **resultados** alcançados em **relação ao público participante.**

Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os **instrumentos e indicadores** que serão utilizados na autoavaliação continuada da extensão (BRASIL, 2018, p. 3).

Tanto a “pertinência” quanto a “creditação” são destacadas no artigo. Então, questione-se: haveria algum “tipo” de extensão que deveria ser mais praticado que outro? Não há um indicativo de como essa classificação pode ser feita e nem se todas as atividades poderiam ser creditadas como extensão, independentemente de terem o viés para a comunidade ou não. Não fica claro se existem restrições, nem mesmo se o professor ficará à mercê de algum tipo de vigilância para com as suas atividades extensionistas.

De acordo com a Resolução, toda a estrutura das universidades precisaria ter a extensão como base no desenvolvimento de seus PDIs, PPCs, pois há necessidade de uma interação entre metas e indicadores para que se consiga garantir notas adequadas na categorização do MEC. A universidade precisaria criar regulamentos para o atendimento da curricularização da extensão e, por muitas vezes, as atividades desenvolvidas por professores poderão ser revistas.

As universidades são livres para desenvolver sua curricularização, podendo ser realizada de várias formas diferentes: disciplinas, programas, projetos etc. Na instituição foco desta tese, optou-se por colocar os 10% de carga horária necessária em disciplinas, dessa forma facilitando o controle, sendo que os alunos terão nota para serem aprovados ao final do semestre. Outro aspecto que pode ser debatido é o quanto esses dados, como notas e presenças dos alunos, serão “auditados”, pois, tratando-se de mercado, essa é uma situação possível de acontecer. Azeredo (2019, p. 194-195) destaca em sua tese que a:

[...] cultura da auditoria e da produtividade, ou seja, funcionam como técnicas neoliberais de governamentalidade, objetivando os pesquisadores na forma de vigilância de seus currículos e punição na forma de não concessão de bolsas pelos órgãos de fomento, por exemplo.

Na citação anterior é dada como exemplo a concessão de bolsas; podemos também pensar em credenciamento e credenciamentos realizados pelo MEC nas instituições de ensino. Não há como uma universidade ter seus cursos reconhecidos se não estiver com toda documentação perante o MEC atualizada de acordo com as normas vigentes. Esse também é

um caso de governamentalidade neoliberal: a cultura da empresa utilizada nas instituições de ensino.

Considerando ainda a questão do controle, mais um indicador é inserido no artigo 11, visto que passam a ser necessários os resultados alcançados em relação ao público participante das atividades extensionistas. Podemos destacar que toda forma de controle gera indicadores que podem servir de base para o desenvolvimento de políticas públicas para o governo. Esse é um tema a que podemos nos reportar a Foucault (2008) quando descreve a estatística como doutrina “[...]um conjunto de princípios doutrinários quanto à maneira de aumentar o poder e a riqueza do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 134). Podemos dizer que a estatística, no caso da curricularização da extensão, tem seu papel tanto em relação ao atingimento de indicadores como forma de poder, pois todas as universidades, públicas ou privadas, presenciais ou EAD, terão seus dados apresentados regularmente para o MEC nos relatórios anuais que a instituição envia. Não deixa de ser uma forma de “vigiar” quais as atividades que estão sendo realizadas como extensão pelas universidades e se essas conseguem atender à comunidade, desonerando o Estado de tais tarefas, tarefas essas que podem ser atendimentos médicos, dentários, veterinários, jurídicos e até consultorias para pequenas empresas em todas as áreas.

Outro aspecto apresentado na Resolução diz respeito à visita *in loco*, que, nos dias de hoje, tem sido de forma virtual. Essa foi uma alteração apresentada nesse ano como resultado pós-pandêmico. Vejamos no excerto a seguir.

E33 Art. 12

A avaliação externa *in loco* institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:

II - a articulação entre as atividades de **extensão e as atividades de ensino e pesquisa** realizadas nas instituições de ensino superior (BRASIL, 2018, p. 3).

A questão do tripé tem se repetido em demasia no documento, o que suscita que pode estar havendo uma inversão, na qual a extensão passaria a atender ao mercado, e o ensino e a pesquisa teria de acompanhar essa mudança. O tripé “ensino”, “pesquisa” e “extensão” já vem sendo apresentado desde a Constituição Federal de 1988, mas sem tamanha insistência. Sobre chamarmos a atenção para o excesso ou a insistência presente no documento, respaldando-nos em Ernest-Pereira (2009, p. 4) para a qual “[...] a reiteração incessante de determinados saberes

interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscorso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento”. Nesse caso, tanto o ensino quanto a pesquisa agora têm a extensão como fundamental no processo da avaliação.

Quanto à escolha de quais atividades de extensão os alunos realizarão, a Resolução traz no parágrafo único de seu artigo 34:

E34, parágrafo único

Aos estudantes, deverá ser permitido participar de **quaisquer atividades** de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais **pré-requisitos** especificados nas normas pertinentes (BRASIL, 2018, p. 3)

Na verdade, o aluno tem pouca escolha, uma vez que a universidade pode determinar em seus regulamentos os pré-requisitos para cumprir a carga horária de extensão, ou, como no caso da instituição foco desta pesquisa, o aluno não tem opção de escolha, pois as atividades de extensão estão na matriz curricular como disciplinas obrigatórias. Ainda, resta ao aluno fazer atividades extensionistas diversas para a validação de atividades complementares; assim ele estaria livre para escolher aquelas que mais fizessem sentido para ele. No caso da instituição pesquisada, o aluno não tem opção de escolha, pois a extensão foi transformada em componente curricular obrigatório na matriz curricular; trata-se de uma disciplina a ser cumprida.

Castro (2016) comenta, em seu “Vocabulário de Foucault”, que, de acordo com as obras de Foucault, no final do século XVIII, o Estado interviria de forma a eliminar e desqualificar os saberes inúteis e que tivessem custo; normalizar saberes ajustando-os uns com os outros para que se comuniquem; classificar dos mais particulares aos mais gerais e finalmente destacar a centralização do estado. Embora essa contribuição tenha sido feita em referência ao final do século XVIII, podemos afirmar que se mantém atual, em especial quando se trata dos conhecimentos que serão atendidos com a curricularização da extensão. Podemos destacar a questão da normalização. Logo após a implantação da curricularização da extensão, professores e alunos terão as atividades de extensão como algo que realmente pode ser feito da forma que está sendo prescrita, tanto pela Resolução quanto pelas normativas de cada instituição de ensino, atendendo à comunidade ou ao mercado de modo geral.

Outra amarra da Resolução encontra-se no excerto a seguir:

E35- Art. 13.

Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, os seguintes termos, entre outros:

I - a **concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução**, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;

II - o **planejamento** e as atividades institucionais de extensão;

III - a **forma de registro** a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;

IV - as **estratégias de creditação** curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;

V - a **política de implantação do processo autoavaliativo da extensão**, as **estratégias e os indicadores** que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução (BRASIL, 2018, p. 3-4).

Todo processo extensionista estará determinado no “PDI”, em que pese a concepção da extensão estar clara na Resolução. O maior questionamento é acerca da avaliação, pois não se pode ficar ‘à mercê’ de avaliadores. O planejamento definido no PDI poderá prejudicar as atividades inovadoras feitas por professores se esse for muito restritivo ou se tiver um rol de atividades ou disciplinas para serem desenvolvidas pelos alunos.

Se pensarmos que haverá indicadores a serem cumpridos, isso significa a mercantilização do ensino, na qual os indicadores são o ponto forte da gestão e precisam ser mantidos e melhorados a cada semestre. De acordo com Laval (2019), essa “gestão” atua com critérios gerenciais, deixando de lado o conhecimento a respeito de todas as experiências que o discente passa na universidade. Mais uma vez temos a “cultura da auditoria”, termo voltado para a área de negócios, sendo necessários controles, no planejamento quando se trata de PDI, PPC ou no momento das visitas do MEC em que as “evidências” precisam ser apresentadas e serão verificadas quanto ao atingimento do procedimento prescrito na resolução.

Em relação aos PPPs, o excerto na sequência destaca o valor das atividades de extensão:

E36- Art. 14.

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar **o valor das atividades de extensão**, caracterizando-as adequadamente quanto à **participação dos estudantes**, permitindo-lhes, dessa forma, a **obtenção de créditos** curriculares ou carga horária equivalente após a **devida avaliação** (BRASIL, 2019, p. 4, grifos nossos).

Será justo ter “valores” diferentes para atividades de extensão, como, por exemplo, atendimento a empresas, assistencialismo, prestação de serviço à comunidade, entre outros, e nesse sentido ter uma escala? O aluno poderá fazer escolhas que valham menos para a sua jornada universitária. E esse valor menor seria uma determinação da universidade que esta

imbuída no atendimento das práticas neoliberais. Não está determinado na Resolução como isso será feito. Poderão ser utilizados termos de mercado para a validação dessas atividades. Competências como flexibilidade, inovação, comunicação, habilidades computacionais, conhecimentos de novas linguagens de programação, entre outras, serão ressaltadas para a validação das atividades? Fica a dúvida.

E, finalmente, ainda fica determinada toda a sistematização e acompanhamento por instância administrativa da instituição:

E37- Parágrafo único.

As atividades de extensão devem ser **sistematizadas e acompanhadas**, com o adequado **assentamento**, além de **registradas**, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em **regimento próprio** (BRASIL, 2018, grifos nossos).

Dois termos nesse excerto chamam a atenção: “assentamento” e “registro”. Por se apresentarem como termos similares, com certeza, trata-se de um reforço para essa atividade. Para Ernest-Pereira (2009), o excesso tem em vista manter o pressuposto ideológico, por que a necessidade de tanto acompanhamento se sequer na sala de aula o professor é tão supervisionado? Podemos dizer que esse registro permitirá ter uma estatística, dados, indicadores de tudo que é feito com a sociedade e esses dados serão usados de forma a garantir um atendimento maior à sociedade ou mesmo maior controle de atividades que podem ser ou não podem ser realizadas, visto que serão avaliadas por instâncias administrativas.

Quando mencionamos todo o registro das atividades extensionistas, estamos ressaltando que todas as atividades desenvolvidas servirão de base para políticas públicas, bem como para a própria condução de docentes e discentes por meio de novas resoluções e mesmo regimentos institucionais. Após todos os registros da extensão ainda há necessidade de documentar as atividades extensionistas realizadas pelos discentes.

E38 Art. 16.

As atividades de extensão devem ser também **adequadamente** registradas na **documentação dos estudantes** como forma de seu reconhecimento formativo (BRASIL, 2018, grifos nossos).

Quando se fala em “registradas” não fica claro exatamente se é diploma ou histórico, mas, certamente, o aluno ficará marcado por suas escolhas de atividades extensionistas ou mesmo pela não escolha, como é o caso da instituição de pesquisa onde as disciplinas

extensionistas já foram determinadas pela instituição, seja por meio da direção, do coordenador ou NDE. Ainda podemos parafrasear Foucault quando diz que a educação é uma forma de transformar saberes e poderes. A construção dos saberes dos alunos será balizada pelo regime de verdade daqueles que desenvolvem os PDIs, PPC, entre outros documentos da instituição. Em suma, o aluno está sendo formado, tendo como elemento norteador um dispositivo de segurança que garantirá a conquista dos preceitos norteadores do neoliberalismo.

Em relação ao entendimento sobre a curricularização, alguns aspectos ressaltam o trabalho do docente, como na fala de Fred, apresentado a seguir:

E39 (Fred)

Nesse segundo momento, **aprender a planejar as atividades extensionistas**, porque nós temos que **programar o semestre inteiro**, todas as atividades e como que isso ir conectando com os **conteúdos** que você ia trabalhar naquelas semanas.

Nosso entrevistado ressalta a questão de ter de mudar sua forma de preparar as aulas, visto que a extensão é prática; faz-se necessário um planejamento maior que tenha uma entrega ao final do semestre; nesse caso, há uma preocupação de como fazer esse trabalho docente, além da questão de “conteúdo” que ele destaca. Podemos apresentar a citação a seguir que, embora o tipo de extensão que será realizado pelo professor seja uma escolha, ainda há a questão da universidade à qual pertence, que tipo de atividades ele “pode” fazer.

Em todo o mundo o mercado impõe a “profissionalização” dos professores e a transformação das escolas em empresas eficientes, segundo o modelo industrial. A liberdade de escolha, nesse caso, é também uma maneira de iniciar todas as escolas e disciplinas todos os ensinos no espírito do capitalismo (LAVAL, 2019, p. 186, grifo do autor).

Montessoria parece entender o papel do MEC na questão da curricularização quando discorre:

E40 (Montessoria)

É uma forma que o Ministério da Educação está tentando colocar pra gente sair dessa questão tão conteudista. É lógico_ que é essa a primeira visão que eu tenho né, não sei se é isto, né. Mas uma questão que eu acho fundamental é ter uma situação muito clara entre coordenadores e os professores. Por exemplo, a curricularização ela não vai acontecer só na disciplina da professora Montessori, ou da professora Jaqueline. É do curso. É dos cursos! É uma integração.

A professora tem o entendimento de que o “Ministério da Educação” quer diminuir a questão conteudista, mas estamos defendendo a hipótese de que, na verdade, por trás da Resolução há o neoliberalismo trazendo para o ensino o atendimento de necessidades básicas da sociedade, diminuindo a responsabilidade do governo em relações às questões sociais, em especial, a todo o atendimento que as universidades já faziam normalmente como extensão não curricularizada e aumentando o controle em relação às atividades realizadas. Ela ainda ressalta a questão da interdisciplinaridade das atividades extensionistas como algo do curso e não das disciplinas.

No caso da instituição pesquisada, a maior parte das atividades de extensão tem a preparação para o mercado como foco de trabalho, conforme pode ser visto anteriormente. A instituição entende que as atividades desenvolvidas pelos alunos para as empresas aumentarem suas vendas, terem maior produtividade, maior performance, entre outros aspectos, trata-se de atender à comunidade/sociedade. A maior participação da vida da sociedade por meio das atividades extensionistas suscita entendimento que a racionalidade neoliberal já está inserida na fala dos docentes, a exemplo de Jaqueline no excerto a seguir.

E41 (Jaqueline)

Então, a gente teve um caso em que a gente a aluna tem uma loja virtual de roupas e aí ela traz um problema que é a questão da atração de público e as equipes foram olhar o seu site. Aliás, ela nem tinha site ela tinha lá umas redes sociais, eles fizeram toda uma análise de redes sociais e **fizeram uma proposta** de como ela poderia **melhorar tudo isso** e nesta nessa vamos dizer assim, análise uma das equipes acabou identificando assim um ponto que era que é muito forte da aluna porque ela acabou tendo uma ideia que nenhuma das marcas internacionais teve até hoje **ela transformou a numeração que é PMG de uma moda feminina que ela comercializa com Poderosa, Maravilhosa e Gostosa.**

O enunciado “proposta” já apresenta a utilização de linguagem de negócios, e “melhorar tudo isso”, faz emergir a questão comercial. Ao utilizar P como poderosa, M como maravilhosa e G como gostosa, isso traz a questão do empoderamento feminino e não um rótulo apenas de tamanho de roupa. Os alunos desenvolveram outras atividades com essa empresa, como pode ser visto a seguir.

E42 (Jaqueline)

E aí os alunos potencializaram isso na abordagem deram muita motivação para **a cliente, e ela produziu vídeos para o Tik Tok e um desses vídeos**

viralizou e hoje ela tem 4 milhões de visualizações, então trouxe muito resultado para ela em termos comerciais.

Para Jaqueline, esse é um exemplo de curricularização da extensão exitoso: os alunos fizeram uma atividade que valorizou muito a marca atendida. Nesse, caso pode-se afirmar que o saber universitário é uma forma de poder; isso emerge quando discorre ter trazido resultados comerciais para a proprietária, valorizando, assim, o saber universitário para manutenção ou aumento da universidade como necessária para que o mercado possa atingir seus objetivos. A instituição pesquisada entende que as empresas fazem parte da comunidade e que a universidade precisa auxiliá-las no sentido do empreendedorismo, do consumo, aumento de vendas entre outras aspectos.

Há uma grande preocupação de Jaqueline em relação à aprendizagem, como pode ser constatado abaixo:

E43 (Jaqueline)

[...] ela vai fechando assim alguns, algumas oportunidades que você na extensão você acaba criando de uma forma diferente, então o aluno acaba **entendendo melhor...**

Ela acredita que a extensão pode dar condições de melhorar a aprendizagem, o que faz com que a proposta de curricularização da extensão esteja no seu imaginário e seja subjetivada sobre a questão do papel da curricularização e não sobre a imposição da legislação. A curricularização “parece” uma solução para melhorar a aprendizagem.

No excerto anterior, temos clara a questão de que o indivíduo será construído pelo saber e, sendo esse utilitário, a prática da sala de aula é o atendimento a empresas. Nesses casos, é essa a formação que se passa para o aluno, essa é a verdade que está sendo construída. A questão da carreira também aparece na fala, além da questão da aplicabilidade, o ensino aparece apenas como método de aplicação de técnicas.

E 44 (Jaqueline)

(...) eu já fiz atividades de extensão que despertaram o aluno para uma **carreira** que ele não tinha se percebido e hoje.

A questão da carreira suscita a reflexão proposta por Laval (2020, p. 149):

De um ponto de vista neoliberal, o jogo de incitações — positivas e negativas — funciona, de fato, diferencialmente conforme as posições sociais. Se os grupos mais bem integrados ao mercado de trabalho podem entrar na lógica da concorrência graças a “incitações” positivas (carreira, renda, consumo, poupança etc.), os grupos mais marginalizados e dominados são submetidos às “incitações” penais que devem ser cada vez mais fortes, sistemáticas e generalizadas para serem eficazes.

A carreira e o sucesso na vida estão imbricados nesse jogo de verdade. Tudo precisa ter um objetivo, uma função. Nesse caso é a produção realizada por meio da extensão, em forma de atendimento a comunidades menos favorecidas, atendimento à sociedade ou mesmo a empresas.

E45 (Montessoria)

(...) a extensão vai mostrando para eles **né**, dependendo da abordagem da extensão e do que a disciplina possibilita vai mostrando para eles que aquilo tem **aplicabilidade:::**

A fala de Montessoria complementa a questão da governamentalidade. O termo aplicabilidade remonta à questão de trabalho, que tudo precisa ter uma utilidade. O conhecimento que é visto nas disciplinas só tem um fim: o trabalho.

O que não podemos deixar de mencionar é a questão do neoliberalismo, no qual todos acreditam que estão livres e fazem somente aquilo que querem, mas sabe-se que por trás dessa liberdade está a questão de se atender desejos já impostos, como ter dinheiro, sucesso, entre outros aspectos. Outra questão agora específica da educação é destacar que cada vez mais a educação está mercadizada, de acordo com Sguissardi (2019); um movimento mundial que atinge as instituições estatais/públicas e privadas sem fins lucrativos, ou mercantilizada, no caso instituições de ensino com fins lucrativos; ou seja, o ensino torna-se apenas um mercado. Cada vez são usados mais mecanismos de mercado no ensino superior, ressaltadas as questões de custos e arrecadação. Sguissardi (2019, p. 17) vê “A extensão universitária – como prestação de serviço ou assessoria aos principais agentes do mundo da economia - que seja rentável financeiramente”. O autor entende que a universidade é um negócio e como tal além de dar lucro sendo rentável em todos os “negócios” que possam ser desenvolvidos por seus alunos, podendo ser consultorias, venda de patentes, locação de espaços para empresas e outros serviços que possam vir a aparecer.

No caso específico dessa tese, a extensão emerge como fonte de recursos humanos para atendimento de diversas atividades que antes eram providas pelo governo e agora passam a ser

realizadas por docentes e discentes de instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas.

Este capítulo apresentou o desenvolvimento da Resolução, tendo como base o Parecer nº 608, o qual relatou todos os envolvidos no desenvolvimento do documento, bem como as etapas que se seguiram. As análises da Resolução foram feitas a partir de excertos que apresentaram alguns aspectos, como a questão social que se destaca no documento como um todo, o maior controle por parte da instituição, a avaliação e autoavaliação, a necessidade de uma grande comprovação de documentos acerca das atividades extensionistas. Juntamente com os excertos da Resolução foram intercalados os excertos das três entrevistas realizadas como forma de atingir os objetivos propostos nessa tese.

As falas apontam para a governamentalidade. Nossos entrevistados são subjetivados pela racionalidade neoliberal e têm nova forma de trabalho apresentada pela Resolução n.º 7, isto é, sua conduta é alterada frente às atividades de extensão. Termino aqui essa análise dos excertos dos discursos dos sujeitos participantes com uma citação de Gallo e Carvalho, (2022, p. 17, grifos dos autores) “Por sua vez, o estatuto peculiar desta incidência de governamentalidade é a sua capacidade de promover subjetividades, ou seja, modos de ser respondentes à própria condição do que vai se estruturando como possibilidade de ação para e sobre os “outros”.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS ou Caminhos a trilhar

O desenvolvimento dessa tese culminou em muitos questionamentos e algumas respostas não definitivas, visto que, para esse momento da história, elas nos ajudam a entender a curricularização da extensão. Daqui a alguns anos possivelmente precisaremos de novas respostas.

A proposta da pesquisa, de inspiração foucaultiana, foi levantar as condições históricas dos saberes e poderes imbricados na emergência da curricularização da extensão, enquanto produtora de condutas na educação. Como hipótese apresentou-se que a curricularização da extensão é sustentada pelo dispositivo neoliberal apresentado na Resolução n.º 7 CNE nas falas dos docentes da instituição pesquisada. Trata-se de uma mudança na racionalidade dos docentes e dirigentes das instituições, garantindo que a governamentalidade neoliberal regule as atividades extensionistas.

O questionamento geral dessa pesquisa teve como objetivo verificar quais os sentidos que atravessam a curricularização da extensão. Os objetivos secundários foram discutir as relações de poder-saber e as formas de governamentalidade existentes nas políticas públicas do Ensino Superior no Brasil; investigar os sentidos que atravessam o processo de curricularização da extensão no Brasil, problematizar as condutas que emergem nas falas dos docentes extensionistas entrevistados

Para entender a extensão universitária foi necessário buscar sua origem em universidades europeias que tinham grande importância na disseminação de conhecimentos técnicos; na América do Sul, podemos dizer que o Manifesto de Córdoba trouxe uma grande inspiração para a extensão em universidades brasileiras. Muitas foram as ações com a comunidade, valorizando a cultura popular; porém, com o regime militar, as universidades passam a desenvolver com seus alunos apenas atividades assistencialistas. Com a Constituição Federal de 1988, a extensão universitária começa a ser debatida novamente; muitos fóruns de universidades surgem, a LDB, os planos de educação consumam-se com a Resolução n.º 7, objeto dessa pesquisa.

A Resolução começou a ser concretizada a partir do Parecer n.º 608; todavia, até que se chegasse a esse diploma legal, muitos foram os envolvidos nesse debate, e a comissão do CES foi composta de profissionais de universidades públicas e privadas e profissionais de diversas áreas, exceto da Educação. Vários fóruns de Pró-Reitores participaram, mas nenhum aluno esteve presente na discussão, embora as mudanças na legislação impactariam fortemente os

discentes. A discussão durou 18 meses e terminou com a publicação da Resolução em 7 de dezembro de 2018. Ela destaca a dialogicidade da academia com a sociedade, a formação cidadã dos alunos, a produção de mudanças dentro da própria instituição e a articulação ensino, pesquisa e extensão. Outro destaque é a questão da avaliação, visto que a autoavaliação deve explicitar em seus documentos os parâmetros da efetividade da avaliação e as questões das avaliações externas, às quais a instituição deverá apresentar as evidências em seus documentos de tudo que foi desenvolvido em relação à extensão, como já dito é a utilização de indicadores de mercado pela educação.

A história da extensão não é linear, ela é permeada de tensões que acontecem no decorrer de sua trajetória; existem disputas, e diversos são os movimentos, dos quais surgem muitas potencialidades: novos modelos de atividades extensionistas, novas comunidades para trocas de experiências, desenvolvimento de novos saberes. Num universo tão grande de instituições brasileiras, públicas e privadas, muitas são as fragilidades apresentadas, seja em função de estrutura, seja em função de verbas ou mesmo do trabalho de docentes e discentes. Não se trata de a “nova” extensão ser ou melhor ou pior que a realizada anteriormente, mas de ser diferente.

Quanto aos aspectos da história e das políticas públicas que subjazem à legislação, pode-se afirmar que o neoliberalismo como forma de governamentalidade se encontra em todos os documentos relacionados à extensão, em especial a Resolução n.º 7, de 2018. Essa trata especificamente de distribuir aos alunos de todos os cursos atividades que venham a somar na garantia de desenvolvimento de competências para eles e para as comunidades atendidas. Isso reflete em melhoria nas condições de saúde, moradia, entre outros aspectos que possam ser realizados pelos alunos nas suas atividades extensionistas, visto que todos os cursos de graduação serão obrigados a fazer extensão, e ainda tem a sugestão para os cursos de pós-graduação. Se todos os cursos universitários, inclusive os em EAD, terão que fazer atividades extensionistas, haverá uma gama de conhecimentos desenvolvidos, além da quantidade de prestação de serviço realizada de forma a desonerar o estado.

A governamentalidade foi a ferramenta emprestada de Foucault para a leitura da curricularização da extensão, o que permitiu encontrar as condições políticas e econômicas que sustentam a curricularização da extensão a partir da racionalidade neoliberal. Indicadores, evidências, estatísticas, presentes nas avaliações sistêmicas podem ser usados para a construção de novas legislações, relações de poder-saber imbricadas na racionalidade neoliberal. As ações realizadas pelas universidades devem auxiliar na manutenção de uma população saudável e com maiores condições de trabalho por estarem alinhadas às competências e habilidade necessárias

ao mercado. Pode-se entender que a curricularização da extensão é uma tecnologia de governamentalidade de construção de condutas na Educação.

Como forma de buscar entender as tramas da pesquisa, utilizou-se como *corpus da pesquisa* a Resolução CNE/CES n.º 7, de 2018, e as entrevistas com docentes extensionistas. Os docentes entrevistados foram nominados como Fred, Montessoria e Jaqueline, as entrevistas foram transcritas e os excertos foram analisados juntamente com excertos da Resolução, propiciando assim que a análise fosse mais densa de acordo com os temas analisados.

O centro universitário pesquisado disponibilizou seu PDI, o que permitiu que se pudesse entender o contexto em que os entrevistados trabalham e em especial o que a instituição entende como extensão. Ele apresenta fortemente o desenvolvimento de habilidades e competências que estão alinhadas ao pensamento neoliberal, o que de forma indireta auxilia na implantação da curricularização da extensão.

A análise dos excertos dos docentes aponta para uma preocupação com a curricularização da extensão. Enquanto Fred e Jaqueline, da área de Administração, já têm interiorizado aspectos que facilitam o processo de curricularização, Montessoria, que é uma professora da área de educação e não de mercado, preocupa-se com tais mudanças, tanto no que os discentes irão desenvolver, como com os docentes que trabalharão em um regime diferente das atividades já desenvolvidas normalmente em sala. A exigência do professor será outra, principalmente nos resultados obtidos nas ações para com a sociedade.

A curricularização da extensão pode ser considerada um “dispositivo de segurança”, as universidades são livres para desenvolver atividades extensionistas que desejarem; porém, os discentes implicados devem se sentir em consonância com a economia, a política e a educação, sendo esse um efeito da governamentalidade (MASCIA; SILVEIRA, 2020).

Em relação ao poder-saber que transita no discurso da curricularização da extensão enquanto nova forma de racionalidade, pode-se entender que a curricularização da extensão é permeada pela ferramenta da governamentalidade no sentido de que conduz docentes de forma a atenderem as necessidades ditadas pelo mercado, sendo está a tese que defendemos. Quando se fala em mercado, está se referindo também ao governo que, de forma bastante sutil, subjetiva o professor, por meio da obrigatoriedade da extensão imposta ao ensino superior, a desenvolver atividades que eram feitas pelo governo e tem na preparação para o mercado de trabalho seu maior foco. O professor torna-se responsável pelo desenvolvimento de atividades que preparam o aluno para o mercado de trabalho de maneira bastante prática, pois as atividades extensionistas têm como foco a comunidade. Nessas atividades, os alunos participarão com o

desenvolvimento de ações que venham a somar para a sua formação e para a comunidade atendida. Além disso, o professor passa a ser “auditado” da mesma forma que a instituição quando precisa passar por credenciamentos do MEC para continuar suas atividades.

Outro efeito da governamentalidade construído pela curricularização da extensão consiste nas relações poder-saber que cercam os discursos, de modo que novas disciplinas surgem a partir desses novos conhecimentos, sendo um circuito permanente. É uma relação imbricada e que se autoalimenta (MASCIA; SILVEIRA, 2020).

Os docentes são autogovernáveis, eles sabem que precisam se adaptar às mudanças, que precisam desenvolver atividades voltadas para o mercado, que, embora possam ser realizadas “atividades” de contraconduta, essa não é a realidade da maior parte dos docentes. Eles receiam ter suas horas diminuídas ou menos serem demitidos.

A pesquisa desenvolvida teve como foco apenas os docentes e a Resolução; entretanto, para trabalhos futuros ela pode ser realizada com discentes e nas atividades desenvolvidas como curricularizadas após um ciclo da implantação.

Enfim, a curricularização da extensão é um novo dispositivo de governamentalidade neoliberal que, ao mesmo tempo que gera poder-saber, gera saberes que produzem poderes; são sistemas interdependentes, cujo foco é a construção de indivíduos preparados para o mercado de trabalho, além do atendimento às necessidades da sociedade que deveria ser feito pelo governo passa a ser das universidades. O governo se desonera de atividades do atendimento às comunidades menos favorecidas, justificando tal condição por meio das atividades obrigatórias de extensão, em todos os cursos superiores de todas as universidades e faculdades brasileiras. Outro aspecto a ser ressaltado é o empresariamento da educação, no qual indicadores de eficiência, produtividade passam a fazer parte do vocabulário das universidades e por último, não menos importante a precarização do trabalho docente, que agrega mais uma tarefa que é alinhar atividades extensionistas para garantia do seu emprego.

Eu, como pesquisadora, após o desenvolvimento dessa tese, tive clareza no entendimento da efemeridade dos discursos. Estou(amos) em constante subjetivação a partir dos acontecimentos, da legislação e de outros aspectos da vida cotidiana. Somos governados e acreditamos que somos livres.

Aqui finalizo essa jornada, mas isso não quer dizer que não possa ser o início de uma nova...

Afinal, “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.” (FOUCAULT, 2014, p. 25)

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. J. R. de. **O sujeito discursivo empreendedor de si e a teoria do capital humano no contexto da escola pública contemporânea**. 2020, 135f. Tese (Doutorado em Educação). Itatiba: Universidade São Francisco, 2020. Acesso em 14 nov. 2020.
- ALVES, R. **Estórias de quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1990.
- ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 34, n. 01, p. 211–239, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/23920>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- AZEREDO, L. A. S. **O Docente do Ensino Superior e o Cuidado (de Si)**: entre os modos de objetivação e de subjetivação na contemporaneidade. Jundiaí: Edições Brasil, 2019.
- BEMVENUTI, V. L. S. Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização. **Vivências**, Erechim. v.1, Ano1, nº 2, p. 8-17. Maio, 2006; ISSN: 1809-1636
- BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. **Da universidade à commoditycidade ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**. Campinas: Mercado das Letras, 2017.
- BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018 – MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 de dezembro 2018
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 21 nov. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 de out. 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 27 ago. 2022.
- BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 608/2018, aprovado em 3 de outubro de 2018 - Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN6082018.pdf?query=Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil Acesso em 01 de novembro de 2019.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CERQUEIRA, H. E. A. da Gama. Para ler Adam Smith: novas abordagens. **Síntese**. Belo Horizonte, v.32, n. 103, 2005, p. 181-202.

CONRADO N., MARCIA A. A. MASCIA. Lugar docente de psicopatologia em cursos de psicologia: biopolítica, governamentalidade e subjetividade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 1339-1357, set./dez. 2019.

CORALINA, C. Aninha e suas Pedras. In: **Recanto do poeta**. Disponível em <https://recantodopoeta.com/aninha-e-suas-pedras/> Acesso em 03/09/2022.

COSTA, C. F. da; SILVA, M. G. S. Novo Neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 6 – 35, Set/Dez 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112019000300006&tlng=pt. Acesso em: 28 nov. 2020.

CUNHA, L. A., 1943- **A universidade temporã** [livro eletrônico]: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas/Luiz Antônio Cunha. – 3.ed. [revista]. – São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova razão do mundo - ensaio sobre a nova sociedade neoliberal**. São Paulo: Bomtempo, 2016.

DEUS, S. de. **Extensão universitária – trajetórias e desafios**. Santa Maria: Editora Pre UFSM, 2020.

ERIBON, D. **Michel Foucault, 1926-1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, C. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, M. C. L. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS: Instituto de Letras, 2005.

FERREIRA, F. E. **A curricularização da extensão universitária frente aos marcos legais no contexto de um Instituto Federal de Educação**. 2020, 131f. Dissertação (Mestrado em Administração). Florianópolis: Unisul- Universidade do Sul de Santa Catarina, 2020.

FERREIRA, M.; QUADROS, L. R.. Enunciados em propostas de ensino-pesquisa-extensão em cursos de Física a distância: para além dos conteúdos, os discursos. **Ensaio pesquisa em educação em Ciências**, Belo Horizonte v.19, 2017, e2253.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982).** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população.** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021a.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica.** Lisboa: Edições 70, 2021b.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus. Maio/2012. <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FREITAS NETO, J. A. de. **A reforma universitária de Córdoba (1918):** um manifesto. Ensino Superior – Unicamp. 2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>. Acesso em 28.ago.2021.

FRUTUOSO, T. P. **O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.** 2020, 165f. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: Instituto Federal de Educação, 2020.

GALLO S.; CARVALHO, A. F. de. Governamentalidade neoliberal em tempos sindêmicos: entre Foucault e Veiga-Neto In: **Alfredo Veiga-Neto: modos de ser e pensar junto com Michel Foucault.** Editores Pedro e João, 2022. (e-book).

GAVIRA, M. de O.; GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/4026>. Acesso em: 5 jan. 2022.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, W., IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular na extensão

ante a estratégica 12.7 do PNE. In: **XV Colóquio internacional de gestão universitária**, Argentina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136064>. Acesso em: 5 jan. 2022.

KRAEMER, C.; CAMPREGHER, J. Regimes de saber/poder no discurso sobre avaliação da extensão. **Reflexão e Ação**, v. 25, n. 1, p. 99-117, 2 jan. 2017.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa** – o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, C. **Foucault, Bordier e a questão neoliberal**. Tradução: Marcia Pereira, Nilton Ken Ota. São Paulo: Ed. Elefante, 2020.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do Poder**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

MANZANI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**. São Paulo, v. 26/27, p. 149- 158, 1990/1991. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Entrevista_na_pesquisa_social.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MASCIA, M.; NOVA, C.R.S. (governa)mentalidade em Educação: Uma Análise Discursiva de Documentos sobre o PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes). **Discurso & Sociedade**, Vol.14(3), 2020, 482-498.

MELLO, C. de M.; JOSE R.M de A. NETO, PETRILLO, R. P.. **Curricularização da extensão universitária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

MENENDEZ, G. *La agenda de la extensión universitaria. Camino al centenario de la reforma universitaria de la Universidad Nacional del Litoral*. In: **Extensão universitária na América Latina conceitos, experiências e perspectivas**. Salvador: Edufba, 2019.

MIRRA, E. **A ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Papagaio, 2009.

ORTEGA, A.; STANLEY, P. R. S. (org.). **Dicionário de conceitos políticos**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2020. 183f.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceitos e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930/15904>. Acesso em: 09 jul. 2020.

PERISSÉ, G. **A arte de ensinar**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PONTES, M. P. B. **Avaliação da Extensão Universitária**. 2021, 305f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2021.

PRETTI, D. **O discurso oral culto**. 3 ed. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2005.

RAYS, O. A. Ensino-pesquisa-extensão notas para pensar a indissociabilidade. In: **Revista do Centro de Educação**, n. 21, 2003 -n. 21. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034/3051>. Acesso em: 14 nov. 2020.

REVEL, J. **Foucault conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIOS, D. R. S.; CAPUTO, M. C. A extensão universitária e o seu potencial transformador: balanços de uma ação extensionista no estado da Bahia, Brasil. In: **Extensão universitária na América Latina conceitos, experiências e perspectivas**. Salvador: UFBA, 2019.

ROCHA, M. G. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação**. 1984. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

ROCHA, M. G. A trajetória da extensão Universitária no Brasil. In: **Perfil da extensão Universitária no Brasil**, 1995. (domínio público) E-book.

SERAFIM, A. B.; MASCIA; M. A. A. Uma análise discursiva da avaliação da extensão na resolução CNE/CES Nº 7: O Big Brother. **Linha Mestra**, N.46, P.619-631, <https://doi.org/10.34112/1980-9026A2022N46P619-631>, jan.abr.2022. Acesso em 26/11/2022

SERRANO, R. M. S. M. et al. Extensão Universitária Brasileira: olhares sobre sua história. **Saúde em Redes**. v. 5 n. 3, p. 193-206, 2019.

SERVA, F. M. **A extensão universitária e sua curricularização**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020

SERVA, F. M. **Educação superior no Brasil: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária**. 2020, 202 f. Tese (Doutorado em educação). Marília: Unesp, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41144> Acesso em 26/11/2022

SGUISSARDI, V. As missões da Universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização. **Teoria e Prática da Educação**, v. 22, n. 3, p. 38-56, 10 dez. 2019.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

VEIGA-NETO, A.; SARAIVA, K. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. In: **Educação e realidade**, v. 34, n.2, p.187-201, maio/agosto 2009.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

WOCIECHOSKI, D. P.; CATANI, A. M. Resolução CNE n. 7/2018 e a burocratização da educação superior: apontamentos sobre a diretriz relativa apenas à extensão universitária. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. e71374, p. 1–15, 2022. DOI: 10.5902/2318133871374. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/71374>. Acesso em: 19 nov. 2022.

ZANON, D. P. **O processo de curricularizacao da extensão universitária na formação de licenciados na UEPG.** Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41144> Acesso em 26/11/2022